

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CURITIBA II
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

JOZILENE MELO DE ANDRADE OLIVEIRA

**SIGEDUC (ESCOLA DIGITAL): DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES SURDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DE MOSSORÓ**

**CURITIBA - PR
2024**

JOZILENE MELO DE ANDRADE OLIVEIRA

**SIGEDUC (ESCOLA DIGITAL): DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA
PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES SURDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS DE MOSSORÓ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Inclusiva.

Linha de pesquisa: Linha 2: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Mosquera

**CURITIBA - PR
2024**

O48s

Oliveira, Jozilene Melo de Andrade

SIGEDUC (Escola Digital): desafios e contribuições na perspectiva dos
estudantes surdos da Educação de Jovens e Adultos de Mossoró / Jozilene Melo
de Andrade Oliveira -- Curitiba, 2024.

144f.; il. + Recurso educacional

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede
Nacional – Área de Concentração: Educação Inclusiva) – Universidade Estadual
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Fernando França Mosquera

1. Educação bilíngue. 2. Surdos – Educação. 3. Educação de Jovens e
Adultos. 4. Educação Inclusiva. 5. Formação de professores. I. Mosquera,
Carlos Fernando França, II. Universidade Estadual do Paraná. III. Título. V.
Tutorial bilíngue de acesso ao SIGEDUC (Escola digital) (Libras/Português)

CDD 371.9

23. ed.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI**



TERMO DE APROVAÇÃO

Jozilene Melo de Andrade Oliveira

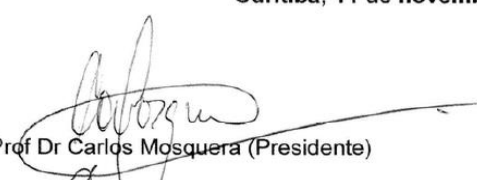
TÍTULO DISSERTAÇÃO: SIGEDUC (Escola Digital): Desafios e contribuições na perspectiva dos estudantes surdos da educação de jovens e adultos de Mossoro (RN)

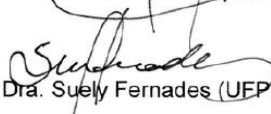
TÍTULO DO RECURSO EDUCACIONAL: Tutorial Bilíngue de Acesso ao SIGEDUC (Escola Digital) (Libras/Português)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Inclusiva no Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional e Educação Inclusiva, Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação da Universidade Estadual do Paraná Campus Curitiba II, pela seguinte banca examinadora:

Curitiba, 11 de novembro de 2024

Membros da Banca:


Prof Dr Carlos Mosquera (Presidente)


Profa Dra. Suely Fernandes (UFPR - Membro Externo)


Profª. Drª Noemi Ansay. (PROFEI Unespar Campus Curitiba II -Membro Interno)

Dedico este trabalho a todos que
incentivaram a minha jornada como
pesquisadora.

AGRADECIMENTOS

Quando refaço meus passos no caminho que escolhi seguir, me dou conta que o conhecimento tem sido em minha vida destinação. Sem pretensão, pus-me a ir, logo eu que poucas vezes, na infância, ouvi “vá estudar!”. E com a rapidez fugaz, que se deu minha infância até o momento presente, reflito, tenho pouco, mas muito pouco a reclamar, e muito, mais muito a agradecer.

Primeiramente, agradeço a Deus, que na minha fé, o enxergo em minhas conquistas. Agradeço o esforço dos meus pais, que responsavelmente, nunca me deixaram fora da escola. Agradeço a escola pública, lugar onde pude compreender, anos depois, Paulo Freire quando diz que a escola não transforma a realidade, mas pode formar pessoas capazes de mudar o mundo e nós mesmos. Agradeço pelas mudanças!

Agradeço a Kefas, meu marido, pelas palavras de apoio, por acreditar em mim e por me trazer café ou suco, quando me observava, cansada diante do computador. O amor se revela em singelas ações, que aquecem o coração. Por falar em amor, agradeço aos meus filhos, Pedro e Davi, pela paciência, e desculpa pelas ausências. E vão estudar, viu!

Sou profundamente grata ao meu orientador, professor Carlos Mosquera, por compartilhar seus conhecimentos, escritos, viagens e seu tempo comigo. Nossas conversas, sempre agradáveis, passaram rápido demais. Sua humanidade fez toda diferença nessa fase da minha vida, eterna gratidão! Agradeço ao PROFEI, na pessoa da professora Rosineide, pelo cuidado e zelo que sempre teve comigo. E às professoras Eromi Hummel, Eliane Paganini e Profi Léo (como carinhosamente a chamo), por colaborarem com minha jornada.

Agradeço, especialmente, à Fabiana Travaglia, com a qual tive a honra e privilégio de compartilhar alegrias e aflições. Sem nosso apoio mútuo, o percurso teria sido mais árduo. Com ela, compreendi a importância da amizade empática e amorosa. Uma amizade para a vida toda.

Agradeço ao mestre Artur Maciel, que me apresentou o PROFEI e incentivou minha carreira acadêmica. Às amigas intérpretes de Libras, Maxlene, Rafaele e Emily, por me ouvirem e pelos conselhos proferidos.

Agradeço aos colegas professores, diretores e coordenadores da Educação de Jovens e Adultos da cidade de Mossoró, que sempre compreenderam minhas idas à

Curitiba, incentivando meu crescimento profissional. Agradeço à 12ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC) de Mossoró, bem como à Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEEC) do Estado do Rio Grande do Norte (RN).

Por fim, mas não menos importante, agradeço principalmente aos estudantes Surdos da Educação de Jovens e Adultos de Mossoró (RN), pela disponibilidade e confiança em meu trabalho. Saibam que admiro a jornada e história de vida de cada um de vocês.

Dito isso, continuo a seguir, isso porque nunca pensei em parar!

RESUMO EM LIBRAS

QR Code de acesso para resumo da dissertação na versão em Libras



**Aponte a
câmera para o
QR Code**



QR Code



**Aceite o
redirecionamento**



**Página de
vídeo**

RESUMO

OLIVEIRA, J. M. A. **SIGEduc (Escola Digital)**: Desafios e Contribuições na perspectiva dos estudantes Surdos da Educação de Jovens e Adultos de Mossoró. 144p. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2024.

A pesquisa investiga a escola pública brasileira, envolve o Sistema Integrado de Gestão e Educação (SIGEduc) e estudantes Surdos de uma escola da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Mossoró, Rio Grande do Norte, durante a pandemia da Covid-19. Diante da problemática das barreiras comunicacionais para os estudantes Surdos em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), é válido refletir sobre a viabilidade desses recursos, quando eles carecem de acessibilidade em língua de sinais. Tais observações sustentam a hipótese de que a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é essencial para garantir o acesso igualitário ao conhecimento. Assim, origina-se a pergunta de partida: Como o SIGEduc (Escola Digital) e seus recursos contribuem para o trabalho docente colaborativo e favorecimento de experiências de aprendizagem com os estudantes Surdos na EJA em uma escola de Mossoró (RN)? O objetivo geral é analisar desafios e contribuições do SIGEduc como recurso de acessibilidade linguística na construção de um sistema inclusivo, a partir das perspectivas dos estudantes Surdos bilíngues e de um professor de uma escola da EJA Mossoró. Os objetivos específicos são: investigar os desafios e potencialidades do SIGEduc (Escola Digital) junto aos estudantes Surdos EJA/Mossoró; conhecer como o professor da EJA/Mossoró realiza o trabalho colaborativo SIGEduc (Escola Digital) junto aos estudantes Surdos; apontar, a partir da perspectiva do estudante Surdo da EJA/Mossoró, questões sobre acesso e acessibilidade à Escola Digital no processo de aprendizagens e a inclusão; elaborar como recurso educacional um Tutorial em Libras, proposto para colaborar com a autonomia do estudante Surdo. A abordagem metodológica é qualitativa (Minayo, 2014) de natureza descritivo-exploratória (Gil, 1999). O campo de pesquisa é uma escola da EJA em Mossoró, da rede pública estadual do RN. Os participantes da pesquisa são três estudantes Surdos e um professor da EJA/Mossoró, conforme descrito nos critérios de inclusão/exclusão. Optou-se, como instrumento de pesquisa, 10 perguntas semiestruturadas via entrevistas, aplicadas após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Para isso, contou-se com a presença do intérprete de Libras para mediar a comunicação durante a coleta de dados. Com os dados transcritos, utiliza-se, na tratativa do material, a Análise Temática (Braun; Clarke, 2006). Nas discussões e resultados, verifica-se que a Libras presente no SIGEduc possibilita ao estudante Surdo participar ativamente na plataforma complementar de ensino, ao manipular as informações de forma individual e coletiva, promovendo sua autonomia de forma colaborativa na construção do conhecimento. Por fim, paralelamente à dissertação, foi desenvolvido o recurso digital intitulado “Tutorial Bilíngue de Acesso ao SIGEduc (Escola Digital) (Libras/Português)”, como contribuição para o estudante Surdo da EJA/Mossoró.

Palavras-Chave: Acessibilidade linguística. Surdos. SIGEduc. EJA.

ABSTRACT

OLIVEIRA, J. M. A. **SIGEduc (Digital School)**: Challenges and contributions from the perspective of Deaf students in Youth and Adult Education in Mossoró. 144p. Dissertation (Master's in Inclusive Education) - State University of Paraná, Curitiba, 2024.

The research investigates the Brazilian public school system, involves the Integrated Management and Education System (SIGEduc) and Deaf students from a Youth and Adult Education (EJA) school in Mossoró, Rio Grande do Norte (RN), during the Covid-19 pandemic (2020 and 2021). In light of the problem of communication barriers for Deaf students in virtual learning environments (VLEs), it is valid to reflect on the viability of these resources, even when they lack accessibility in sign language. Such observations highlight the hypothesis that the inclusion of Brazilian Sign Language (Libras) is essential to ensure equal access to knowledge. Thus, the research question arises: How do SIGEduc (Digital School) and its resources contribute to collaborative teaching practices and foster learning experiences with Deaf students in EJA at a school in Mossoró (RN)? The general objective is to analyze the challenges and contributions of SIGEduc (Digital School) as a linguistic accessibility resource in building an inclusive system, based on the perspectives of bilingual Deaf students and a teacher from an EJA school in Mossoró (RN). The specific objectives are: (a) to investigate the challenges and potentialities of SIGEduc (Digital School) with Deaf EJA students in Mossoró; (b) to understand how the teacher from EJA/Mossoró conducts collaborative work with Deaf students using SIGEduc (Digital School); (c) to point out, from the perspective of Deaf EJA students in Mossoró, issues about access and accessibility to the Digital School in the learning process and inclusion; (d) to develop, as an educational resource, a Libras Tutorial proposed to support the autonomy of Deaf students. The methodological approach is qualitative (Minayo, 2014) and of a descriptive-exploratory nature (Gil, 1999). The research field is an EJA school in Mossoró, part of the state public school system of RN. The research participants are three Deaf students and one teacher from EJA/Mossoró, as described in the inclusion/exclusion criteria. As a research instrument, 10 semi-structured questions were used through interviews conducted after approval by the Research Ethics Committee (CEP). For this, a Libras interpreter was present to mediate communication during data collection. With the transcribed data, Thematic Analysis (Braun; Clarke, 2006) was used to handle the material. From the discussions and results, it is verified that Libras in SIGEduc (Digital School) enables Deaf students to actively participate in the complementary teaching platform by handling information individually and collectively, promoting their autonomy collaboratively in the construction of knowledge. Finally, parallel to the dissertation, a digital resource titled "Bilingual Tutorial for Access to SIGEduc (Digital School) (Libras/Portuguese)" was developed as a digital resource contribution for Deaf EJA students in Mossoró (RN).

Keywords: Linguistic Accessibility. Deaf. SIGEduc. EJA.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - DADOS DO CENSO ESCOLAR (2022).....	42
FIGURA 2 - LEVANTAMENTO DE INGRESSOS DOS ESTUDANTES SURDOS EJA/MOSSORÓ	44
FIGURA 3 - <i>INTERFACE</i> DE ACESSO AO SIGEDUC	64
FIGURA 4 - <i>INTERFACE</i> DE ACESSO AO SIGEDUC	65
FIGURA 5 - <i>INTERFACE</i> DO VÍNCULO ESTUDANTIL	66
FIGURA 6 - INTERFACE PORTAL DO ESTUDANTE	67
FIGURA 7 - <i>INTERFACE</i> PORTAL DO ESTUDANTE (DISCIPLINAS).....	68
FIGURA 8 - INTERFACE DA ESCOLA DIGITAL/PORTAL DO ALUNO.....	70
FIGURA 9 - PAINEL INICIAL INTERATIVO	71
FIGURA 10 - PERCURSO METODOLÓGICO	74
FIGURA 11 - MONITORAMENTO ESCOLAR 2024 (RN)	75
FIGURA 12 - EXTRATO DOS DADOS E CODIFICAÇÃO DA ENTREVISTA DOS ESTUDANTES SURDOS	97
FIGURA 13 - EXTRATO DOS DADOS E CODIFICAÇÃO DA ENTREVISTA DO PROFESSOR.....	97
FIGURA 14 - SEGMENTOS ANALISADOS (FAMILIARIDADE COM DADOS DOS ESTUDANTES E DO PROFESSOR).....	98
FIGURA 15 - MAPA DA EMPATIA (ESTUDANTES 1, 2 E 3)	100
FIGURA 16 - MAPA DA EMPATIA (PROFESSOR)	100
FIGURA 17 - ANÁLISE DOS CÓDIGOS X TEMAS.....	101
FIGURA 18 - MAPA TEMÁTICO FINAL.....	105
FIGURA 19 - CAPA DA VERSÃO EM PDF DO RECURSO EDUCACIONAL..	115
FIGURA 20 - TUTORIAL BILÍNGUE DE ACESSO À SIGEDUC (ESCOLA DIGITAL)	115

LISTA DE TABELAS

QUADRO 1 - PERSPECTIVAS DOS PESQUISADORES	58
QUADRO 2 - CONCEITOS E ESTRUTURA.....	62
QUADRO 3 - GRUPO DE CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS DIGITAIS ..	63
QUADRO 4 - PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	78
QUADRO 5 - TEMÁTICAS REFERENTES ÀS PERGUNTAS AOS ENTREVISTADOS.....	79
QUADRO 6 - LEGENDA DAS MARCAÇÕES EM GLOSA (LIBRAS).....	81
QUADRO 7 - AMOSTRA DA TABELA DOS INTERACTANTES DA ENTREVISTA	82
QUADRO 8 - FASES DA ANÁLISE TEMÁTICA.....	83
QUADRO 9 - ENTREVISTA (ESTUDANTE SURDO 1)	84
QUADRO 10 - ENTREVISTA (ESTUDANTE SURDO 2)	87
QUADRO 11 - ENTREVISTA (ESTUDANTE SURDO 3)	92
QUADRO 12 - ENTREVISTA (PROFESSOR).....	94
QUADRO 13 - DEFINIR E NOMEAR TEMAS.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAAE	Comissão de Aprovação e Avaliação Ética
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comissão de Ética e Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
COPEP	Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COVID	Corona Vírus Disease
CP	Código Penal
DIREC	Diretoria Regional de Educação e Cultura
DUDL	Declaração Universal dos Direitos Linguísticos
EAD	Educação a Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENEJA	Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INEP	Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PCD	Pessoa com Deficiência
PEE	Plano Estadual de Educação
PROFEI	Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional
RED	Recurso Educacional Digital
RN	Rio Grande do Norte
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEEC	Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SIGEDUC	Sistema Integrado de Gestão e Educação
SUEJA	Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos
	Tecnologia Assistiva

TA	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TDIC	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Compromisso de Uso de Dados
TCUD	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais
TILS	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais / Língua Portuguesa
TILSP	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFERSA	Fundo das Nações Unidas para Infância
UNICEF	

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA ANÁLISE DA EJA/MOSSORÓ E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS	22
2.1.1 EJA/Mossoró: Educação de Surdos e Educação Especial	22
2.1.2 Breve reflexão sobre as Diretrizes Operacionais da EJA: Resolução CNE/CEB nº 1/2021 e os estudantes Surdos da EJA	28
2.1.3 Contextualização: EJA/Mossoró (RN) e estudantes Surdos Bilíngues	34
2.2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVA) PARA ESTUDANTES SURDOS BILÍNGUES E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA	46
2.2.1 AVA e estudantes Surdos bilíngue da EJA: Questões que vão além da Libras e da acessibilidade linguística.....	46
2.2.2 Colaboração docente na perspectiva da Educação Bilíngue EJA/Mossoró: reflexão sobre ações no AVA	53
2.2.3 Apresentação do SIGEduc (Escola Digital)	60
2.2.3.1 Site	64
2.2.3.2 Site > Interface de entrada ao SIGEduc	65
2.2.3.3 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil	66
2.2.3.4 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal	67
2.2.3.5 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal > Portal do Estudante / Disciplinas	68
2.2.3.6 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal > Portal do Estudante / Disciplinas > SIGEduc (Escola Digital)	69
3 METODOLOGIA.....	73
3.1 TIPO DE PESQUISA	73
3.2 CONTEXTO: UNIVERSO, LÓCUS E PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	74
3.3 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS.....	78
3.4 COLETA DE DADOS.....	80
3.5 TRATATIVA E ANÁLISE DOS DADOS	82
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	106
5 RECURSO EDUCACIONAL	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	118

APÊNDICE A -	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESTUDANTES	128
APÊNDICE B -	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PROFESSORES	129
APÊNDICE C -	IMAGENS DOS LIVROS DE TOMBO DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA	130
ANEXO A -	TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO	131
ANEXO B -	TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS - TCUD	132
ANEXO C -	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE	133
ANEXO D -	PARECER DO CEP.....	141

APRESENTAÇÃO



Como verdadeira potiguara, adoro camarão, não pelas raízes, mas pela facilidade e conveniência. Com genética de Tupi-Guarani, resisto em meu tempo, ensinando Surdos a lutar pelos seus espaços. Como intérprete de Libras, carrego em minhas mãos e em face de simplicidade de usar e ensinar outra língua. Esta herança, própria dos nativos do Rio Grande do Norte (RN), impregnou no meu percurso profissional a esperança da liberdade, como era nos tempos dos Potiguaras.

A educação, especificamente a Educação Inclusiva, foi a minha opção de seguir a tradição do meu povo, liberdade e resistência. Está certo que Paulo Freire morava aqui pertinho, quem sabe desfrutamos do mesmo código. Aqui estou depois de alguns anos desfrutando deste caminho profissional, cheio de trombadas e resistências pleiteando mais um espaço. Isso está sendo possível, porque preciso da pesquisa para compreender melhor a minha profissão, e é por isso que estou mergulhada em novos desafios. “Não se avexe não” é parte da profissão, é parte do potiguar, é resultado de escolhas.

Escolho a EJA, onde minha pesquisa se encontra em solo fértil, me sinto viva, meu coração se enche de esperança quando chego à escola e me deparo com aquele longo corredor de paredes amarelas, adornados com frases do nosso patrono Paulo Freire. Chego até a enxergar o vibrar das palavras que ecoam no ambiente, guiando não apenas meus passos, mas impulsionando também aqueles que querem por vida em seus sonhos. Vejo-me na educação com um mandacaru, planta comum no solo árido da minha terra. Sim, sou mais uma professora que resiste e busca florescer nos espaços muitas vezes estigmatizado (gosto de estar neles).

Assim como cacto resiste à seca, resisto às diversidades existentes no espaço de EJA. Não sou espinho, sou afloração de possibilidades. Minhas mãos não espetam, sinalizam, são elo em um espaço não pensado para pessoas Surdas. Recordo Paulo Freire quando dizia que a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças.

A inclusão não é apenas um processo educacional, mas uma jornada contínua de aprendizado mútuo, floresce igual à flor do mandacaru que, mesmo na escuridão

da noite, surge, assim é quando abrimos nossos corações para aprender com o outro. E sim, estou florescendo!

Hoje, na busca por mais conhecimento sobre a inclusão da pessoa Surda no contexto da escola pública, reconheço a importância dessa visão de aprendizado com as diferenças. Essa abordagem tem sido um pilar fundamental em minha trajetória, especialmente durante a pandemia. Como intérprete de Libras, mergulhei ainda mais fundo nos desafios enfrentados pelos estudantes Surdos na Educação de Jovens e Adultos.

Ao presenciar de perto as fragilidades e adversidades desse período, fui impulsionada a compreender como essas experiências moldaram e influenciaram o processo educacional dos Surdos. A pandemia, apesar de suas dificuldades, trouxe consigo valiosas lições sobre resiliência e oportunidades de crescimento. É nesse contexto desafiador que minha pesquisa busca se inserir, explorando os desafios e as contribuições através da perspectiva dos estudantes Surdos da EJA e sua interação com os ambientes virtuais de aprendizagem (AVA).

Por fim, este estudo não se constrói como trabalho de uma pesquisadora que tem vasta experiência em AVAs, mas como alguém que se interessa por investigar tais espaços; e, principalmente, conhecer as perspectivas dos estudantes Surdos de uma escola da EJA/Mossoró a respeito da temática. Considera-se que suas abordagens interferem e modificam percursos estigmatizados e construídos a partir da concepção dos ouvintes.

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se constrói a partir da necessidade de analisar as perspectivas dos estudantes Surdos¹ de uma escola da EJA/Mossoró² sobre o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do SIGEduc (Escola Digital)³. Antes mesmo do alastramento da crise sanitária provocada pelo coronavírus em 2019, observava-se, nesse AVA, barreiras comunicacionais para os estudantes Surdos da EJA/Mossoró, problemática que foi intensificada com a chegada da pandemia, que, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), deixou mais 2 milhões de estudantes fora da escola (Tokarnia, 2021).

É válido refletir sobre a viabilidade desses recursos, principalmente quando ainda se tem AVA sem acessibilidade em língua de sinais. Com a pandemia, algumas lacunas tornaram-se mais evidentes. Nesse contexto, o SIGEduc (Escola Digital), assim como demais AVAs de várias partes do território brasileiro, evidenciavam desafios relacionados à inclusão digital no país, afirma o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br).

Em relação ao desenvolvimento desta pesquisa, é importante ressaltar que a atuação da pesquisadora neste estudo, como professora tradutora intérprete de Libras (PTILSP)⁴ da escola (lócus da pesquisa), possibilitou observar o contexto investigado. Essa proximidade foi importante para iniciar a busca pelas perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró em relação, especificamente, ao ambiente virtual de aprendizagem em questão. A perspectiva do professor será útil para compreender o trabalho colaborativo docente no SIGEduc junto ao estudante Surdo.

De acordo com Ferreira (2014), os AVAs configuram-se como espaços de ensino e aprendizagem que promovem práticas pedagógicas voltadas à construção do conhecimento por meio da interação, a fim de que os alunos adquiram autonomia nesse processo. No entanto, é necessário observar se todos interagem de forma autônoma, no caso do SIGEduc (Escola Digital), ou se existem grupos que

¹ Usaremos o “S” maiúsculo, entendendo o Surdo como sujeito político e cultural (Wilcox; Wilcox, 2005).

² Para preservar o nome da escola, durante toda a investigação, o nome lócus da pesquisa será EJA/Mossoró.

³ A Escola Digital trata-se de um Recursos Educacional Digital (RED) em um ambiente virtual de aprendizagem, inserido no SIGEduc.

⁴ PTILSP é a sigla referente ao professor tradutor intérprete de língua de sinais – português. (Oliveira Neto, 2022).

permanecem à margem desse processo. Para entender melhor esses aspectos, é importante considerar alguns dados sobre AVAs nos ambientes escolares.

Segundo a Agência Brasil (2021), houve um aumento significativo do uso de plataformas para atividades de ensino e aprendizagem de 22% em 2016 para 66% em 2020, nas escolas urbanas. Esse crescimento ocorreu devido à necessidade de adaptação ao ensino a distância durante a pandemia. Além disso, um levantamento feito pela TIC educação (2021), realizado no ano de 2020 com professores de escolas públicas (municipais, estaduais e federais) de algumas localidades, confirmou que os docentes faziam uso do AVA em suas aulas remotas na pandemia. Entretanto, foi relatado pelos professores que as plataformas de ensino utilizadas não eram adequadas para desenvolver atividades com os alunos com deficiência. Isso obrigou-os a realizar adaptações nos recursos oferecidos pelas próprias plataformas durante a pandemia.

Seguindo a inclinação nacional do ensino remoto, especificamente no Rio Grande do Norte, a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC/RN), respeitando os demais decretos publicados pelos governos federal e estadual, traçou estratégias para a continuação das aulas por meio das atividades não presenciais (Rio Grande do Norte, 2020). A intenção foi amenizar os prejuízos educacionais dos estudantes potiguares.

Nesse sentido, orientou-se aos docentes da escola EJA/Mossoró, lócus da pesquisa, a analisar quais recursos adotariam para promover as aulas remotas. Entre tantos, alguns professores optaram por também usar a Escola Digital do SIGEduc.

Ao considerar as barreiras comunicacionais existentes para os estudantes Surdos em AVAs, é válido refletir sobre a viabilidade na familiaridade com tais recursos, especialmente quando ainda se têm recursos digitais educacionais sem acessibilidade na língua brasileira de sinais (Libras). Segundo Cury *et al.* (2020), mesmo antes da pandemia, as escolas demonstraram despreparo para lidar com as especificidades do estudante com deficiência. Para alguns estudantes, durante a pandemia, ficou nítida a falta de igualdade no uso dos recursos digitais educacionais. Quando aplicado ao contexto dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, inúmeros desafios foram acentuados nesse período.

Frente ao problema, desponta a hipótese de que a inclusão da Libras é essencial para garantir o acesso igualitário ao conhecimento, colaborando com a

planificação linguística da língua de sinais, permitindo que o estudante Surdo participe ativamente ao interpretar ou manipular as informações de forma individual e coletiva, promovendo sua autonomia de forma colaborativa na construção do conhecimento.

Diante disso, origina-se a pergunta de partida: Como o SIGEduc (Escola Digital)⁵ e seus recursos educacionais digitais (REDs) contribuem no trabalho docente colaborativo e favorecimento de experiências de aprendizagem com os estudantes Surdos na EJA, em uma escola de Mossoró (RN)?

O objetivo geral é analisar desafios e contribuições do SIGEduc (Escola Digital) como recurso de acessibilidade linguística na construção de um sistema inclusivo, a partir das perspectivas dos estudantes Surdos bilíngues⁶ e de um professor de uma escola EJA/Mossoró. Os objetivos específicos são: a) investigar as lacunas e potencialidades do SIGEduc (Escola Digital) na perspectiva dos estudantes Surdo da EJA/Mossoró; b) Conhecer como o professor da EJA/Mossoró realiza o trabalho colaborativo SIGEduc (Escola Digital) junto aos estudantes Surdos; c) Apontar a partir da perspectiva do estudante Surdo da EJA/Mossoró, questões sobre acesso e acessibilidade à Escola Digital no processo de aprendizagens e a inclusão; d) Elaborar como recurso educacional um *site* no formato de Tutorial em Libras para SIGEduc (Escola Digital).

Dessa forma, complementando os objetivos, é importante ressaltar que questões relacionadas às barreiras comunicacionais envolvendo pessoas Surdas não é algo recente, mas sim, situações de desigualdade social histórica que persistem ao longo do tempo. A pesquisa busca, portanto, não apenas apresentar as barreiras no SIGEduc (Escola Digital), mas contribuir com caminho que possam reduzir as desigualdades educacionais para o estudante Surdo da EJA.

Sobre a estrutura da pesquisa, está organizada em seis seções sequenciais. Inicialmente, a primeira seção aborda a Introdução, contendo objetivo geral e objetivos específicos, problemática, hipótese e justificativa. Vale ressaltar que a introdução segue estruturada conforme as perspectivas descritas na abordagem

⁵ Durante toda escrita deste trabalho, utiliza-se o termo SIGEduc (Escola Digital), pois a Escola Digital é o AVA do sistema SIGEduc.

⁶ Consideram-se Surdos bilíngues aqueles que trazem consigo “[...] demandas históricas e identitárias de pessoas surdas que têm a língua de sinais como principal língua de identificação cultural, ainda que o direito à Libras como primeira língua não lhes tenha sido assegurado, desde a infância” (Nascimento *et al.*, 2020).

teórico-metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, servindo para orientar o leitor ao longo deste estudo.

A segunda seção, intitulada Fundamentação Teórica, é subdividida em duas partes. A **primeira parte** contempla a *Contextualização da Política de Educação de Surdos, análise da EJA Mossoró e Educação Bilíngue de Surdos*. O objetivo é discutir sobre a Educação Bilíngue de Surdos e sua relação com a Educação Especial no âmbito da EJA. Segue-se, assim, **o subcapítulo** contendo uma breve reflexão sobre as Diretrizes Operacionais da EJA, considerando suas últimas discussões sobre a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, com o intuito de buscar menções sobre questões relacionadas à Educação a Distância (EaD) e à Educação de Surdos na EJA. Por fim, no último **subcapítulo** contextualiza uma escola da EJA localizada em Mossoró (RN), destacando a presença dos estudantes Surdos bilíngues.

A **segunda parte** versa sobre os *Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) para estudantes Surdos Bilíngues e acessibilidade linguística*. Primeiramente, conta com o **subcapítulo** que discute questões que vão além da Libras e da acessibilidade linguística em AVAs, o que leva ao campo das questões da planificação linguística. O **subcapítulo** seguinte trata da colaboração docente para uma Educação Bilíngue na EJA/Mossoró e reflexão sobre a importância das ações em AVAs junto a esses estudantes. Por último, é feita a apresentação do SIGEduc (Escola Digital) como: *Site*, *Interface* de entrada ao SIGEduc, *Tela de vínculo estudantil*, *Menu Principal*, *Portal do Estudante-Disciplinas*, SIGEduc (Escola Digital) ambiente geralmente utilizados pelos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Buscou-se embasamento para a fundamentação teórica, como relevância social e acadêmica, nas literaturas de autores como Perlin e Strobel (2008), Soares (2002; 2011), Campello e Rezende (2014), Brito (2014), Fernandes e Moreira (2014), Araújo (2018), Oliveira, A.P.S.F (2019), Oliveira, C.T (2019), Nascimento *et al.* (2020), entre outros, que investigam diferentes aspectos da Educação de Surdos, políticas educacionais e o uso de recursos educacionais digitais.

Observa-se que os quatro últimos trabalhos, incluindo dissertações e tese, são os únicos que abordam EJA, SIGEduc e Escola Digital. No entanto, busca-se explorar as interseções desses temas com os estudantes Surdos da EJA (Mossoró). Nesse contexto, há uma ausência significativa de estudos focados em estudantes Surdos dessa modalidade. Isso ressalta a importância da relevância social e

acadêmica desta pesquisa, além de tornar significativas as perspectivas dos atores sociais Surdos desse estudo influenciando seus pares.

A revisão bibliográfica foi conduzida no mês de fevereiro de 2023, utilizando o banco de dados da Scielo - Brasil Scientific Electronic Library Online e Portal CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, bem como alguns repositórios de universidades. Sabe-se que toda pesquisa científica busca fundamentação na literatura, portanto, trata-se de um trabalho que, corroborando Gil (2008, p. 44), é desenvolvido “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Isso concede um norte para subsidiar a pesquisa, além de fortalecer a base teórica para análise dos dados de maneira consistente.

Sobre o percurso metodológico adotado, iniciou-se com a submissão do projeto ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos (COPEP), aprovado pelo Certificado de Apresentação Ética (CAAE) nº 68196323.7.0000.9247. A metodologia desta pesquisa traz uma abordagem qualitativa, fundamentada em Minayo (2014), com estudo descritivo-exploratório, conforme delineado por Gil (1999;2008).

Trata-se de um estudo de campo, cujo lócus de pesquisa é uma escola da EJA localizada em Mossoró, que faz parte da rede pública Estadual de Educação do RN. Nesse contexto, os dados coletados foram tratados e analisados utilizando-se a técnica de análise temática, seguindo os princípios propostos por Braun e Clarke (2006).

Com essa base, o estudo segue para o corpo da pesquisa, onde são apresentados os fundamentos, metodologias, análises e discursões de uma investigação ímpar no contexto da EJA na cidade de Mossoró. Abordam-se não apenas as questões relacionadas com a acessibilidade linguística e digital, mas reflete-se sobre a jornada da pesquisadora, professora intérprete de Libras, comprometida com a construção de espaços escolares voltados para uma perspectiva inclusiva para jovens e adultos Surdos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE SURDOS: UMA ANÁLISE DA EJA/MOSSORÓ E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Neste capítulo, pretende-se abordar a relação da política nacional de Educação de Surdos no Brasil com a política de Educação Especial. O objetivo é discutir o que se tem observado em uma escola da EJA/Mossoró e como essa distinção se apresenta, uma vez que a presença do estudante Surdo nessa modalidade é uma realidade.

Além disso, inclui-se nos subcapítulos a seguir uma breve reflexão sobre as Diretrizes Operacionais da EJA, considerando suas últimas discussões sobre a Resolução CNE/CEB nº 1/2021, com o intuito de buscar menções sobre questões relacionadas à Educação a Distância (EaD) e à Educação de Surdos na EJA. Por fim, no último subcapítulo, será contextualizada uma escola da EJA localizada em Mossoró (RN), destacando a presença e as experiências dos estudantes Surdos bilíngues.

2.1.1 EJA/Mossoró: Educação de Surdos e Educação Especial

A Educação de Surdos no Brasil é um tema de grande importância, principalmente por envolver questões linguísticas, culturais e sociais. Embora a Educação de Surdos no Brasil tenha impulsionado a conscientização da educação na perspectiva inclusiva, muito se tem avançado, observa-se que ainda persiste uma relação conflituosa da política nacional de Educação de Surdos no Brasil com a política de Educação e Especial no ambiente da EJA.

De acordo com De Brito (2016), no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, o país vivenciava um despertar político e social mobilizado pela crescente conscientização sobre as questões de igualdade e direitos civis. Nesse momento, os movimentos surdos⁷ são instigados a se envolver no ativismo das pessoas com deficiência (PcD) na luta pelos seus direitos.

⁷ De acordo com De Brito (2016), movimentos surdos é toda e qualquer atividade realizada pela comunidade surda que articule a busca por um bem comum.

Boaventura Souza Santos (2003, p. 339 *apud* Santos, 2009) afirma que “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Sabe-se que toda trajetória dos Surdos, principalmente no âmbito educacional, foi marcada pelo isolamento cultural, silenciamento dos sinais e imposição do oralismo.

É possível que as lutas do movimento surdo no Brasil e os movimentos da educação especial tenham suas raízes nesse período conflituoso dos anos 70 e 80. A hipótese é de que esse desalinhamento inicial sobre a identidade e especificidades de cada grupo possa ter fomentado discursos e perpetuado estigmas, ocasionando indefinição entre as lutas. Segundo De Brito (2016), naquela época, o movimento surdo não havia definido uma demanda clara sobre seu papel político. Isso dificultava a representatividade do movimento surdo na efetivação dos seus direitos. Soares (1998) ressalta que o movimento surdo foi importante para aproximação e construção do Ser Surdo⁸, cultural e político, o que contribuiu para consolidar a política da identidade surda.

No Brasil, os debates sobre Educação de Surdos intensificaram-se na década de 90, fase marcada não apenas pelas discussões sobre a língua de sinais, bilinguismo, aspectos socioculturais envolvendo culturas e identidades surdas, mas também pela reflexão dos modelos clínico-terapêuticos. Todos esses debates foram fundamentais para estruturação organizacional de uma Educação Bilíngue para Surdos no país (Fernandes; Moreira, 2014).

Além disso, foi nos anos 90 que a Comunidade Surda se fortaleceu por meio de seus movimentos em todo o mundo. De acordo com De Fátima Fernandes e Terceiro (2019), apesar da opressão oralista da época, os artefatos culturais surdos⁹ mantinham-se vivos por meio dos encontros em grupos, ação que caracteriza e fortalece os Surdos como comunidade. As autoras ainda apontam, em citação de Wool e Ladd (2003), que o estudo do conceito sobre Comunidade Surda tem sido objeto de pesquisa por diversos autores ao longo dos últimos 150 anos. Eles

⁸ De acordo com Perlin (2003, p. 18), “[...] dentro de posições culturais, a palavra ser surdo, assumi uma posição política, para identidade e diferença e a alteridade”. Observa-se Ser Surdo grafado com letras iniciais maiúsculas, de forma que a autora desta pesquisa optou para enfatizar pessoa, cidadão com direitos.

⁹ De acordo com Strobel (2008), os artefatos culturais não se resumem só a objetos ou materiais produzidos por determinado grupo cultural. Também pode se referir àquilo que se vê e sente. Exemplo, artefatos culturais do Povo Surdo: experiências visuais, desenvolvimento linguístico, família, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, política e materiais.

destacam que essa comunidade é caracterizada por três fatores principais: surdez, comunicação visual e apoio mútuo entre seus membros. Esse elemento que favorece a base sólida da construção da identidade surda, bem como os aspectos culturais, as práticas e interações que sustentam a comunidade ao longo do tempo.

De acordo com De Brito (2016, p. 9), os movimentos surdos brasileiros, com base na teoria do sociólogo italiano Alberto Melucci, são considerados "um sistema composto por interações sociais envolvendo principalmente pessoas surdas, grupos e organizações de surdos". Ainda segundo o autor, somente nos anos 90, surge um movimento direcionado à comunicação sinalizada na busca pelo reconhecimento legal. De Brito (2016, p. 767) afirma que a busca, inicialmente, baseava-se:

[...] antes de qualquer coisa, nos direitos sociais de cidadania, em especial o direito à comunicação em igualdade de oportunidade com o ouvinte nas várias esferas da vida social. Portanto, o que estava em jogo, quando se passou a reivindicar, por exemplo, o direito ao atendimento por intérpretes em serviços públicos essenciais ou o direito ao uso da comunicação sinalizada nas escolas e classes especiais para surdos, era a luta por participação plena em igualdade de condições, conforme preconizava o lema do AIPD, e não qualquer tipo de reconhecimento de uma particularidade cultural ou linguística.

As mobilizações desempenham um papel muito importante nas mudanças sociais, pois não apenas evidenciam a força da coletividade unida por um ideal, mas também oferecem uma poderosa forma de demonstrar descontentamento com a realidade vivenciada. Embora haja diversas lutas surdas ao longo da história, houve um dado momento de ascensão do movimento surdo.

Com a liderança do ativista Surdo Nelson Pimenta de Castro, movimentos reivindicatórios por cidadania plena impulsionaram o grupo "Surdo Venceremos", que, organizados em passeatas, mobilizaram cerca de 2 mil pessoas, entre Surdos e ouvintes, na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1994. Esse momento consagrou os movimentos surdos no Brasil, sendo caracterizados pelo número expressivo de pessoas envolvidas e pelas ações culturais que simbolizavam a defesa dos direitos e valorização da língua de sinais para a Comunidade Surda (Berenz, 2003).

Esse movimento consolidou-se com um momento marcante de fortalecimento das lutas surdas no Brasil. Sabe-se que, antes mesmo dessa mobilização, já havia ações materializadas em um documento nomeado "As comunidades surdas

reivindicam os seus direitos linguísticos” na FENEIS¹⁰. O documento foi construído por pesquisadores da área que defendiam a língua de sinais como uma forma de comunicação inata, equivalente às línguas orais (De Brito, 2016).

Ao longo dos anos, os movimentos surdos passaram a se apropriar de discursos baseados no conhecimento e nas necessidades específicas da pessoa Surda. De Brito (2016) afirma que, com o tempo, as ideias se transformaram em uma nova ideologia, o que ajudou na construção de uma nova identidade coletiva, novos códigos culturais, interpretação sobre a surdez e compartilhamento da língua de sinais entre os Surdos, principalmente a questão de defender a Libras com base em seu status linguístico.

Considera-se que o alinhamento dos movimentos Surdos e os movimentos sociais da PcD contribuíram para o fortalecimento das causas e ampliação das discussões de grupos minoritários em meio à sociedade. Por conseguinte, houve um momento de mudança na linha ideológica dos movimentos surdos, descrito por De Brito (2016) como produção de novos discursos, resultante do entendimento da Libras baseado no status linguístico, viso espacial, e como elemento de expressão da Cultura e Identidade Surda. Assim, além da busca pela cidadania, os movimentos surdos passaram a lutar por seus direitos linguísticos.

As questões linguísticas são parte integrante da Educação de Surdos no Brasil. Apesar das conquistas legais alcançadas e dos esforços para esclarecer a sociedade sobre a Cultura e Identidade Surda, e além da língua de sinais como forma de promover a conscientização da inclusão da pessoa Surda em todos os espaços; observa-se que perdura no contexto educacional brasileiro, conforme destacado por Fernandes e Moreira (2014), o desafio da representação ambígua dos Surdos.

Percebe-se tal aspecto no ambiente da EJA/Mossoró, quando ainda existe uma abordagem direcionada ao estudante Surdo, devido ao termo “especial” ou “necessidade especial”. Isto evidencia a necessidade de discutir a relação da Educação de Surdos e a Educação Especial nessa modalidade educacional.

De acordo com Fernandes e Moreira (2014, p. 62), essa representação:

¹⁰ Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), fundada em 16 de maio de 1987, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa de políticas linguísticas, educação, cultura, emprego, saúde e assistência social, em favor da comunidade surda brasileira, bem como a defesa de seus direitos (Feneis, 2024).

[...] circula no conjunto desses documentos oscilando em um pêndulo discursivo que ora balança para uma categorização que toma os surdos como integrantes de um grupo cultural por falarem uma língua própria (a Libras), e ora os classifica como estudantes com deficiência, cujo tratamento diferenciado exigiria recursos de acessibilidade e atendimento educacional especializado (AEE) para ter garantida uma aprendizagem significativa, na qual a Libras figuraria como um recurso educacional.

Ao lidar com o atual cenário educacional de algumas escolas públicas brasileiras, observa-se que, na EJA/Mossoró, essa oscilação persiste. Em alguns momentos, é possível encontrar discursos velados no auxílio educacional que se entrelaçam com estratégias pedagógicas, o que não se alinha à Educação de Surdos. Strobel (2009) afirma que, nos currículos tradicionais, não havia espaço de respeito com a cultura de alunos Surdos e, somente há pouco tempo, os currículos começaram a contemplar a língua de sinais, a literatura surda, entre outros. Percebe-se que essa proposta curricular ainda não é uma realidade no ambiente da EJA/Mossoró, onde, apesar da busca pela ressignificação nessa modalidade de ensino, o progresso no âmbito da educação inclusiva para estudantes Surdos é lento.

De acordo com o Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do ano de 2022, constatou-se que, entre o total de alunos da educação básica, 1,5 milhão apresentava algum tipo de deficiência. Entre esses, encontram-se os estudantes Surdos e pessoas com deficiência (PcDs). No que se refere ao número de estudantes Surdos especificamente, o número de matrículas em classes comuns de escolas públicas era de 17.141 estudantes, enquanto para deficientes auditivos (D.A) correspondiam a 37.625 e surdocegos eram 548 (Brasil, 2023).

Contudo, o Censo não descreve o número exato de pessoas Surdas e D.A, o que mostra a falta de informações específicas que envolvem questões Culturais e de Identidades. Isso pode gerar lacunas que dificultam a formulação de políticas públicas para atender às especificidades do estudante Surdo.

Em alguns documentos escolares, ainda é comum agrupar estudantes Surdos com estudantes com deficiência. Isso não é algo que ocorre apenas na educação, pois, em outros órgãos públicos, também é comum encontrar o termo “deficiente auditivo” sendo utilizado para se referir a pessoas Surdas, o que acaba por generalizar a Identidade Surda. Segundo Strobel (2009), o termo deficiente auditivo está vinculado às experiências sonoras, enquanto a pessoa Surda constrói seu entendimento de mundo com base no artefato cultural visual.

Diante dessa realidade, questiona-se como estabelecer ambientes bilíngues para Surdos da EJA, quando ainda falta de distinção clara entre a Educação Especial e à Educação de Surdos na educação básica pública? Por que ainda se percebe ambiguidade nessa modalidade (EJA), mesmo com o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação pela Lei nº 10.436/2002, a regulamentação pelo Decreto nº 5.626/2005 e a recente inclusão da Educação Bilíngue para Surdos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) pela Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021c)¹¹?

Fernandes e Moreira (2014, p. 63) oferecem uma possível explicação, ao afirmarem que “é ainda incipiente o debate da política linguística para Surdos no contexto da educação inclusiva”. Percebe-se, atualmente, na EJA a ausência de discursões nesse âmbito, o que pode justificar as dificuldades enfrentadas.

Além disso, é relevante levantar a hipótese de que a não dissociação entre a Educação de Surdos e a Educação Especial pode estar relacionada a ações não condizentes com os documentos atuais, resultando em um desalinhamento entre teoria e prática pedagógica.

Remete-se, mais uma vez, à reflexão para o ambiente da EJA/Mossoró, em que se percebe uma complexa relação entre a política educacional de Educação de Surdos no Brasil e a política de Educação Especial. A afirmação de Fernandes e Moreira (2014) sobre a incipiência do debate da política linguística para Surdos, no contexto da educação inclusiva, ressalta a necessidade premente de discussões sobre o assunto, principalmente quando ainda existem espaços que demonstram a falta de uma distinção clara entre as modalidades. Isso perpetua as ambiguidades e dificulta a efetivação de ambientes bilíngues para estudantes Surdos nas escolas públicas.

Apreende-se que as escolas bilíngues para estudantes Surdos requerem que sua língua materna (língua de sinais) seja a língua de instrução e que seu contexto histórico e cultural esteja integrado ao currículo, com a presença de professores Surdos como referências linguísticas e culturais (Fernandes; Moreira, 2014).

Por fim, é válido refletir como a EJA pode atender ao estudante Surdo, considerando suas especificidades linguísticas e culturais. Para que a EJA/Mossoró possa avançar em uma perspectiva inclusiva, é importante que os projetos políticos pedagógicos das instituições (PPP) estejam alinhados às modalidades de ensino para

¹¹ Essa lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação na LDB, introduzindo disposições específicas relacionadas à educação bilíngue para Surdos.

o estudante Surdo, uma vez que, nos últimos anos, houve grandes avanços legais, como o reconhecimento do Ensino Bilíngue para Surdos, segundo a Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021c).

É urgente estar atento às construções dos documentos que regem a EJA, principalmente no que se refere à inclusão da pessoa Surda. Assim, o próximo subcapítulo contempla uma breve reflexão sobre as Diretrizes Operacionais da EJA. Busca-se observar tendências para ressignificar a EJA na perspectiva inclusiva para o estudante Surdo. Com isso, colaborar com a desconstrução do estigma de uma modalidade de “última chance” ou “ponto final” da trajetória educacional da pessoa Surda.

2.1.2 Breve reflexão sobre as Diretrizes Operacionais da EJA: Resolução CNE/CEB nº 1/2021 e os estudantes Surdos da EJA

A EJA, no Brasil, traz consigo uma trajetória marcada pela resistência e compromisso com a inclusão educacional, reconhecida por proporcionar espaços educacionais para aqueles que buscam retomar seus estudos. Mesmo diante dos preconceitos, a resiliência é uma característica fundamental na história dos sujeitos da EJA. É dentro dessa trajetória de compromisso e resistência que se insere a importância de conhecer a Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 1, de 28 de maio de 2021 (Brasil, 2021a).

Esse documento está alinhado à Política Nacional de Alfabetização (PNA), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a Distância. Além disso, é relevante discutir as Diretrizes Operacionais da EJA, visto que se trata de um documento recente. Visa atualizar e orientar a organização dos currículos e a oferta da EJA de acordo com as legislações vigentes.

Refletir sobre a implementação das Diretrizes Operacionais da EJA, especificamente a de 2021, implica questionar de que maneira esse documento aborda a Educação a Distância (EaD) considerando a singularidade linguística dos estudantes Surdos. É pertinente um olhar para esses espaços EaD na EJA bem com seus documentos, com o objetivo de analisar como a língua de sinais e as questões sobre acessibilidade são vistas e tratadas, para que não reduzam a língua de sinais como uma simples ferramenta de “inclusão”.

A reflexão sobre a Resolução CNE/CEB nº 1/2021 no presente estudo tem um olhar direcionado à perspectiva de ensino baseado na Educação de Surdos. Embora se saiba que a EJA não seja um espaço organizado para este formato educacional, não se pode negligenciar a presença dos estudantes Surdos nessa modalidade. Com isso, é importante que se discuta todo e qualquer documento que seja direcionado à escola pública, principalmente às questões que mencionam a acessibilidade para o estudante Surdo, comumente representada em documentos pela presença do intérprete de Libras em sala de aula.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2021, a mais recente até o momento, trata-se de um documento para implementação das Diretrizes Operacionais da EJA nos Estados, Municípios e Distrito Federal. Em maio de 2021, o Ministério de Educação (MEC) lançou um referencial que esclarece melhor a Resolução, os aspectos que envolvem a EJA e legislações específicas dessa modalidade. Nesse sentido, caso necessário, o documento elaborado pelo MEC servirá como facilitador na compreensão dessa Resolução (Brasil, 2021).

O referido documento é composto por 36 artigos; portanto, a análise será direcionada especificamente aos aspectos que abordam a acessibilidade linguística e educação EaD no âmbito da EJA. Essa reflexão concentra-se nas regulamentações relacionadas a esse tema específico, com a convicção de que as Diretrizes Operacionais da EJA, voltadas para um ambiente tão diverso, podem contribuir para a redução da exclusão linguística da pessoa Surda nessa modalidade de ensino.

Considera-se que tal normativa possui relevância e impacto significativo no contexto educacional para estudantes Surdos da EJA de maneira geral, especialmente no que diz respeito à educação EaD. Para situar, o Art. 1º das Diretrizes Operacionais da EJA, no inciso V, aborda questões específicas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos a distância. Diante disso, surge a questão de como esse documento considera as singularidades linguísticas dos estudantes Surdos nessa modalidade de ensino.

A Resolução CNE/CEB nº 01/2021 propõe estabelecer a oferta da EJA, com disposições detalhadas no Art. 4º, inciso II, que incluem a disponibilização de Ambientes Virtuais de Aprendizagem e plataformas de acessos, além de mídias e materiais didáticos impressos (Brasil, 2021a).

- I – a duração mínima dos cursos da EJA, desenvolvidos por meio da EaD, será a mesma estabelecida para a EJA presencial;
- II – disponibilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) aos estudantes, e de plataformas garantidoras de acesso além de mídias e/ou materiais didáticos impressos;
- III – desenvolvimento de interatividade pedagógica dos docentes licenciados na disciplina ou atividade, garantindo relação adequada de professores por número de estudantes;
- IV – disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital; e
- V – reconhecimento e aceitação de transferências entre os cursos da EJA presencial e os desenvolvidos em EaD ou mediação tecnológica. Parágrafo único. Para cursos de EJA do Ensino Médio, a oferta de EaD é limitada a no máximo 80% (oitenta por cento) de sua carga horária total, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo (Brasil, 2021a, p. 2-3).

Além disso, a preocupação com a continuidade das aprendizagens na era da informação e das tecnologias digitais é refletida em vários outros documentos normativos, como o Parecer CNE/CEB nº 23/2008, o Parecer CNE/CEB nº 6/2010, o Parecer CNE/CP nº 5/2020, o Parecer CNE/CP nº 9/2020, o Parecer CNE/CP nº 11/2020, o Parecer CNE/CES nº 498/2020, o Parecer CNE/CP nº 15/2020, o Parecer CNE/CP nº 16/2020, o Parecer CNE/CP nº 19/2020, Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020, e a Resolução CNE/CEB de nº 01/2021 (Brasil, 2021).

Compreende-se a importância do acesso e dos recursos digitais disponíveis conforme descrito na Resolução CNE/CEB nº 01/2021. No entanto, ao reforçar a importância da singularidade linguística do estudante Surdo, torna-se necessário enfatizar a acessibilidade como promotora da eliminação de barreiras. De acordo com Art. 17 da Lei nº 10.098/00, que define critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, estabelece-se que:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (Brasil, 2000, s. p.).

De acordo com o Estatuto da pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/15, Art. 3º, inciso IV, define que “as barreiras tecnológicas são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiências às tecnologias” (Brasil, 2015). As

barreiras comunicacionais enfrentadas pelos estudantes Surdos no ambiente escolar sempre existiram, com a pandemia da Covid-19, essas dificuldades tornaram-se mais evidentes, destacando a necessidade de ações condizentes com a legislação e os direitos dos estudantes Surdos.

Segundo Silva (2010, p. 137),

[...] é preciso estar a par da novidade digital que permite autonomia, por colaboração na manipulação das informações que ganham sentido por meio das ações de cada indivíduo que deixa de ser mero receptor para tornar-se também emissor de informações.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que o estudante Surdo da EJA tem o direito à sua autonomia digital, no entanto, ela só se torna inclusiva quando os ambientes digitais são planejados de maneira que os atendam, sendo possível que esses estudantes Surdos recebam e compartilhem informações. Nesse sentido, os recursos acessíveis, intérpretes de libras, legendas, entre outros, são fundamentais, mas é apenas uma parte de uma construção educacional maior para a pessoa Surda.

Neri (2003, p. 5) enxerga a inclusão digital como forma que “representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento”. No entanto, essa visão otimista não representa as realidades enfrentadas pelos estudantes Surdos da EJA. Embora a inclusão digital busque promover a igualdade, na prática, os sistemas falham ao ofertar a inclusão efetiva.

Por exemplo, de maneira geral, os estudantes Surdos da EJA enfrentam dificuldades no uso de ambientes virtuais de aprendizagem, mesmo com auxílios de intérpretes de libras nas escolas, os recursos que colaborariam com o nivelamento de oportunidades ainda parecem distantes. Essa dificuldade ressalta a realidade educacional digital dos estudantes Surdos, que se distancia do que mencionam a LDB (Art. 35º) e a BNCC, quando orientam as escolas na missão de formar jovens autônomos (competência essencial), criativos e responsáveis.

Esse exemplo torna-se mais evidente ao considerar que, segundo De Oliveira e Silva (2019), os cursos a distância são frequentemente considerados como uma expressão da democratização do ensino, devido à sua capacidade de proporcionar acesso à educação de maneira justa e igualitária para todos. No entanto, observa-

se que as iniciativas de democratização ainda enfrentam desafios significativos em termos de acessibilidade linguística para a pessoa Surda da EJA.

Antes de retomar a reflexão sobre diretrizes operacionais destinadas a EJA e os sujeitos Surdos que nela se encontram, é importante justificar a necessidade de refletir sobre o ponto de vista dos Fóruns de EJA (2023) sobre esse novo documento. Atentar principalmente quando há a preocupação com educação EaD para estudante Surdo da EJA, sendo importante para compreender qual o cenário que essas ações implicam.

Dito isto, é válido conhecer quais as perspectivas dos Fóruns de EJA do Brasil acerca desse documento. Mas, afinal, o que são Fóruns de EJA? De acordo com Dantas (2014, p. 1):

Os fóruns de EJA apresentam-se como espaço de interlocução e discussão entre os vários segmentos interessados na educação de jovens e adultos e buscam propor ações que contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito à educação independente da idade como proclamado na Constituição de 1988.

No Portal dos Fóruns de EJA, atualmente, existem 27 representações, uma em cada estado brasileiro. A história dos fóruns teve início no ano de 1996, com o estabelecimento do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro. Desde 1999, são realizados os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs (Dantas, 2014). Ainda de acordo com o Portal Fórum EJA Brasil, o encontro nacional é descrito como:

[...] um espaço a mais em que se exercita a convivência com as diferenças e com modos de pensar a EJA, produzindo, democraticamente, respostas a questões candentes que precisam ser tratadas em nível nacional e articuladas em todo o país, alterando o quadro das políticas, ainda fortemente marcadas, nos níveis locais, por concepções escolares presas às praticadas nas escolas regulares para crianças. O campo do conhecimento vivenciado por jovens e adultos no mundo exige renovação permanente e formulações curriculares adequadas às necessidades básicas de aprendizagem desses sujeitos (Fóruns EJA Brasil, 2023).

No contexto de articulações, renovações e alterações da Resolução CNE/CEB 01/2021, alguns Fóruns de EJA se manifestaram nacionalmente ao divulgarem uma nota de repúdio em resposta às Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos relativos ao seu alinhamento à PNA, BNCC e EJA (EaD). Conscientes das inúmeras justificativas apresentadas pelos

diversos Fóruns estaduais no país, que refutam a Resolução CNE/CEB 01/2021, destacam-se algumas:

As diretrizes propostas distanciam a Educação de Jovens e Adultos dos ideários da Educação Popular, provocando a dissociação entre vida, ciência, cultura e sociedade, restringindo à educação básica a qualificação profissional com ênfase no ensino a distância superficial, aligeirado com forte tendência privatista e mercadológica. O fechamento de turmas e de escolas, com a nucleação das turmas, dificultando sobremaneira a frequência dos estudantes, resultando em dramática redução das matrículas de EJA em todo o Brasil são evidências dos prejuízos da resolução CNE 01/21 (Fóruns EJA Brasil, 2023)

No RN, optou-se por continuar a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001¹². Essa decisão soma-se às vozes de diversos fóruns que denunciam a extinção e a invisibilidade da EJA. Segundo o Fórum EJA Brasil (2023), o documento em questão torna-se problemático devido às diretrizes que promovem a separação entre vida, ciência, cultura e sociedade, limitando a abrangência da educação básica e as qualificações profissionais, além de um ensino a distância superficial. Diante disso, o Fórum EJA Brasil solicita a revogação da Resolução com base no respeito à educação brasileira e às disposições que instituíram a LDB.

Portanto, somado à preocupação do Fórum EJA Brasil quanto à superficialidade com que o ensino EaD é tratado nas Diretrizes, o documento levanta questões que não esclarecem adequadamente aspectos da inclusão digital para estudantes Surdos da EJA. Esse vazio pode, de fato, resultar na invisibilidade desse público, comprometendo a autonomia e plena participação no processo de ensino e aprendizagem. Sugere-se, portanto, que os documentos direcionados à EJA considerem as singularidades linguísticas dos estudantes Surdos, como forma de explicitar a garantia da acessibilidade digital como parte integrante das políticas públicas educacionais para essa modalidade de ensino.

Por fim, após refletir sobre as Diretrizes Operacionais da EJA e as questões EaD referentes à acessibilidade linguística, observa-se a realidade local, especificamente o contexto de uma escola de EJA na cidade de Mossoró (RN), com o intuito de conhecer melhor os estudantes e suas especificidades, o que contribui para uma compreensão mais ampla das barreiras educacionais.

¹² Dados obtidos a partir de informações orais de coordenadores pedagógicos de uma escola pertencente à jurisdição da 12ª DIREC de Mossoró/RN.

2.1.3 Contextualização: EJA/Mossoró (RN) e estudantes Surdos Bilíngues

Evidenciar os primeiros registros dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró no estado do RN é algo desafiador. Diante dessa complexidade, a escolha investigativa recai sobre uma escola da EJA no oeste potiguar. Essa relação fundamenta-se no fato de que tal espaço faz parte da vivência da pesquisadora.

Ao aprofundar a investigação sobre a presença dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, evidencia-se a carência de literaturas que documentem essa trajetória nessa modalidade educacional, especificamente da escola em foco, cujo nome será preservado.

De acordo com Santos e Silva (2020), ainda são poucas as pesquisas relacionadas aos sujeitos da EJA, comparadas a outros temas nessa área. Embora os estudantes Surdos estejam presentes, contribuindo com suas trajetórias e com a Cultura Surda nas escolas (Klein; Formozo, 2009), pouco se conhece sobre a Cultura Surda e o povo Surdo¹³ na EJA/Mossoró.

Mas, afinal, o que é Cultura Surda? De acordo com Thoma (2012, p. 173):

O viver e compartilhar experiências em comunidades é o que possibilita a (re)invenção e o desenvolvimento de uma cultura surda. A cultura surda é constituída de códigos, hábitos, humor e histórias que são compartilhados entre seus integrantes em espaços como as escolas, as associações e em famílias surdas. A cultura dos surdos é uma cultura visual, e a língua de sinais é o código mais compartilhado, o marcador cultural primordial, aquele que faz com que os surdos se sintam à vontade nos espaços comunitários em que se reúnem e que permite a troca de experiências ente eles. É pela língua de sinais que as identidades surdas vão sendo constituídas e significadas culturalmente no grupo.

Perlin e Strobel (2008) conceituam Cultura Surda como as interações dos Surdos com o ambiente em que vivem, incluindo suas interpretações do mundo e formas de viver nele, constituindo um complexo campo de produções culturais. Esse campo abrange uma variedade de elementos culturais, como a língua de sinais, identidades, pedagogia, política, leis, artes, entre outros.

Ao observar a trajetória do estudante Surdo da EJA/RN, percebe-se que a presença da Cultura Surda no contexto escolar tende a se perder em meio à ausência

¹³ Strobel (2009, p. 6) aponta que “O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”.

de registros e pesquisas que documentam essa trajetória. Essa lacuna pode ser atribuída à priorização de outros segmentos escolares, que resulta em menos investimentos e recursos. Isso limita o desenvolvimento de pesquisas na área.

Além disso, a falta de incentivo científico nesta modalidade de ensino pode contribuir para o não reconhecimento dos sujeitos Surdos e suas especificidades educacionais. Isso inclui o estudante Surdo potiguar da EJA, entre outros aspectos. De acordo com Leite e Campos (2018, p. 18):

A temática de trajetória escolar dos estudantes com deficiência na EJA é pouco discutida no contexto educacional brasileiro, o que justifica a necessidade de estudos, uma vez que, seguindo o movimento inclusivo, a EJA apresenta-se como possibilidade educativa para as pessoas que historicamente foram marginalizadas da escola regular.

Entretanto, percebe-se que as evidências que demarcam o período da presença dos estudantes Surdos na EJA/Mossoró são influenciadas da formalização e implementação de políticas públicas direcionadas tanto para a EJA quanto para a Educação Especial (Haas, 2015). Percebe-se que a trajetória do estudante Surdo em Mossoró é fundamentada em momentos históricos importantes que, por vezes, entrelaçam a EJA e a Educação Especial.

Nesse sentido, as diversas mudanças conceituais e legais dessa modalidade contribuem para a construção de caminhos que orientam a inclusão de pessoas com deficiência na EJA. É contexto de urgência para “incluir” todos os alunos que o estudante Surdo chega à EJA. Conforme mencionado por Soares (2020, p. 1),

A partir da Declaração dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é país signatário, todos são iguais perante a lei. Com a Declaração de Salamanca, em 1994, evidenciou-se a necessidade de uma educação inclusiva. A LDB de 1996 define a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para pessoas com deficiência. A política inclusiva brasileira, mais recentemente respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), objetiva atender as demandas dos alunos com deficiência, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, em sala de aula de escola regular, promovendo a aprendizagem e desenvolvendo de forma global juntamente com toda a escola. A aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (EE) na Educação Básica data de 2001, desde então estudantes com necessidades educacionais especiais têm chegado às escolas comuns. É mais recente ainda o movimento de chegada de estudantes com este perfil na EJA.

A Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), conhecida como LDB, desempenha um papel fundamental ao estabelecer as diretrizes e bases para a educação no Brasil. Ao

analisar essa legislação, observa-se uma aproximação evidente entre duas modalidades de ensino específicas: EJA e a Educação Especial.

A EJA, de acordo com a LDB, destina-se a indivíduos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade apropriada (Brasil, 1996, Art. 37). Em 2018, a Lei nº 9.394/96 foi alterada, e o artigo 37 foi complementado para afirmar que a EJA "constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida".

Além disso, a garantia do acesso e da permanência educacional está fundamentada no direito à educação estabelecida na Constituição Federal de 1988, sendo o Artigo 206 (Inciso I) um pilar que assegura "Igualdade de condições de acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988).

Quanto à Educação Especial, a Lei nº 12.796/2013, art. 58, apresenta que essa modalidade é "oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (Brasil, 2013). A Lei nº 9.394/96 passou a definir a Educação Especial como uma modalidade de ensino presente em todos os níveis educacionais, sendo preferencialmente oferecida na rede regular de ensino. Além disso, os sistemas de ensino foram orientados a proporcionar currículos, métodos e profissionais que atendam às necessidades desse público (Trentin, 2017).

Conforme apontam Cabral, Bianchini e Gonçalves (2018), essas modalidades compartilham semelhanças em suas trajetórias, marcadas pela ausência de ações estatais que, ao mesmo tempo, incentivam a ampliação de locais de assistência privada para pessoas com deficiência.

Acredita-se que, de forma paralela à história da educação especial, devem existir versões da trajetória dos estudantes Surdos na EJA/Mossoró que ficaram velados nessa modalidade de ensino. Essas omissões assemelham-se ao percurso educacional de outros Surdos no mundo. Thoma (2015) menciona que algumas coisas foram tradicionalmente ocultadas, referindo-se às perspectivas e ao posicionamento da pessoa Surda perante seus direitos. Isso demonstra como as narrativas de uma sociedade majoritária ouvinte¹⁴ atribuem à língua de sinais a característica de ponto de exclusão (Andersson, 1990).

¹⁴ Ouvinte – “O termo 'ouvinte' refere a todos aqueles que não compartilham as experiências visuais enquanto surdos” (Brasil, 2004, p. 10).

Marcada por desafios, a EJA reflete a evolução educacional brasileira de acordo com suas mudanças sociais. Indo além da conjuntura planejada dessa modalidade de ensino, Arroyo (2005, p. 221) diz:

A educação de jovens e adultos – EJA tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos.

No contexto local, à medida que as normativas eram promulgadas para essa modalidade de ensino, a esfera educacional estadual empenhava-se em seguir as diretrizes com o objetivo de proporcionar oportunidades de aprendizagem e formação para jovens e adultos no estado. Nesse contexto, Araújo (2018, p. 51-52) destaca alguns pontos importantes nesse percurso.

Ainda no ano de 1972, o Rio Grande do Norte firmou convênio com o MOBRAL, visando à alfabetização de adultos, dando prosseguimento ao programa de educação integrada, cujo curso correspondia às quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, para alunos alfabetizados no MOBRAL [...]. Em 1974, conforme encontramos no relatório da SUEJA 2000, o MEC fez convênio com a Secretaria de Educação do Estado, com a criação dos Centros de Ensino Supletivo, para atendimento de 5ª a 8ª série do ensino de 1º grau, com três semestres de duração, correspondendo às três etapas de duas disciplinas cada uma. Em 1976, o decreto de nº 6.845 criou o Centro de Ensino Supletivo Felipe Guerra, no município de Natal, vinculado à Subcoordenadoria de Ensino Supletivo, para atender a jovens e adultos no ensino de 1º grau [...]. [...] o Centro de Ensino Supletivo Lia Campos que, na época, era o único a atender o ensino de 2º grau de EJA desde 1980.

Ao contextualizar o espaço regional, sabe-se que foi a partir da parceria estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte que se concretizou o compromisso de criar os Centros de Ensino Supletivo, pioneiros no atendimento às séries do 1º grau, da 5ª à 8ª série, por meio de programas com três semestres de duração, compreendendo três etapas, cada uma com duas disciplinas, conforme detalhado no Relatório da Subcoordenadoria de Educação de Jovens e Adultos (SUEJA) de 2000 (Araújo, 2018).

Nos anos 1990, as mobilizações em torno da LDB promoveram importantes mudanças, incluindo a oficialização da modalidade EJA, substituindo o termo "supletivo" por um mais abrangente: "Educação de Jovens e Adultos" (Friedrich;

Benite; Benite, 2010). Essa alteração de nomenclatura, como apontado por Soares (2002), reflete a compreensão de que "educação" vai além da simples instrução.

A mudança na nomenclatura trouxe consigo novos olhares para EJA, representando um avanço positivo, uma vez que essa modalidade estava se redesenhando para atender, cada vez mais, aqueles que ainda permaneciam fora da sala de aula. No entanto, as políticas para atender estudantes Surdos da EJA só ganhariam destaques nos anos 2000. Enquanto isso, o foco central na modalidade de EJA no RN era a descentralização dos supletivos.

De acordo com Araújo (2018), com a criação da SUEJA no RN foi possível descentralizar os exames supletivos, permitindo sua realização nos demais Centros de Educação de Jovens e Adultos do estado. Araújo (2018) completa que alguns centros começaram a funcionar fora da capital. Sobre o Fórum Potiguar de Educação de Jovens e Adultos, eram os Centros Supletivos responsáveis pelas bancas de exames, sendo suas atividades baseadas na Lei 9.394/96 (Fóruns EJA Brasil, 2023). Essa forma de atendimento segue as diretrizes estabelecidas na Resolução 0099/CEE, que possibilita uma modalidade educacional flexível e adaptada às necessidades dos estudantes jovens e adultos.

Relacionado à EJA/Mossoró, apresenta-se um grande vazio em relação à inclusão dos estudantes Surdos antes dos anos 2000; não há uma clareza sobre a busca dessa educação flexível ou a presença desses estudantes nas bancas de exames. Anterior a referido período, os Surdos estavam à margem do sistema educacional voltado à educação de jovens e adultos, sem acesso e permanência na escola.

No ano 2000, os primeiros estudantes Surdos efetivaram suas matrículas nas escolas comuns, sob a luz do Parecer CNE/CEB nº 11 de 2000, que traz as Diretrizes Curriculares da EJA, concebendo-a por suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora. A função reparadora emergiu como resposta à necessidade de restaurar o direito à educação negada a muitos jovens e adultos, buscando corrigir disparidades educacionais existentes. Paralelamente, a função niveladora foi percebida nas políticas que buscaram redistribuir recursos educacionais, que visam uma distribuição mais equitativa dos benefícios sociais (Friedrich *et al.*, 2010).

Em 2015, a Lei 13.146/15 assegurava que "toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não será submetida a qualquer tipo de discriminação" (Brasil, 2015). A legislação ainda determina que

os estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) devem estar presentes nas salas regulares de ensino.

Relata-se a imensa dificuldade que os estudantes Surdos da cidade Mossoró enfrentavam para conseguir uma instituição escolar que “os aceitassem”. A negação do direito ao acesso e à permanência na escola se dava na justificativa de que a escola não conseguiria se comunicar com o estudante Surdo, além de outras questões.

Em 2010, os movimentos surdos ganharam força em todo o Brasil. De acordo com Campello e Rezende (2014), uma carta-denúncia foi redigida pelos próprios Surdos que defendiam a educação bilíngue e entregue ao Ministério Público Federal. Nesse documento, os Surdos expressaram preocupação com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, implementada pela Secretaria de Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

A carta traz números relevantes, entre 2002 e 2006, houve um aumento significativo no ingresso de novos estudantes Surdos e D.A no sistema educacional geral, totalizando 19.716 matrículas. No entanto, entre 2006 e 2009, na educação básica nacional, observou-se o fechamento de 13.552 vagas em classes e escolas específicas para esses estudantes, enquanto apenas 4.450 novas matrículas foram registradas em classes comuns do ensino regular.

Esse cenário resultou na exclusão de 9.102 estudantes Surdos e com D.A do sistema escolar durante esse período. Além disso, o INEP agrupa as matrículas do ensino regular com as da EJA, revelando não só a inclusão de estudantes Surdos e D.A, mas também indicam aqueles que retornaram à escola após tê-la abandonado ou sido excluídos (Campello; Rezende, 2014).

Observam-se, então, mais menções sobre a presença dos estudantes Surdos na EJA após anos 2000. Configura-se uma reintegração, conforme Campello e Rezende (2014, p. 86): “[...] retornam à escola após terem-na abandonado (ou após terem sido dela excluídos, dada a alienação linguística a que são submetidos) [...]”.

Além disso, reflete-se em que condições educacionais os estudantes Surdos são direcionados a essa modalidade de ensino, espaço esse que não contemplava a educação proposta nas reivindicações da comissão de Surdos representantes da educação bilíngue para Surdos. Nisso, percebe-se que, para “atender” à demanda educacional, foi inserida a presença do intérprete de Libras na EJA como uma forma de inclusão do estudante Surdo.

A presença do Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) é uma das possibilidades de atenuar as barreiras linguísticas na sala de aula. É uma forma de possibilitar o acesso ao conteúdo pedagógico. O TILS tem seu cargo regulamentado pela Lei nº 12.319/2010 (Brasil, 2010). A legislação estabelece que esse profissional tenha a competência de traduzir e interpretar da língua de sinais para língua falada e vice-versa em qualquer modalidade, sendo oral ou escrita (MEC, 2004).

Recentemente, a Lei nº. 14.704 de 2023, que regulamenta a profissão do TILS, foi alterada. Essa legislação dispõe sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras (Brasil, 2023). O TILS é um profissional com competência para atuar na mediação comunicacional, colabora no processo de inclusão na relação entre Surdos e ouvintes.

Percebe-se que na carta-denúncia não há nenhuma crítica a respeito do trabalho do TILS. O que era questionado pela comissão de pessoas Surdas era a ideia de que escolas consideradas inclusivas e escolas bilíngues para Surdos são semelhantes, contando apenas com a presença de intérpretes de Libras. Essa crítica aponta para uma educação inclusiva sem propostos linguísticos baseados no “Ser Surdo”, como mencionado em uma nota de esclarecimento da FENEIS em 2013 (Campello; Rezende, 2014).

Os desafios enfrentados pelos estudantes Surdos ao ingressarem nas escolas da EJA eram semelhantes em todo o país, caracterizado por uma educação “inclusiva” para Surdos, mas que muitas vezes estava vinculada à Educação Especial.

Para que se tenha uma modalidade educacional inclusiva para estudantes Surdos da EJA, é importante conhecer o Plano Estadual de Educação (PEE) do RN. O PEE do RN, lançado em 2015 e aprovado pela Lei Estadual nº 10.049/16, contempla as áreas da EJA, Educação Especial (EE) e a Educação do Campo, Indígena e Quilombola (Rio Grande do Norte, 2016). Essas modalidades contribuem para a criação de metas e estratégias que integram o PEE/RN (2015-2025). Especificamente sobre o PEE/RN, a meta 4 (item 3) traz estratégias sobre garantias de apoio e serviços na escola pública para o estudante Surdo, como:

Assegurar, nas redes escolares estaduais e municipais, os serviços de apoio pedagógico especializado, com a oferta dos professores do atendimento educacional especializado, professores itinerantes,

professores para o atendimento educacional hospitalar e domiciliar, de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de libras, de língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, tradutor e revisor braile, de soroban, de orientação e mobilidade, caso seja necessário, para favorecer o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, transtorno funcional específico e altas habilidades (Rio Grande do Norte, 2016, p.17).

Essas medidas refletem mais uma vez normativas que sugerem a presença do TILS, vistas como ações inclusivas no contexto escolar da EJA. No entanto, isso reflete uma abordagem que não condiz com as lutas Surdas. Essas lutas buscam uma qualidade educacional condizente com uma política linguística voltada para pessoas Surdas (Campello; Rezende, 2014).

Ressalta-se novamente a importância da mediação comunicacional que exerce o profissional intérprete de Libras. Entretanto, não basta inserir o TILS na escola e crer que lhe estão asseguradas a aprendizagem, as estratégias e as metodologias pedagógicas. Sobre o PEE/RN (Rio Grande do Norte, 2016), há informações que são constituídos em forma de agrupamento, ou seja, quando se agrupam todos os estudantes com necessidades específicas e lhe apresentam “soluções”. No caso dos estudantes Surdos, os atendimentos e serviços de interpretações em Libras são apresentados como se esses recursos pudessem sanar as questões linguísticas.

Ainda sobre os documentos locais, apresentam-se as diretrizes do PEE (Rio Grande do Norte, 2016) e a Educação Especial do RN que tem seguido a orientação das Resoluções 01/1996; 01/2003 e a atual 2/2012 do Conselho Estadual de Educação e do Conselho de Educação Básica do Rio Grande do Norte (CEE/CEB/RN). A Resolução nº 2/2016 – CEB/CEE/RN nas disposições finais sobre EJA orienta:

Aplicam-se aos cursos de EJA voltados para a inclusão educacional e social, além das disposições desta Resolução, outras normas definidas para educação do campo, educação escolar indígena, quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação, privação de liberdade, educação à distância e especial (Rio Grande do Norte, 2016).

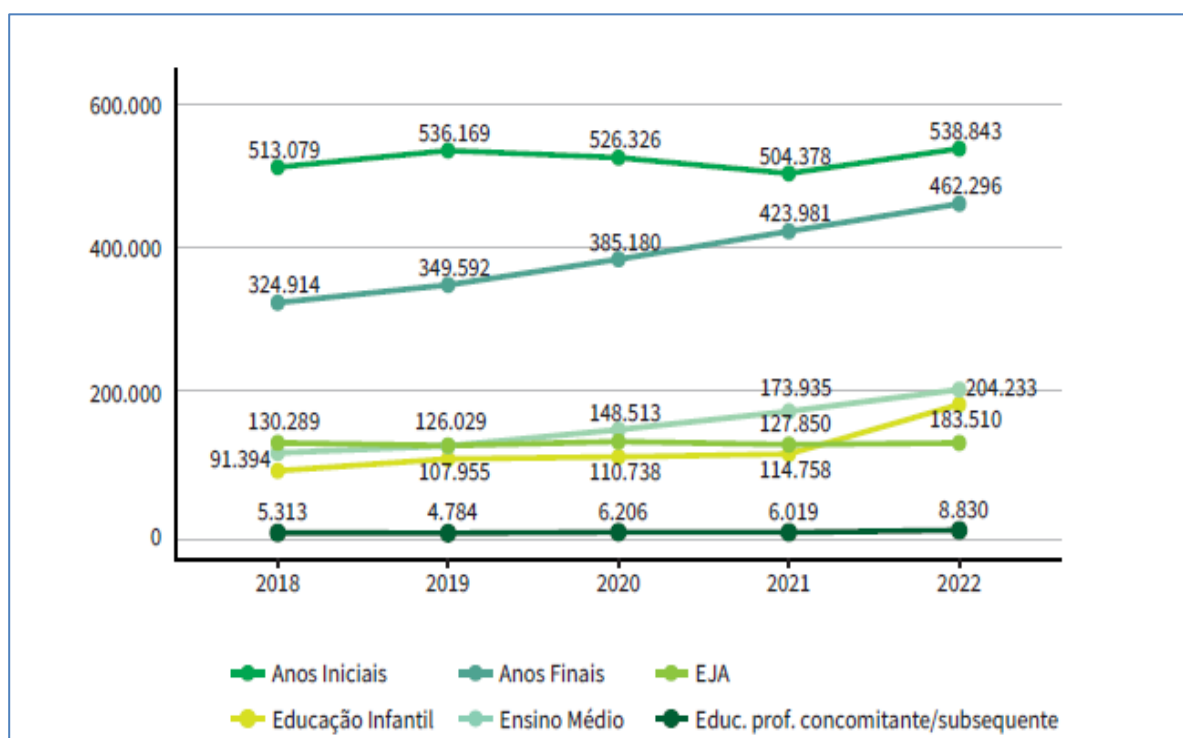
Atualmente, o último Censo Escolar da Educação Básica, referente ao ano 2022, por meio do INEP, divulgou seu resumo técnico, com dados sobre o número

de matrículas dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais.

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,5 milhão em 2022, um aumento de 29,3% em relação a 2018. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 65,5% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2018 e 2022, percebe-se que as de educação infantil são as que mais cresceram, um acréscimo de 100,8% (Brasil, 2023, p. 38).

Ainda sobre os dados do Censo Escolar da Educação Básica, por meio dos microdados, percebe-se uma evolução de matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na EJA de 130.289 em 2018 para 183.510 em 2022, um crescimento de 40,84% (Brasil, 2022). É importante destacar que, apesar do aumento no número de matrículas, ainda há um grande desafio a ser superado em relação à evasão escolar do público-alvo da Educação Especial. Conforme o gráfico a seguir:

Figura 1 - Dados do Censo Escolar (2022)



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (Brasil, 2023).

De acordo com Censo Escolar da Educação Básica 2022, “o número de matrículas da Educação Especial chegou a 22.278 em 2021 [...] maior número está nos anos finais do ensino fundamental [...]” (Brasil, 2023, p. 35). O resumo ressalta que a inclusão de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) ou altas habilidades, em classes comuns é alta em quase todas as etapas da educação básica, mas a EJA é uma exceção no sentido de ser uma prática menos frequente.

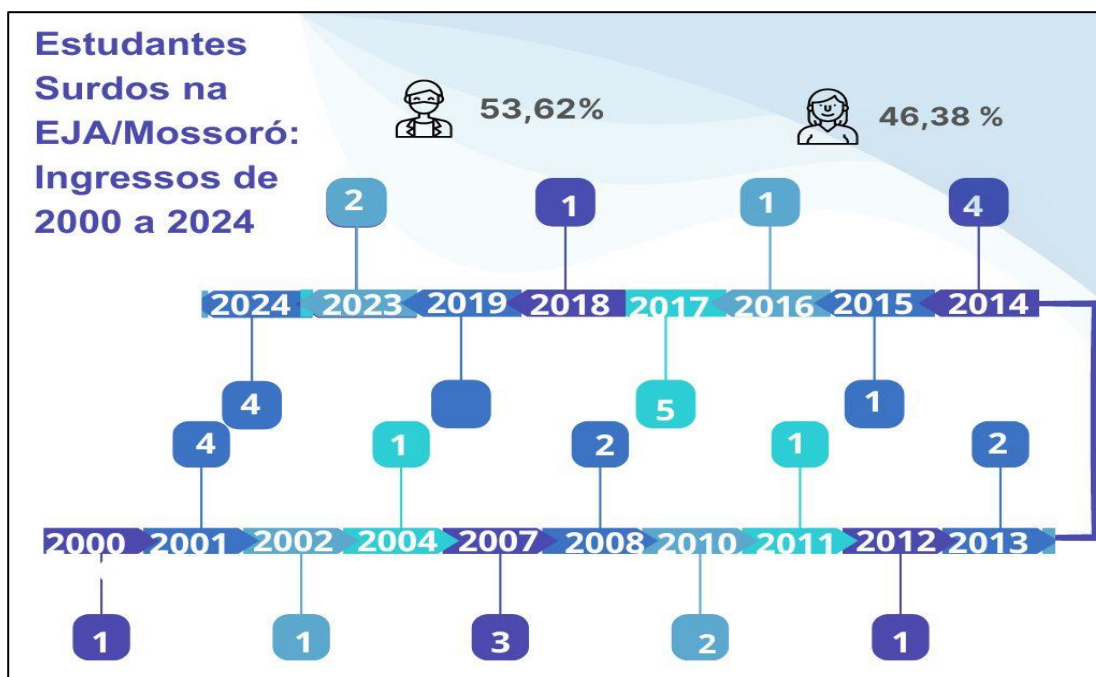
No entanto, é importante destacar que os estudantes Surdos, nesses levantamentos, geralmente estão atrelados ao número de pessoas com deficiência. Isso dificulta a compreensão da realidade educacional desse público. Surge, então, a necessidade de um panorama mais detalhado das matrículas dos estudantes Surdos na EJA.

Para isso, faz-se necessário compreender a coexistência historiográfica da EJA e sua relação com estudantes Surdos, sendo importante olhar não somente para normativas, mas também analisar as implicações sociais e pedagógicas decorrentes dessa relação, de modo que essas práticas possam ser reescritas na realidade. A compreensão dessa conjuntura complexa é relevante no que tange às raízes dos desafios enfrentados.

Nesse sentido, realizou-se um levantamento mais atualizado sobre os dados no Censo Escolar ano 2023 realizado pelo INEP, averiguou-se que há no Brasil 62.192 estudantes Surdos, com deficiência auditiva ou surdocegueira matriculados na educação básica. Desses, 55.932 estão em classes regulares e 6.260 frequentam classes ou escolas bilíngues para Surdos (Brasil, 2023). Esses dados fornecem um filtro para uma visão mais ampla de quem são os estudantes Surdos do país. Entretanto, ainda não é possível de dimensionar o quantitativo de estudantes Surdos de EJA em nível nacional e local.

Com esse objetivo, buscou-se na EJA/Mossoró dados entre os anos 2000 e 2024 nos livros de tombo (Anexo B) escolar e no SIGEduc (RN). A Figura 2 evidencia variações no número de matrículas, anos significativos entre 2001 e 2017, respectivamente, 4 e 5 Surdos matriculados. Além disso, constata-se percentuais de 46,38% de mulheres Surdas e 53,62% de homens Surdos ingressos nessa escola.

Figura 2 - Levantamento de Ingressos dos Estudantes Surdos EJA/Mossoró



Fonte: A autora (2024).

Verifica-se a falta de indicação de alguns anos nos registros. Contudo, não implica na ausência de estudantes Surdos, uma vez que o sistema da EJA/Mossoró opera em semestres, podendo em algum período não ter havido novas matrículas realmente. Os dados de matrículas mencionados referem-se ao total de inscritos no respectivo ano, com a possibilidade de alguns realizarem matrículas no primeiro semestre, e novos estudantes ingressarem no segundo momento. Consoante à Portaria SEI nº 491/21, artigo 1, as matrículas na EJA ocorrerão anual e semestralmente por meio do SIGEduc (Rio Grande do Norte, 2021).

Adicionalmente, a organização da EJA é estruturada em modalidades de atendimento que se consolidam em períodos e blocos de componentes curriculares, organizados por área de conhecimento (Rio Grande do Norte, 2021). Na EJA/Mossoró, o ciclo para conclusão dos estudos nos anos iniciais (fundamental) são de 2 anos, como também nos anos finais (fundamental), no ensino médio esse ciclo se encerra com 1 ano e 6 meses.

Diante do exposto, confirma-se que estudantes Surdos frequentemente buscam a EJA/Mossoró com a intenção de retornar à escola para dar continuidade ao percurso educacional. Tal fato revela também a necessidade de mapeamento da evasão escolar desses estudantes, dado a variedade de motivos desse fenômeno. No entanto, é fundamental conduzir pesquisas sobre o abandono escolar à luz dos direitos

linguísticos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos – DUDL (UNESCO, 1996. Como afirmam De Lima Nascimento e De Nascimento (2022), o DUDL exerce um papel importante, que fundamenta demais fases posteriores de conquistas para o povo Surdo.

Sobre as escolas bilíngues para o estudante Surdo, ainda são poucas as ofertas dessa modalidade no país. Há no Brasil 64 escolas bilíngues para estudantes Surdos; porém, ainda há cidades que não possuem instituições com essa modalidade de ensino (Educa Mais Brasil, 2021). A política nacional de Educação de Surdos no Brasil encontra-se em fase de expansão nacional.

Recentemente, ocorreram ações voltadas para a efetivação da inclusão da pessoa Surda nos ambientes educacionais, movimento realizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), por meio do MEC, com investimentos na formação profissional em educação bilíngue de Surdos, bolsas de estudo e pesquisas, além da busca pela equidade linguística com base no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor Equidade). Instituiu-se a modalidade de educação bilíngue para Surdos, além dos compromissos nacionais com a criança alfabetizada e escola em tempo integral, visando assegurar o direito linguístico, a identidade e a cultura do estudante Surdo no processo de ensino e aprendizagem (Brasil,2024).

A educação de jovens e adultos surdos em Mossoró ainda enfrenta desafios e avança lentamente. Embora a EJA não seja o cenário ideal para o retorno aos estudos dos estudantes surdos, é essa modalidade que os atende, quando encontram a oportunidade de continuar sua formação educacional.

A escola atende os estudantes jovens e adultos Surdos em processo de alfabetização, bem como aqueles que desejam concluir o ensino fundamental e médio. Observa-se que a EJA/Mossoró nos últimos anos tem buscado conhecer a importância da abordagem visual-espacial da língua de sinais para essa modalidade. Principalmente frente a proposta de ensino bilíngue para pessoa surda, oficializada pela Lei nº 14.191/21, que estabelece uma modalidade independente de modalidade de ensino, onde a Libras é a primeira língua (L1) e o português escrito a segunda língua (L2) (Brasil, 2021c). Atualmente, configura-se um dos maiores desafios da EJA implantar políticas educacionais bilíngues para estudantes Surdos em um contexto tão diverso e abrangente.

Por fim, a historicidade da construção educacional dos estudantes Surdos na escola pública do RN, especificamente na EJA, não apenas busca preencher as lacunas na literatura inexistente, mas também oferecer uma perspectiva valiosa para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas linguísticas interessados em promover ambientes bilíngues para estudantes Surdos, principalmente na EJA.

Assim, este estudo não se limita a um exame retrospectivo; ao contrário, ele estabelece as bases para investigações futuras e destaca a importância contínua de entender e aprimorar a experiência educacional dos estudantes Surdos na EJA tanto local como nacionalmente.

2.2 AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVA) PARA ESTUDANTES SURDOS BILÍNGUES E ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA

No segundo capítulo, intitulado “Ambientes Virtuais de Aprendizagem para Estudantes Surdos e Acessibilidade Linguística, busca-se debater o ambiente do SIGEduc (Escola Digital) e os estudantes Surdos bilíngues da modalidade de ensino EJA/Mossoró. Para iniciar, abordam-se as reflexões sobre a política de planificação linguística, abordando as políticas educacionais Libras e a acessibilidade linguística.

No subitem a seguir, apresenta-se a colaboração docente para uma Educação Bilíngue na EJA/Mossoró e as ações no Ambiente Virtual de Aprendizagem (SIGEduc Escola Digital). Por fim, são detalhados os ambientes do SIGEduc (Escola Digital) mais utilizados pelos estudantes Surdos, a saber: tela de acesso, vínculos, menu principal, portal do estudante e Escola Digital.

2.2.1 AVA e estudantes Surdos bilíngue da EJA: Questões que vão além da Libras e da acessibilidade linguística

A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças desafiadoras para o contexto escolar. A suspensão das aulas presenciais, as transições para o ensino remoto e as medidas de distanciamento social alteraram repentinamente a dinâmica do ambiente escolar. Como resultado, houve uma crescente plataformização¹⁵ dos ambientes virtuais de aprendizagem nas escolas (NICbr, 2022), o que justifica a necessidade de discutir questões que vão além de oferecer acessibilidade educacional para o estudante Surdo

¹⁵ Termo usado para se referir a um fenômeno que ficou conhecido “plataformização da educação”. Que foi o aumento do uso desse recurso durante a pandemia da Covid-19 no Brasil (NIC.br, 2022).

da EJA, que frequentemente se limita à presença do intérprete de Libras nesses espaços.

Antes de abordar esse assunto, torna-se relevante discutir sobre as políticas linguísticas relacionadas à Educação Bilíngue para Surdos na modalidade EJA. A compreensão desse tema permite uma análise mais ampla das questões enfrentadas pelos estudantes Surdos bilíngues da EJA e sua interação com os AVAs.

As discussões sobre as políticas linguísticas e a planificação linguística relacionada à Educação Bilíngue para Surdos são fundamentais para que a EJA se alinhe com a Educação de Surdos. Esse tema está amparado pela Lei de Libras nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a referida lei, além da recente Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos” (Brasil, 2021, s. p.).

Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil, 2021c, s. p.).

Na realidade atual da EJA, os estudantes Surdos constituem um grupo minoritário, que faz parte, historicamente, de uma estrutura educacional (curricular e cultural) linguisticamente concebida para atender ao grupo majoritário ouvinte. Durante o período da pandemia, sabe-se que havia AVAs com abordagem oralizada, ampliando a vulnerabilidade linguística enfrentada pelos estudantes Surdos.

Sobre as políticas linguísticas, Calvet (1997) esclarece que são relativas às relações entre as línguas e a sociedade. O autor não se preocupa em conceituar ou definir as terminologias, até porque elas possuem várias vertentes, mas em mostrar que essa área, desde muitos anos, tem por condução sujeitos que buscam estabelecer o uso correto ou intervir na forma da língua. Além disso, o poder político sempre demonstrou preferência por uma língua específica, optando por governar o estado nesse idioma ou impondo uma língua.

No contexto da língua de sinais, Paterno (2009) afirma que as políticas linguísticas se referem às decisões que os governos tomaram em relação a elas,

podendo tanto reprimi-las quanto promovê-las. Sobre isso, o autor menciona, em artigo publicado no site Porsinal¹⁶, a respeito do Congresso de Milão, marco histórico, considerado o maior ato de repressão educacional sofrido pelo povo Surdo de toda sua história:

Em 1880, no Congresso de Milão, foi tomada a decisão pelo não uso das línguas de sinais na educação dos surdos e a promoção da língua oral e escrita como a única língua para instrução destas pessoas. Esta se tornou uma política linguística quando foi empregada pelos governos nos diferentes países. A opção de métodos oralistas na educação dos surdos tinha como consequência a exclusão das línguas de sinais. Assim estas línguas ficaram restringidas em sua circulação, em poucos locais ela continuou a circular. Aqui no Brasil e em vários outros países ela ficou restrita às associações de surdos e de forma escondida em espaços escolares fora da sala de aula, onde as crianças surdas se encontravam e conversavam (Paterno, 2009, s.p).

Embora os contextos históricos da Educação de Surdo, bem como suas políticas linguísticas, sejam relevantes, esta pesquisa concentra-se no período a partir da oficialização da língua brasileira de sinais como marco linguístico e cultural para o povo Surdo. A partir disso, busca-se discutir como as questões da planificação linguística, baseadas na abordagem descrita por Haugen (1959) e citada por Calvet (1997), podem contribuir para ir além da acessibilidade das plataformas destinadas ao ensino e à aprendizagem do estudante Surdo. Trata-se de uma abordagem que envolve o diagnóstico de problemas, a concepção de soluções, a escolha, a avaliação e a implementação.

Com o desenvolvimento da sociolinguística, outros pontos foram acrescentados na planificação linguística, incluindo o planejamento do *corpus* (língua) e do *status* (sociedade), estabelecendo formas e funções. Em outras palavras, trata-se de considerar a Libras em sua estrutura gramatical (*corpus*), entre outros aspectos, refletir sobre o seu papel no contexto escolar, que é um ambiente de aprendizado e formação de cidadãos para sociedade (*status*) (Paterno, 2009).

Além disso, segundo Barbosa *et al.* (2013), o planejamento do status da Libras, também referido como normalização linguística, busca estabelecer o papel de uma determinada língua em uma sociedade, conforme as necessidades indicadas pelos usuários e apoiado pelas legislações e conquistas Surdas.

¹⁶ Porsinal é um site que reúne publicação de artigos científicos, reportagens, entrevistas, congressos, artigos de opinião com base em estudos divulgados por especialistas da área de língua de sinais. (Porsinal, 2023).

Vale ressaltar que a planificação linguística pode colaborar com aspectos conceituais sobre a Libras nos ambientes virtuais de aprendizagem. Ao traçar estratégias nessa perspectiva, evita-se reduzir a Libras a um recurso de acessibilidade ou tecnologia assistiva¹⁷, como destacado por Nascimento *et al.* (2020). Este é um momento oportuno para tratar essas questões, principalmente considerando que, com a pandemia, surgiram inquietações relacionadas à interação dos estudantes Surdos com os AVAs no âmbito do processo de aprendizagem.

Reporta-se que a maioria dos currículos da EJA no Brasil não está organizada para atender às especificidades dos estudantes Surdos. Ainda assim, essa modalidade de ensino segue fazendo parte das transformações linguísticas e culturais da Comunidade Surda. Por exemplo, o estado de São Paulo já possui escolas municipais firmadas em componentes curriculares de Língua Portuguesa para Surdos e Libras que foram inseridos em Linguagem (São Paulo, 2019).

No estado do RN, a realidade de currículos para a EJA local ainda não se concretizou. Entretanto, já há diálogos sobre a EJA na perspectiva da Educação Inclusiva. O RN é o primeiro estado brasileiro a liderar a construção das Diretrizes Curriculares da EJA. Em um evento em Natal, em 21 de agosto de 2024, a Secretaria de Educação do estado reafirmou seu compromisso com a inclusão educacional às políticas públicas e formações continuadas. Após o evento, ampliaram-se as discussões para a cidade de Mossoró. Na ocasião, alguns professores sugeriram que fosse discutida a questão do ensino e aprendizagem do estudante Surdo na EJA.

Dito isso, é preciso entender que tudo engloba um processo de desconstrução e reconstrução. De acordo com Andrade e De Oliveira Soares (2019, p. 52), “A EJA nem sempre fez parte do processo formal da educação básica, era articulada por programas compensatórios e assistencialistas governamentais”. Nos documentos fundadores, a EJA é reconhecida como uma modalidade educacional abrangente, desempenhando papéis qualificadores, equalizadores e reparadores.

Nesse contexto, é importante considerar como essa modalidade deve atender aos inúmeros grupos sociais, incluindo a Comunidade Surda. A falta de debate e regulamentação sobre as políticas educacionais para pessoas Surdas na EJA não implica que elas devam ser excluídas. As pessoas Surdas possuem necessidades

¹⁷ De acordo com Galvão (2009, p.1), “Tecnologia Assistiva (TA) é uma expressão nova, que se refere a um conceito ainda em pleno processo de construção e sistematização”.

sociais e educacionais específicas, garantidas pelas legislações federais e refletidas em políticas linguísticas (Andrade; De Oliveira Soares, 2019).

É necessária a planificação linguística na prática (Clavet, 2007), principalmente nos ambientes da EJA, onde há uma presença constante dos estudantes Surdos. Mesmo sendo uma minoria linguística comparada ao público ouvinte da EJA, isso não justifica qualquer tipo de exclusão ou omissão. Suas práticas culturais e linguísticas devem ser vistas como parte integrante do ambiente escolar em que se encontram.

A Libras é reconhecida como sua identidade e porta de acesso ao conhecimento. Ao longo do tempo, a Libras foi submetida a formas de opressão e marginalização, mas também assumiu um importante status político como uma língua minoritária (Nascimento *et al.*, 2020).

A língua de sinais desempenha um papel crucial na identidade e na expressão dos indivíduos Surdos, como afirmado por Bernardindo (2010, p. 2), ao declarar que: "[...] está diretamente relacionada ao uso da LS. A língua é um fator de identificação do sujeito, e não é diferente entre os surdos". Por meio da língua de sinais, o estudante Surdo tem a possibilidade de se expressar plenamente, participando de forma ativa em todos os aspectos da vida, incluindo a educação.

O reconhecimento linguístico da língua de sinais confere à Libras o *status* linguístico, amparado legalmente pela Lei nº 10.436 e o Decreto nº 5.626. Trata-se de um marco, uma conquista significativa para a Comunidade Surda. De acordo com Perlin e Strobel (2008), essa comunidade abrange ouvintes, familiares, intérpretes, professores, amigos, associações e federações de Surdos, igrejas e outros que compartilham interesses em comum. Essa legislação reconhece a Libras como meio legítimo de comunicação e expressão para as Comunidades Surdas nos órgãos públicos, fortalecendo, assim, seu direito linguístico. De acordo com Perlin (1998 *apud* Conceição; Silva, 2019, p. 81), o direito linguístico:

[...] consiste na junção da legislação que ampara o surdo e do empoderamento deste como sujeito protagonista da sua trajetória e das suas escolhas. É ter o direito de ser surdo, de ter vez e voz diante das organizações e instituições. As pessoas têm o direito de se identificarem com qualquer língua, e serem respeitadas por todas as instituições, sejam privados ou públicas, pela sua opção linguística.

Ao discorrer sobre esta questão, é necessário imediata atenção sobre a tratativa da Libras nos ambientes virtuais de aprendizagem. É válido questionar se os AVAs

disponibilizados aos estudantes Surdos da EJA/Mossoró são projetados a partir da perspectiva da pessoa Surda, ou seja, se existe uma proximidade com sua Cultura e Identidade. Afinal, os AVAs são desenvolvidos com os estudantes Surdos ou para os estudantes Surdos? A falta de envolvimento nas discussões sobre recursos educacionais destinados aos estudantes Surdos pode resultar na invisibilidade de suas percepções e necessidades.

A ausência de produções Surdas sobre suas próprias ideias ressalta a importância de fomentar produções que vão ao encontro dos estudantes Surdos, permitindo propiciar momentos de discussão (Sá, 2015). Além disso, a carência de acervo sobre perspectivas dos estudantes Surdos e seu processo de ensino e aprendizagem na educação básica, especificamente na EJA, resulta em lacunas que não favorecem a construção da história da educação do Surdo no país.

Dada à situação em alguns locais, como no RN, onde ainda não há ações concretas em relação às políticas de Ensino Bilíngue para Surdos da EJA, tampouco recursos educacionais digitais, como AVAs, que considerem uma perspectiva bilíngue para estudantes Surdos, torna-se imprescindível a urgente desconstrução de processos referidos como “inclusivos” em alguns espaços:

Desconstruir esse processo não significa simplesmente determinar os espaços que as línguas passam a ocupar, mas passar por um processo muito maior de reflexão, de (des)estruturação, formação de profissionais, criação de novos espaços de trabalho e, em especial, inversão da lógica das relações. É preciso reconhecer o que representam as línguas para os próprios Surdos. Não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do cenário da proposta escolar, mas tornar possível a existência das línguas, reconhecendo-as de fato e constituindo um espaço de negociação permanente (Lima; Da Silva, 2009).

Além disso, é necessário desconstruir a percepção equivocada de que a EJA representa o fim do percurso educacional para os estudantes Surdos. A EJA deve ser valorizada como uma valiosa oportunidade de continuidade, promovendo o desenvolvimento contínuo e o pleno potencial desses estudantes.

No entanto, tratar de AVA voltado para estudante Surdos de EJA é um desafio adicional diante das inúmeras demandas dessa modalidade. Porém, não se pode esperar demais para agir. A pandemia da Covid-19 demonstrou que, diante das crises, a educação foi uma das áreas que não podiam esperar. Nesse contexto, o uso do AVAs, ao mesmo tempo em que incluía, também excluía, revelando questões que envolviam a acessibilidade e inclusão.

No campo educacional contemporâneo, a EJA se apresenta como um cenário importante de ressignificação e luta pela inclusão daqueles que retomam seus estudos (Gomes, 2023). Para isso, sugere-se uma EJA baseada no planejamento linguístico para estudantes Surdos, considerando a Lei nº 14.191/21 (Brasil, 2021c) e alguns objetivos que podem ser estabelecidos nesse ambiente, descritos no Relatório GT (2014)¹⁸:

- a) criar ambientes linguísticos para a aquisição da Libras como L1 e português como L2 por crianças surdas instaurando um programa na qual eles sejam expostos a interações em Libras;
- b) prever espaços para aquisição da Libras no espaço escolar contemplando-se com as atividades em Libras que envolvem interação, conversação, contação de histórias, etc.;
- c) definir a participação das duas línguas na escola em todo o processo de escolarização de forma a conferir legitimidade e prestígio da Libras como língua curricular e constituidora da pessoa Surda;
- d) fortalecer o ensino da Libras, científica e técnica, com vistas a prover essa Língua de conhecimentos avançados que possibilitem o desempenho de competências e habilidades no plano nacional (Lima; Da Silva, 2019).

Em relação ao item “a” que se refere às crianças Surdas, no caso da EJA, aplica-se ao público de jovens e adultos Surdos. De acordo com Lima e Da Silva (2019), o ambiente escolar é um espaço de interação linguística que reflete identidades e culturas diversas. Para os estudantes Surdos, é essencial que a escola promova um ambiente linguístico, reconheça e valorize a diversidade linguística. Isso não implica adotar uma padronização linguística, mas oferecer oportunidades para uma ampla gama de interações linguísticas que atendam às necessidades de comunicação desses estudantes de forma eficaz.

A discussão sobre as políticas linguísticas, juntamente com a planificação linguística, pode direcionar um caminho de desconstrução de ambientes da EJA, bem como de seus AVAs, que ainda não são preparados para atender aos estudantes Surdos.

Durante a pandemia da Covid-19, a predominância de abordagens oralizadas nos AVAs ressaltou a necessidade de uma análise mais profunda desses espaços

¹⁸ De acordo com Nascimento *et al.* (2020), em 2014, o Ministério da Educação/SECADI estabeleceu um grupo de trabalho composto por representantes governamentais, pesquisadores e líderes surdos. Esse grupo produziu o relatório sobre a política linguística de Educação Bilíngue - Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, que apresentava propostas elaboradas por pesquisadores, professores e gestores da área. Essas propostas visavam fortalecer a política de educação bilíngue para Surdos.

virtuais de aprendizagem, revelando a complexidade que envolve toda uma estruturação bilíngue para Surdos, algo que vai além da questão da acessibilidade linguística nos AVAs. Vale lembrar que os recursos tecnológicos são espaços que devem integrar um planejamento escolar com base na educação bilíngue para os estudantes Surdos.

Um ponto relevante deste estudo refere-se à falta de debate e diretrizes para atender aos estudantes Surdos da EJA, o que resulta em uma visão equivocada da Libras como "um acessório para suprir as carências" (Lima; Da Silva, 2019, p. 8). É essencial que a Libras faça parte dos AVAs com base em uma política linguística pensada especificamente para os estudantes Surdos da EJA.

É urgente repensar e reconstruir esses espaços educacionais e seus recursos digitais, com foco nas questões linguísticas da pessoa Surda. Dessa forma, uma abordagem colaborativa pode representar um dos inúmeros caminhos possíveis para iniciar a planificação linguística na modalidade da EJA.

2.2.2 Colaboração docente na perspectiva da Educação Bilíngue EJA/Mossoró: reflexão sobre ações no AVA

A colaboração docente na perspectiva da Educação Bilíngue para estudantes Surdos na EJA/Mossoró é uma reflexão importante, principalmente quando se trata das questões linguísticas e de inclusão. Para que essa colaboração seja efetiva, é importante compreender as ações desempenhadas pelos professores junto aos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, particularmente no uso de plataformas complementares de ensino, como os AVAs.

Segundo observa Skliar (2015, p. 110), a escola é permeada por diversos "mecanismos de controles", sendo um deles o distanciamento tecnológico. No entanto, é importante entender que o distanciamento tecnológico não está necessariamente ligado ao acesso ou não aos dispositivos eletrônicos ou à internet, mas envolve também a forma como o AVA é utilizado pelos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Outrossim, esse distanciamento não é superado apenas com a presença do intérprete de libras como mediador comunicacional. Parte desse distanciamento também está ligada à atuação do professor na relação com o estudante Surdo da

EJA/Mossoró, uma vez que as ações pedagógicas no AVA para os estudantes ouvintes e Surdos precisam de estratégias distintas.

De acordo com Sá (2015), é importante que os profissionais da educação contribuam para proporcionar espaços de discussão, nos quais os argumentos dos estudantes Surdos possam ter o devido peso e poder, de forma reparadora ao silenciamento opressor sofrido pelos Surdos em áreas institucionais, os quais, por muito tempo, foram proibidos de manifestar sua língua e cultura.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental repensar não apenas sobre a disponibilidade de tecnologias digitais para os estudantes Surdos nas escolas, mas também em seu objetivo e uso no sentido da abordagem participativa, que considere as perspectivas dos estudantes Surdos. Pode-se argumentar que a presença da acessibilidade em Libras nos AVA seria suficiente para atender à demanda educacional do estudante Surdo da EJA/Mossoró.

Contudo, limitar-se a essa visão é tratar a Libras como um mero acessório de acessibilidade (Lima; Da Silva, 2019). A colaboração docente é essencial para garantir que a Libras seja reconhecida como parte integral do processo de aprendizagem. Sem essa colaboração ativa, o papel do professor da EJA/Mossoró como agente transformador de uma escola que trilha uma perspectiva inclusiva torna-se ineficaz. Portanto, como os professores da EJA/Mossoró podem colaborar nesse processo?

É importante que os professores da EJA estejam cientes de que o não reconhecimento dos aspectos socioculturais da Libras (História, Cultura e Identidade da Comunidade Surda) contribui para a inversão no que diz respeito à acessibilidade linguística para os estudantes Surdos. Na verdade, a acessibilidade deveria ser algo natural do seu status de língua que lhes é devido. Nesse contexto, a acessibilidade se tornaria consequência direta dessa conscientização.

Essa necessidade tornou-se ainda mais evidente durante a pandemia da Covid-19, quando, na EJA/Mossoró, passa-se a acessar o SIGEduc (Escola Digital), plataforma complementar¹⁹ de ensino e aprendizagem. Diante disso, surgiram várias reflexões, entre as quais como os professores podem colaborar para promover a

¹⁹ Existem três tipos de AVAs: ensino superior a distância; ensino superior híbrido; plataforma complementar de ensino.

acessibilidade linguística com base na perspectiva de uma Educação Bilíngue para estudantes Surdos.

É importante compreender que “acesso” e “acessibilidade”, apesar da semelhança superficial dos termos, são conceitos diferentes. Manzini (2005, p. 31) afirma que acesso “parece significar o processo para atingir algo”. Sassaki (2009, p. 2) descreve que acessibilidade “é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana”. Reforça-se que acesso e acessibilidade são elementos essenciais para possibilitar a participação plena e igualitária de todos os indivíduos em diversos contextos, como a educação, o trabalho e a sociedade em geral.

De acordo com Stumpf (2020), o acesso a uma língua completa, combinado com a utilização das novas tecnologias, sugere a existência de reais oportunidades para um avanço significativo na qualidade da educação, cujo foco principal é a inclusão do sujeito Surdo, tanto no âmbito escolar quanto na sociedade.

Diante da ascensão tecnológica e da difusão dos dispositivos digitais, é possível perceber uma reconfiguração da sociedade (Lemos, 2023). Nesse contexto, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) têm participação efetiva nesse processo. Segundo Silva (2020, p. 146, *apud* Takahashi, 2000), as TDIC:

[...] correspondem a um conjunto de recursos digitais, apoiados em hardware (equipamentos físicos) e softwares (produtos lógicos), que visam tratar, organizar e disseminar as informações através de variadas formas, flexibilizando as maneiras como a comunicação pode ocorrer, seja a comunicação homem-homem, seja a comunicação homem-máquina. Se apresenta como Elemento importante dessas mudanças, na forma como as pessoas se comunicam, tem acesso às informações e interagem com o mundo.

Além disso, Silva (2020) aborda as TDICs como objetos de estudo para desenvolver habilidades reais em seu uso, destacando a abrangência das noções sobre o termo “tecnologia”. De acordo com Silva (2003, p. 52), a tecnologia “[...] poderá significar tecnologias já conhecidas ou novas tecnologias, uma vez que um novo produto poderá ou não incorporar novas tecnologias”.

Neste trabalho, o conceito utilizado para tecnologia possui um olhar crítico (Silva, 2020), no sentido de atentar a fenômenos que quase não são discutidos, como a planificação linguística da Libras na EJA e em AVAs utilizadas nesses

espaços, ou seja, assuntos sobre as tecnologias educativas ou educacionais para estudantes Surdos da EJA. Relacionado a isso, a BNCC (2018, p.11) ressalta a importância de:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Segundo Torres e Martins (2023, p. 6), as TDICs se caracterizam por “trazerem elementos digitais, novas tecnologias, tecnologias digitais, tecnologias educativas ou educacionais e informática”. O AVA se enquadra como uma TDIC, por fazer parte da gama de recursos que viabilizam a educação digital.

De acordo com Quevedo *et al.* (2014, p. 285), “os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) constituem os ‘carros-chefes’ de plataformas digitais”. Muitos autores se debruçam sobre essa temática, bem como abordam a inclusão para além da pandemia, período em que o uso de AVAs se intensificaram. Como exemplo, estão Filatro (2022), Novato e Carvalho (2022), Moreira, Fernandes e Damasceno (2022), Oliveira e Farias (2022), Alves, Pereira, Alves (2022), entre outros.

É fato que as TDICs estão presentes no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, mediada pelo SIGEduc (Escola Digital). Essa plataforma é fundamental para aprimorar as questões sobre inclusão digital, principalmente por ser um canal viável de AVA para os estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Kenski (2003) propõe que as tecnologias possuem características específicas, que é preciso saber conciliar a proposta educacional aos recursos tecnológicos para atender aos objetivos. De acordo com Bozi e Arrevabeni (2019), o desafio é providenciar maneiras para direcionar essa tecnologia, de forma a contemplar as demandas específicas dos estudantes no ambiente escolar.

Sobre isso, é bom pontuar que a simples disponibilização do SIGEduc (Escola Digital) para o estudante Surdo não assegura, automaticamente, a acessibilidade. Em primeiro lugar, é necessário um planejamento cuja ênfase esteja nas questões linguísticas do estudante Surdo, além da inserção da Libras em AVA. Entretanto, tornam-se necessários espaços instrucionais no sistema que promovam a imersão linguística da Libras.

Além disso, é necessário saber se esses ambientes atendem às necessidades dos alunos Surdos EJA/Mossoró. Um exemplo que demonstra essa preocupação ocorreu durante o ensino remoto, na pandemia do novo coronavírus (Covid-19), em 2020:

[...] nenhum docente estava preparado para lidar com todas as mudanças necessárias para o ensino remoto. Todavia, a especificidade da surdez e do ensino da e por meio da Libras tornou este cenário ainda mais complexo. Enquanto os docentes ouvintes puderam buscar conteúdos formativos onde bem entendessem, os surdos se viram privados de muitas informações devido à falta de acessibilidade nos diversos ambientes: cursos, palestras, plataformas de ensino etc. (Pereira; Santos, 2022, p. 840).

Nesse contexto, identifica-se a falta de preparo dos professores em relação ao ensino a distância, a limitação no conhecimento e uso da Libras e carência das plataformas de ensino, muitas vezes sem acessibilidade. Tais desafios também foram semelhantes na escola EJA/Mossoró no RN, foco desta investigação.

Diante disso, no que respeita à necessidade de se pensar como os professores podem colaborar com a acessibilidade linguística para o SIGEduc (Escola Digital), é necessário que se discuta sobre a falta de proficiência dos professores em Libras. Atualmente, verifica-se que a educação destinada para pessoa Surda, intrínseca à educação de forma geral, deve aderir aos mesmos propósitos e objetivos.

Porém, na prática esse segmento nem sempre se efetiva, por existir fatores que vão além das políticas educacionais, razões subjetivas que criam lacunas em sua implementação, que geram uma negligência frequente dos autores envolvidos (Skliar, 2015). Os fatores subjetivos são diversos, o que pode incluir vários aspectos; nesse caso, a ausência de formação docente com foco nas questões linguísticas do estudante Surdo da EJA.

Como docentes, aprofundar-se em temáticas que envolvam EJA e jovens e adultos Surdos no contexto educacional garante ao professor estar mais bem preparado para compreender as questões educacionais do estudante Surdo da EJA. A seguir, De Lima Silva *et al.* (2024) trazem, em seu trabalho: “A educação de surdos na modalidade da educação de jovens e adultos: questões bibliográficas”. Perspectivas de pesquisadores que abordam esse âmbito.

Trata-se de uma série de estudos conduzidos sobre as pessoas Surdas e EJA, com foco especial na região Norte do Brasil. Os autores identificados na

pesquisa são: Andrade (2019), Lupetina (2019), De Oliveira (2021), Faria (2021), Silva (2022), Duarte (2022) e Coelho (2022).

Quadro 1 - Perspectivas dos pesquisadores

Pesquisador	Perspectiva
Andrade (2019)	Importância das abordagens inclusivas no ensino para estudantes Surdos na EJA.
Lupetina (2019)	Análise das trajetórias dos Surdocegos, valorizando suas próprias perspectivas.
De Oliveira (2021)	Investigação da surdez como diferença linguística e seus efeitos nas práticas de escrita.
Farias (2021)	Proposta de estudos formativos para aprimorar a prática docente na inclusão de alunos Surdos.
Silva (2022)	Práticas, perspectivas e desafios no pós-oralismo, com foco na Libras para aprendizagem plena.
Duarte (2022)	Discussão sobre a formação específica de professores para atuação com alunos Surdos na EJA.
Coelho (2022)	Problematização das estratégias de escrita de alunos Surdos em cursos de Língua Portuguesa.

Fonte: Silva *et al.* (2024)

Os estudos revisados na íntegra por Silva *et al.* (2024) evidenciam avanços significativos na Educação do Surdo ao longo desses 5 anos. Além disso, observa-se a necessidade de mais pesquisas e investimentos na área voltada ao professor da EJA. Não se trata de cursar a disciplina de Libras na graduação (o que também é importante), mas, indo além, refere-se a um processo contínuo de práticas e vivências linguísticas aplicadas na prática na modalidade da EJA no Brasil.

A formação de professores que atuam na modalidade da EJA contempla a graduação, geralmente seguida de formações continuadas como cursos e especializações, com o intuito de atualizar e aprimorar o conhecimento. Constata-se que a Libras passa a ser presente na formação dos docentes com a Lei 10.436/2002 e a regulamentação do Decreto nº 5.626/2005, sendo inserida como disciplina nos cursos de licenciatura do Brasil.

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Brasil, 2005, p.1).

A importância da Libras como disciplina obrigatória para a formação dos professores é reconhecida, no entanto, sua abordagem isolada no contexto de formação para professores revela-se insuficiente diante das especificidades da língua de sinais.

É o que Lachinski *et al.* (2019) abordam ao pesquisarem sobre a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura e a visão do futuro docente. O estudo conta com 59 acadêmicos de licenciatura de duas universidades da Região Sul do país, e está baseado em três eixos de análise: contato com pessoas surdas e conhecimento de Libras; organização da disciplina; e impacto da disciplina.

Entre os resultados, revela-se que 25 acadêmicos não tiveram contato com pessoas Surdas antes da universidade, apenas 17 pessoas afirmaram possuir conhecimento em Libras, e 43 consideraram a organização da disciplina insuficiente para integrar teoria e prática de forma eficaz. Apenas 3 participantes afirmaram sentir-se preparados para trabalhar com estudantes Surdos, e 1 (um) participante justificou sua falta de preparo para aplicar a língua em sua prática docente.

O presente estudo destaca semelhanças entre a falta de professores da EJA/Mossoró e os resultados encontrados na pesquisa conduzida pelos pesquisadores Lachinski (2019). Ambos os contextos destacam a ausência de familiaridade e habilidade dos profissionais para lidar com questões linguísticas relacionadas aos estudantes Surdos. Explica-se que em relação aos professores da EJA/Mossoró, boa parte do que nesse estudo é descrito, é resultado da observação e presença da pesquisadora, como parte presente do ambiente observado.

As questões destacadas no parágrafo anterior contribuem para uma lacuna que impacta diretamente a questão de atividades inclusivas atribuídas ao SIGEduc (Escola Digital). Por ser ambientes que demandam metodologias e estratégias interativas, com abordagem visual e linguística baseada na Educação de Surdos, as quais podem ser comprometidas pela falta de conhecimento em Libras.

Jenkins (2009, p. 52), problematiza a questão do acesso às tecnologias dizendo: "enquanto o foco permanecer no acesso, à reforma permanecerá concentrada nas

tecnologias; assim que começarmos a falar em participação, a ênfase se deslocará para os protocolos e práticas culturais". Portanto, recomenda-se uma abordagem pedagógica baseada no planejamento linguístico, que envolvam práticas culturais, apoiada nas conquistas legais da Comunidade Surda.

Isso implica manter programas de formação contínua e permanente, a longo prazo, especializando os docentes na área da Educação Bilíngue para Surdos, Surdo-cegos, com Deficiência Auditiva sinalizante, Surdos com Altas Habilidades ou Superdotação e outros. Além disso, é fundamental desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, incluindo conteúdos culturais relevantes para os Surdos, e elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado (Brasil, 2021).

Por tanto, a colaboração docente é fundamental para o desenvolvimento da Educação Bilíngue para Surdos na EJA/Mossoró, especificamente quando se utiliza SIGEduc (Escola Digital) como complemento de ensino. No entanto, é importante reconhecer e respeitar o direito linguístico da pessoa surda, não relegando a Libras como acessório inclusivo ou a presença do intérprete de Libras como garantia de aprendizagem.

Ademais, a ausência de um projeto político pedagógico escolar alinhado com os princípios da Educação Bilíngue para estudantes Surdos na EJA, tem dificultado o apoio aos professores na implementação de práticas que promovam a planificação linguística, tanto em ambientes virtuais quanto presenciais.

Além disso, é urgente a necessidade de políticas públicas voltadas para os estudantes Surdos da EJA, ou que as políticas atuais sejam reformuladas, com objetivos claros e recursos direcionados para implementação de ações que reorganizem e conduzam a EJA na perspectiva de uma escola verdadeiramente inclusiva.

2.2.3 Apresentação do SIGEduc (Escola Digital)

O SIGEduc é uma plataforma abrangente, desenvolvida para aprimorar a gestão educacional do RN (SIGEduc, 2017). Embora essa plataforma cubra uma vasta funcionalidade, ferramentas tecnológicas atuais para alunos, professores, funcionários e sociedade (Silva; Fernandes Neto, 2018), o foco dessa seção recairá sobre a Escola

Digital, que se destacou como plataforma complementar de ensino essencial durante a pandemia da Covid-19.

É importante a contextualização sobre SIGEduc para que se compreenda o papel da Escola Digital inserida nessa plataforma. Então, sobre a implantação do SIGEduc no RN, a plataforma foi adquirida no ano de 2012 pela SEEC, com o suporte do MEC e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), inspirada no Sistema de Integração de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), surge diante da necessidade de modernização e informatização nos processos de gestão da rede, tanto na sede da SEEC, quanto nas unidades educacionais e DIRECs, foi o principal impulso por trás da implantação (Oliveira, A.P.S.F., 2019).

A SEEC demonstrou preocupação em melhorar a qualidade da educação pública estadual, com um sistema de informação que promoveria aprimoramentos na coleta, processamento, armazenamento, análise e distribuição de informações. Esses dados, por sua vez, seriam essenciais para auxiliar os gestores nas tomadas de decisão e no planejamento das atividades pedagógicas conduzidas pela SEEC (Oliveira, A.P.S.F., 2019).

Em 2014, visando à integração da gestão educacional e o aprimoramento contínuo do sistema, foram adicionados novos módulos ao SIGEduc. Esses incluíam áreas como transporte escolar, gestão de recursos humanos, gestão de eleições, portal da DIREC, Sigponto (módulo de ponto eletrônico) e a Escola Virtual²⁰, um ambiente virtual de aprendizado (Oliveira, A.P.S.F., 2019).

Até 2019, o sistema era utilizado principalmente para publicar notas, registrar a presença dos alunos e listar conteúdo. Como se trata de um sistema ativo o SIGEduc frequentemente passa por atualizações. Mas devido às demandas educacionais geradas pela pandemia da Covid-19, suas funcionalidades foram significativamente ampliadas.

O SIGEduc (Escola Digital) trata-se de um espaço pedagógico, com objetivo de promover e mediar o conhecimento, favorecendo o ensino e aprendizagem entre professores e alunos via atividades didáticas – pedagógicas (Oliveira, A.P.S.F., 2019). Como resultado, novas versão, com Recurso Educacional Digital (RED) expandindo

²⁰ Atualmente, o termo empregado é Escola Digital e não mais Escola Virtual.

suas capacidades para incluir uma área suplementar conhecida como Escola Digital (Silva Neto, 2022).

Os REDs são classificados como *software* e integrados ao conjunto de plataformas digitais, seguindo a estrutura de categorização definida pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). Esses recursos, inseridos no SIGEduc, mostram o reflexo das transformações culturais e tecnológicas que caracterizam a cibercultura.

A cibercultura é o resultado direto da evolução da cultura técnica moderna e representa a cultura contemporânea em si. Com respaldo no conceito de cibercultura ressaltam-se dois aspectos fundamentais: as novas formas sociais (sociabilidade pós-moderna) e as tecnologias digitais.

Para compreender o uso das tecnologias digitais na educação, é necessário considerar alguns REDs. A seguir, apresenta-se o Quadro 2, com base no CIEB (2021), que mostra como estão organizados. As Figuras 2 e 3 mencionadas detalham o conceito e a classificação dos REDs, o que permite uma análise mais clara sobre sua aplicação em AVAs.

Quadro 2 - Conceitos e estrutura

RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS			
Software			Hardware
Conteúdos	Ferramentas	Plataformas	
São mídias, interativas ou não, criadas ou utilizadas com um propósito específico. São as menores unidades do aspecto instrucional de um RED maior.	São tecnologias que apoiam e otimizam processos escolares específicos, podendo conter ou utilizar conteúdos associados.	São conjuntos coordenados de ferramentas em uma estrutura robusta, adotados de forma transversal pela escola, podendo conter conteúdos e/ou ferramentas associadas.	São recursos educacionais físicos com propósito educacional claro.
Pode estar inserido Pode estar inserido			

Fonte: Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) 2021.

Quadro 3 - Grupo de classificação dos recursos digitais

RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS			
Software			Hardware
Conteúdos	Ferramentas	Plataformas	
Objeto Digital de Aprendizagem (ODA). Jogo Educativo. Curso <i>on-line</i> .	Ferramenta de apoio à gestão administrativa – financeira. Ferramenta de avaliação do estudante. Ferramenta avaliadora de currículo. Ferramenta de autoria. Ferramenta de apoio à aula. Ferramenta de colaboração. Ferramenta de tutorial.	Sistema de gestão educacional (SIG/ SIS) Sistema gerenciador de sala de aula. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Plataforma educacional. Plataforma educacional adaptativa. Plataforma de oferta de conteúdo <i>on-line</i> . Repositório digital. São conjuntos articulados de ferramentas, dispostos em uma estrutura robusta coordenada. São adotadas pela escola de forma transversal. Podem utilizar ou conter conteúdos e/ou ferramentas associadas.	Ferramenta <i>maker</i> . Hardware educacional

Fonte: Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) 2021.

O SIGEduc destaca-se como um elemento parte dessa estrutura, posicionando-se como uma plataforma que possui diversas ferramentas e conteúdo que colaboram também no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Barbosa *et al.* (2016), o sistema foi, inicialmente, desenvolvido para atender demandas administrativas. Atualmente, já é utilizado para fins pedagógicos e interativos, dentro ou fora da sala de aula, via plataforma de ensino. Sua classificação como *software* (não livre)²¹ integrado em uma plataforma o coloca em um papel estratégico, atuando como uma ponte entre a gestão administrativa e as práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas com as demandas do mundo digital atual.

A seguir, apresentam-se algumas áreas comuns de acesso pelos estudantes Surdos da EJA/Mossoró. Com base na informação da professora Intérprete de Libras que trabalha na instituição, os ambientes mais utilizados são: *site*, *interface* (entrar

²¹ De acordo com Flor (2019, p.56), “[...] licenciada pela UFRN, através da lei de inovação tecnológica, incubada no Instituto MetrÓpole Digital, nos termos do ofício nº 10/2011-NIT. [...] propriedade da UFRN, que é detentora dos direitos patrimoniais do sistema e, por isso, foi quem licenciou esta empresa, dando a ela direito de explorar o sistema”.

no SIGEduc), módulos do SIGEduc (estudante), SIGEduc (Escola Digital). Antes disso, justifica-se que, para garantir maior compreensão dos ambientes a seguir, optou-se por um detalhamento maior das interfaces do SIGEduc até a Escola Digital. Essa abordagem busca deixar claro para os leitores aqueles que podem não ter familiaridade com a plataforma.

2.2.3.1 Site

Figura 3 - Interface de acesso ao SIGEduc



Fonte: SIGEduc, print screen da interface SIGEduc (RN).

Esta interface é da plataforma SIGEduc. Na lateral, há um *menu* com as seguintes opções: Escolas, Matrícula, Pronatec, Processo Seletivo, Eventos, Monitoramento da Educação, Plano Estadual de Educação, Manuais do Sistema e outros. A página principal oferece links para consultar unidades escolares e visualizar mapas educacionais.

No canto superior direito, há um botão para adentrar no sistema. Na parte inferior, há *banners* aleatórios dinâmicos com informações, além de um espaço dedicado a notícias e comunicados emitidos pela SEEC/RN. A interface é simples, funcional e organizada para facilitar a navegação.

2.2.3.2 Site > Interface de entrada ao SIGEduc

Figura 4 - Interface de acesso ao SIGEduc

Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer

Natal, 18 de Maio de 2024

sigeduc
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO

ENTRAR NO SIGEduc

ENTRAR NO SIGEduc

Usuário:

Senha:

Entrar no Sistema

- Esqueci minha senha
- Esqueci meu login
- Recuperar Login Aluno por CPF
- Perdi o e-mail de confirmação de cadastro

Estudante,
caso ainda não possua cadastro no SIGEduc, clique no link abaixo.

Professor ou Funcionário,
caso ainda não possua cadastro no SIGEduc, clique no link abaixo.

Familiars,
caso ainda não possuam cadastro no SIGEduc, clique no link abaixo.

Cadastre-se

Cadastre-se

Cadastre-se

Fonte: SIGEduc, *print screen* do acesso ao SIGEduc (RN)

A interface (Figura 4) é a tela de *login* da plataforma SIGEduc. No centro, há uma imagem de um estudante e o *slogan* "A educação do futuro para o futuro da educação pública". À direita, estão os campos para inserir "Usuário" e "Senha", e um botão "Entrar no Sistema". Abaixo, há opções para recuperar senha, *login* e cadastro. Na parte inferior, há ícones e links para cadastro de estudantes, professores/funcionários e familiares que ainda não possuem cadastro no sistema.

No campo Estudante/Cadastre-se, a maioria dos estudantes surdos da EJA/Mossoró costuma realizar seus cadastros diretamente nas escolas. Durante esse processo, a coordenação pedagógica oferece assistência, contando com a assistência de uma profissional capacitada em Libras para garantir que os estudantes surdos possam se cadastrar com facilidade.

2.2.3.3 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil

Figura 5 - Interface do vínculo estudantil

SEEC - SIGEduc - Sistema Integrado de Gestão da Educação Tempo de Sessão: 00:30 **SAIR**

Calendário Escolar Módulos Abrir Chamado Alterar senha
Ajuda

ESCOLHA SEU VÍNCULO PARA OPERAR O SISTEMA

Caro Usuário,
O sistema detectou que você possui mais de um vínculo ativo com a instituição. Por favor, selecione o vínculo com o qual você deseja trabalhar nesta sessão.

Selecionar Vínculo

VÍNCULOS ATIVOS ENCONTRADOS (8)

MATRÍCULAS ESTUDANTIS						
Matrícula	Ano	Período	Escola	Série	Etapa de Ensino	Situação
201930445656	2023	1	[Redacted]	BLOCO C	ENSINO MEDIO	APROVADO
201930445656	2022	2	[Redacted]	BLOCO A	ENSINO MEDIO	APROVADO
201930445656	2022	1	[Redacted]	BLOCO A	ENSINO MEDIO	APROVADO
201930445656	2021	2	[Redacted]	BLOCO D	ENSINO FUNDAMENTAL	MATRICULADO
201930445656	2021	1	[Redacted]	BLOCO C	ENSINO FUNDAMENTAL	APROVADO
201930445656	2020	2	[Redacted]	BLOCO B	ENSINO FUNDAMENTAL	APROVADO
201930445656	2020	1	[Redacted]	BLOCO A	ENSINO FUNDAMENTAL	APROVADO
201930445656	2019	1	[Redacted]	3º PERÍODO (4º E 5º ANO - ANOS INICIAIS)	ENS FUNDAMENTAL - 1º SEGMENTO ANUAL	APROVADO

Não Definido

Fonte: SIGEduc, *print screen* da interface área do estudante.

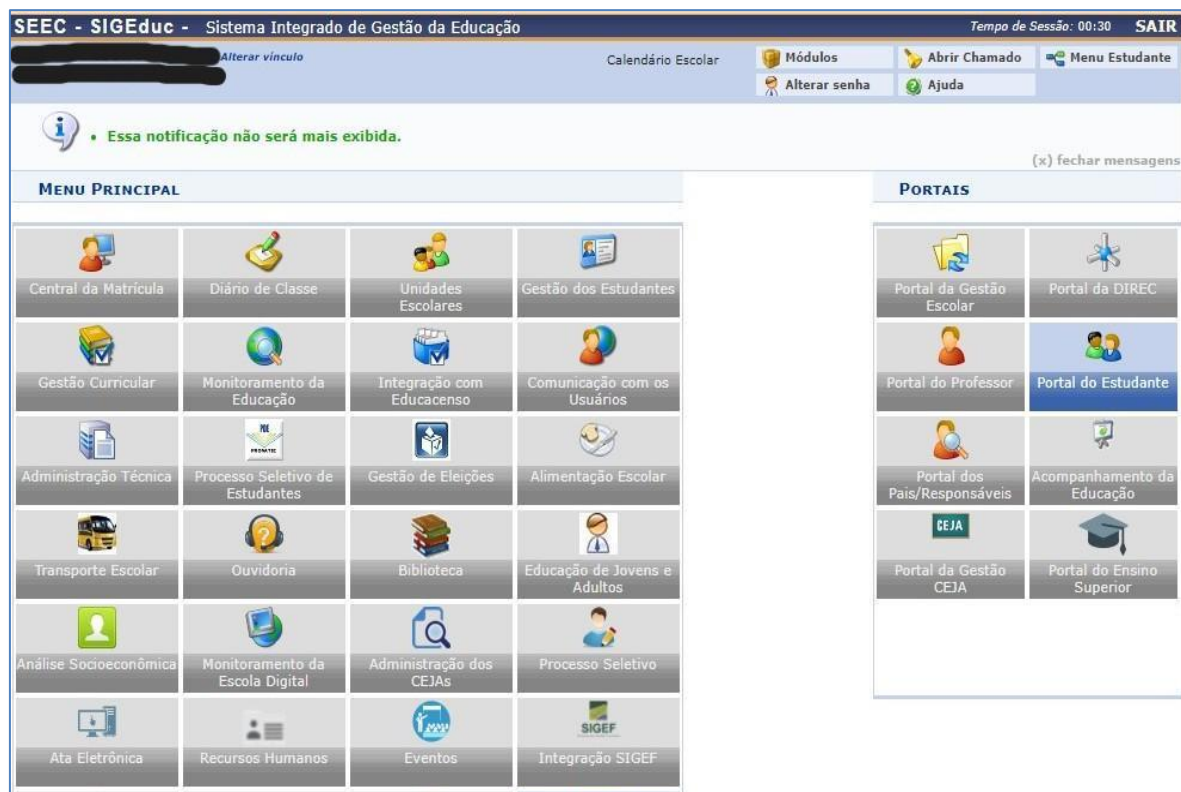
Nesta parte, apresenta-se a tela de seleção de vínculo do SIGEduc. Na parte superior, há o nome do estudante *logado* e opções de navegação como "Módulos", "Abrir Chamado" e "Alterar senha". Abaixo, há uma mensagem que informa ao usuário o número de vínculos ativos com a instituição, o qual deve selecionar um para operar no sistema. A seção "Matrículas Estudantis" lista os vínculos encontrados, mostrando detalhes como matrícula, ano, período, escola, série, etapa de ensino e situação.

Cada linha representa uma matrícula para um ano e período específicos, permitindo acompanhar a progressão do aluno desde os primeiros anos do Ensino Fundamental até o Ensino Médio. A coluna "Situação" revela o desempenho do aluno, indicando aprovações e progressões normais de série em série.

O sistema também oferece funcionalidades adicionais: a seleção de vínculo específico acessa diferentes módulos, abertura de chamadas de suporte e alteração de senha. Quando o estudante seleciona a matrícula equivalente ao ano que está cursando, automaticamente ele é migrado para a próxima *interface*.

2.2.3.4 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal

Figura 6 - Interface Portal do Estudante



Fonte: SIGEduc, *print screen* área do Portal do Estudante.

Nesse ambiente, o estudante conta com uma tela que oferece uma *interface* intuitiva, com diversas funcionalidades. Na parte superior, o *menu* principal, composto por ícones, facilita o acesso a áreas como Central da Matrícula, Diário de Classe, Unidades Escolares, Gestão dos Estudantes e muito mais. À direita, a seção "Portais" oferece links diretos para portais específicos, incluindo o Portal do Estudante, onde os alunos podem acessar suas informações e realizar diversas atividades.

Este sistema abrangente é projetado para otimizar a administração e o monitoramento das atividades educacionais, atendendo às necessidades de estudantes, professores, administradores e responsáveis.

2.2.3.5 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal > Portal do Estudante / Disciplinas

Figura 7 - Interface Portal do Estudante (disciplinas)

The screenshot displays the 'Portal do Estudante' interface. At the top right, a sidebar shows student details: Matrícula: 201930445656, Escola: [redacted], Série: BLOCO C - [redacted] ENSINO MÉDIO, Turma: MCM1 / MATUTINO, Situação: APROVADO, and E-Mail: [redacted]. The main content area is divided into two sections. The first section, 'TURMAS MATRICULADAS', features a table of enrolled courses with columns for 'Disciplina', 'Horário', 'Professor', and 'Web Conferência'. The second section, 'TURMAS TEMAS DE COMPONENTES ELETIVOS', shows a message: 'Nenhuma disciplina aberta encontrada'. The footer includes the text 'Portal do Estudante' and 'SIGEduc | GPD/SEEC - (84) 4008-4088 / Opção 2 - seec-app2.imd.ufm.br.srv2inst1 - v20240517_1735'.

Disciplina	Horário	Professor	Web Conferência
AEE	2T1		
Arte Educativa	2T1		
Biologia	3M45 4M123		
Educação Física	2M45		
História	5M12345		
Língua Espanhola	2M23		
Química	3M123 4M45		
Sociologia	2M1		

Fonte: SIGEduc, *print screen* do Portal do Estudante.

No Portal do Estudante (Figura 7), o aluno pode visualizar informações detalhadas sobre suas turmas matriculadas, além de outras funcionalidades e mensagens importantes. No canto superior direito, encontram-se os dados do estudante, como ano, matrícula, escola, série, turma, situação e e-mail, indicando, por exemplo, que ele está no Bloco C do Ensino Médio e aprovado, como mostra essa imagem da matrícula de um determinado estudante.

Além disso, há uma seção para "Turmas Temas de Componentes Eletivos", que, neste caso, não possui disciplinas abertas. Na parte superior da tela, o menu de navegação inclui opções como "Documentos", "Diário de Classe", "Eventos" e "Interação", facilitando o acesso a diferentes funcionalidades do sistema.

Ainda na parte superior da página, mensagens importantes são destacadas, como a necessidade de atualizar o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) junto à Receita Federal e informações sobre o projeto #QueroAprender do Exame Nacional

do Ensino Médio (ENEM), incentivando a inscrição para participar de aulões preparatórios.

Abaixo, na seção "Turmas Matriculadas", é possível ver a lista de disciplinas, horários e professores, com ícones indicando se a aula é ministrada via escola digital ou *web* conferência. As disciplinas incluem Atendimento Educacional Especializado (AEE), Arte Educativa, Biologia, Educação Física, História, Língua Espanhola, Química e Sociologia.

No caso do atendimento referente ao AEE, os estudantes Surdos são atendidos no CAS Mossoró (Centro de Atendimento ao Surdo) no contraturno, proporcionando um suporte educacional especializado fora do horário regular de aulas. Criado pelo Decreto nº 19.131/2006 (Rio Grande do Norte, 2006), que atua com a capacitação e a orientação aos profissionais de educação na área da língua de sinais. A atividade principal é o atendimento pedagógico especializado aos alunos com deficiência auditiva ou Surdos, sendo as unidades Mossoró (RN) e Natal (RN) (Oliveira Neto, 2002).

O CAS Mossoró exerce um importante trabalho colaborativo com a EJA/Mossoró. Segundo Oliveira Neto (2022, p. 35-36), "Ao participar do atendimento no CAS no contraturno da escola, o estudante surdo sinalizante tem contato com seus pares linguísticos e a possibilidade de partilhar as experiências e vivências em sua língua materna".

Em relação ao suporte do atendimento ao estudante Surdo no RN, o Plano Decenal de Educação (2015-2025) orienta a incorporar profissionais especializados em serviços de apoio que sejam essenciais para proporcionar uma assistência educacional adequada aos estudantes que necessitam desse suporte, incluindo intérpretes, instrutores de Libras e professores bilíngues (Rio Grande do Norte, 2016a).

2.2.3.6 Site > Interface de entrada ao SIGEduc > Tela de vínculo estudantil > Menu Principal > Portal do Estudante / Disciplinas > SIGEduc (Escola Digital)

Por fim, no SIGEduc encontra-se a Escola Digital (Figura 8) como plataforma complementar de ensino, utilizada ativamente durante a pandemia da CCovid-19, permanecendo o seu uso pós-pandemia por alguns professores. Conta com o "Painel Inicial", seguido de Turmas, Estudantes, Materiais, Atividades, Olimpíadas

de Língua Portuguesa e Direto de Imagem. Ao lado, está o plano de aula do professor detalhado. Identifica-se, ainda, que o professor lança enquete e outras atividades.

Figura 8 - Interface da Escola Digital/Portal do Aluno

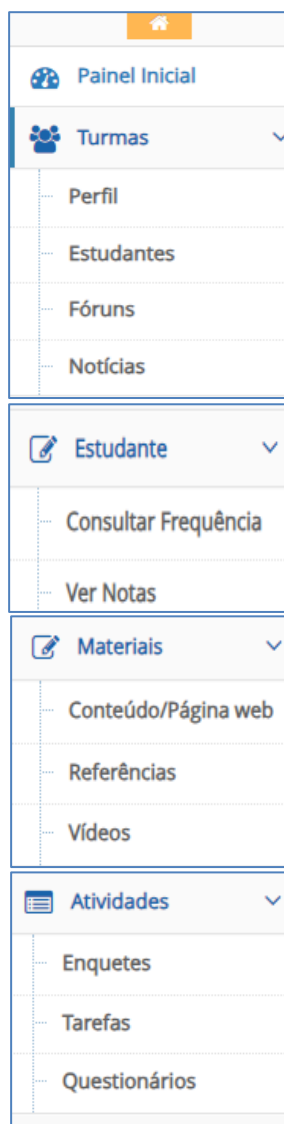


Fonte: SIGEduc, print screen da interface Escola Digital.

A seção "Olimpíadas Língua Portuguesa" é destinada ao Programa Escrevendo o Futuro (2024), promovido pelo Itaú Social, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). O programa visa aprimorar o ensino de leitura e escrita nas escolas públicas do Brasil.

No Portal Escrevendo o Futuro, educadores encontram recursos como cursos online, textos literários e materiais didáticos para melhorar suas práticas de ensino.

Figura 9 - Painel inicial interativo



Fonte: SIGEduc, *print screen* da interface do Portal do Estudante.

Neste formato, Turmas, Estudantes, Materiais e Atividades são agrupados verticalmente para otimizar o espaço. No Perfil do Estudante, é possível gerenciar o perfil para apresentação à turma. A seção de Frequência mostra um mapa detalhado com data, situação, total de faltas e faltas permitidas. Há, também, um espaço para Notas.

Na parte de Materiais, o professor disponibiliza conteúdos, seguidos por Referências Bibliográficas e indicações de Vídeos. Na seção Atividades, há enquetes com perguntas, data de criação e prazo para votação, além de tarefas individuais com locais para envio e visualização das tarefas enviadas e corrigidas.

É bom lembrar que, durante o período de isolamento social causado pela pandemia, foi utilizada a plataforma SIGEduc (Escola Digital), como AVA, para dar continuidade às aulas e, mesmo pós-pandemia, o sistema permanece ativo. Essa plataforma complementar surge no campo do ensino da EJA como mais uma possibilidade de aprendizagem de igual acesso entre as pessoas.

Mas, igualdade para quem?

Na perspectiva da Educação de Surdos, é fundamental reconhecer que a igualdade de acesso não pode ser reduzida unicamente à disponibilidade de recursos de acessibilidade. No entanto, isso não significa negligenciar o aprimoramento dos AVAs. Enquanto as necessidades específicas da Comunidade Surda vão além dos recursos de acessibilidade, é inegável que o desenvolvimento contínuo dos AVAs pode desempenhar um papel importante na promoção da planificação linguística da Libras.

Desde então, o ambiente AVA está ativado no SIGEduc em um formato voltado para ouvintes. Telles de Oliveira (2009, p. 29) afirma que “É preciso avançar no desenvolvimento de funcionalidades pedagógicas de ensino-aprendizagem e capacitação para o manejo das ferramentas, como também na aproximação e acessibilidade dos usuários”. Entretanto, observa-se que as funcionalidades de acesso ao SIGEduc e o ambiente da Escola Virtual precisam ser mais exploradas.

A grande revolução no ensino não se dá apenas pelo uso mais intensivo do computador e da internet em sala de aula, ou em atividades à distância. É preciso que se organizem novas experiências pedagógicas em que as TIC possam ser usadas em processos cooperativos de aprendizagem, em que se valorizem o diálogo e a participação permanentes entre todos os envolvidos no processo (Oliveira, A.P.S.F., 2019, p. 48).

Nesse contexto, a participação dos estudantes Surdos torna-se essencial; por meio das suas concepções, é possível a garantia da sua participação permanente no processo de ensino e aprendizagem. No próximo capítulo, será discutida a metodologia adotada neste trabalho, a qual busca as perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró sobre o SIGEduc (Escola Digital).

3 METODOLOGIA

No percurso metodológico da pesquisa, apresenta-se a caracterização do estudo: tipo de pesquisa, contextualização do universo da pesquisa, lócus e participantes da pesquisa, além dos critérios de inclusão/exclusão dos sujeitos da pesquisa. Além disso, delineiam-se os procedimentos para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, a condução da coleta de informações, o processo de análise dos dados e, por fim, a apresentação dos resultados obtidos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa refere-se à abordagem metodológica qualitativa. Segundo Minayo (2014, p. 195), “A investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”. Ter um olhar próximo à situação e proporcionar abertura para os discursos dos sujeitos da pesquisa contribuem para ações investigativas. A abordagem qualitativa possui pontos significativos que favorecem a pesquisa, entre os quais está o pesquisador como fonte principal na coleta de dados (Teixeira, 2003).

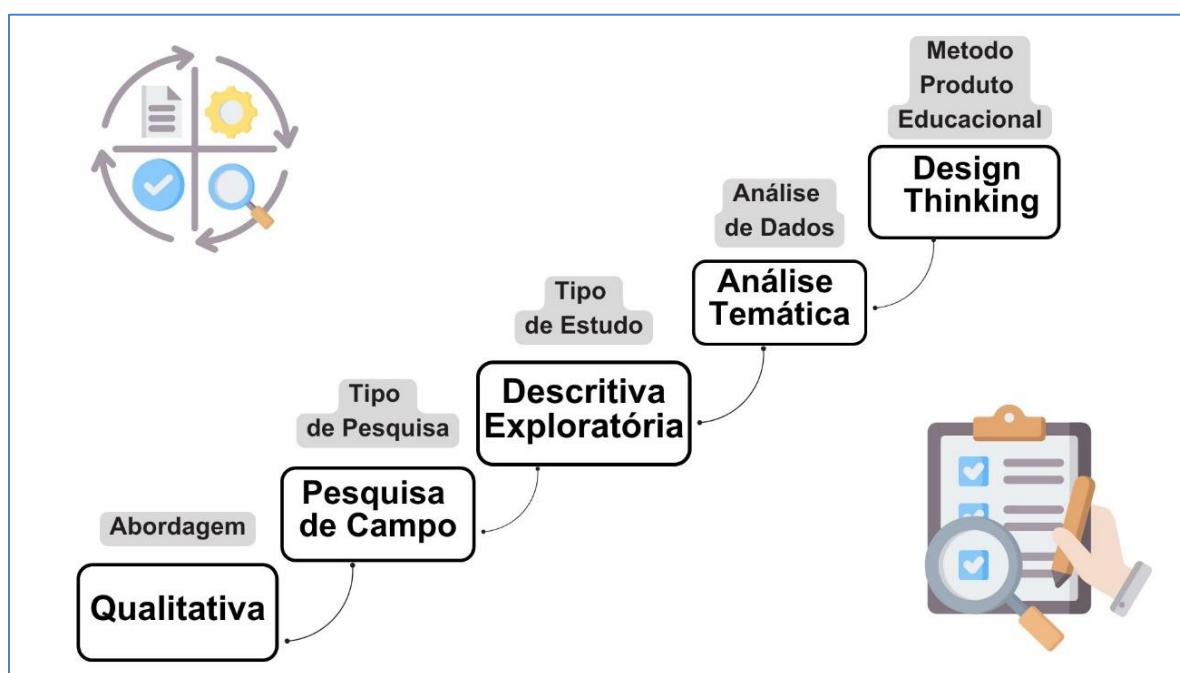
Quanto ao tipo de pesquisa, adota-se a pesquisa de campo, que foca em determinado grupo de pessoas como parte integrante do ambiente escolar. É relevante observar que a referência aqui não é à simples aglomeração de indivíduos no âmbito escolar, mas, sim, à Comunidade Surda, rica em Artefatos Culturais, em seu contexto mais abrangente. Trata-se de pessoas Surdas e ouvintes com afinidades e vínculos, em um espaço propício para trocas de conhecimento (Eiji, 2016).

Esta pesquisa apresenta o tipo de estudo descritivo-exploratório, com base em Gil (1999, p. 28): “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”. Logo, auxilia o pesquisador a desenvolver um olhar crítico sobre a problemática em questão.

Nesse sentido, a exploração de campo contempla contribuições singulares (Teixeira, 2003), que podem ser geradas por meio da coleta de dados, de forma despretensiosa e sem conceitos preestabelecidos.

Por considerar a linha descritiva e exploratória favorável a conhecer determinado tema, por meio desta, pretende-se obter maior clareza, que possa levar a geração de novas ideias e a exploração de questões relacionadas à temática da pesquisa. Nesse sentido, ninguém melhor que os estudantes Surdos da EJA/Mossoró que usam o sistema para contribuir com a melhoria dele. *“Nothing About Us Without Us”* (Nada sobre nós, sem nós) (Sassaki, 2007, p. 3).

Figura 10 - Percurso Metodológico

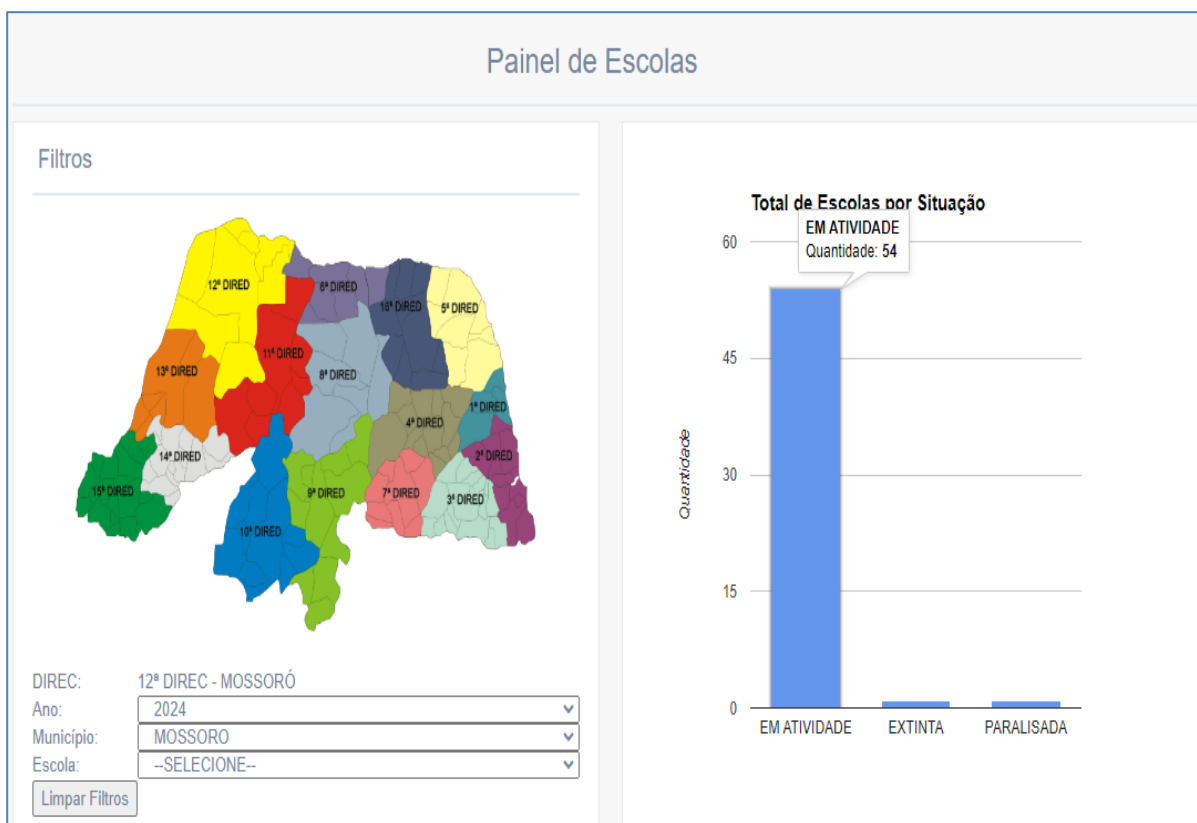


Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 CONTEXTO: UNIVERSO, LÓCUS E PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O ambiente da pesquisa está localizado no estado do Rio Grande do Norte, no oeste potiguar, na cidade de Mossoró. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o RN possui 3.302.709 habitantes. Ainda segundo o IBGE, a cidade de Mossoró localiza-se a 280 km da capital Natal, conta com uma população pouco mais de 300 mil habitantes. Atualmente, no mapa de monitoramento da educação do RN, Mossoró conta com 54 escolas estaduais em atividade no ano de 2024 (IBGE, 2024).

Figura 11 - Monitoramento Escolar 2024 (RN)



Fonte: Monitoramento da Educação da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer (SIGEduc, 2024).

Dentre as 16 Diretorias Regionais de Educação e Cultura no RN, também conhecidas como DIRECS, localiza-se a escola lócus da investigação, que está sob a jurisdição da 12ª DIREC, voltada para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), situada no município de Mossoró, RN. A instituição desempenha um papel fundamental para a sociedade ao ofertar que jovens e adultos possam retomar e dar continuidade aos seus estudos.

Durante o período de observação, anos 2020 e 2021, havia 5 estudantes Surdos matriculados nos níveis fundamental e médio (SIGEduc, 2023), no ano de 2023, os quais concluíram com sucesso suas atividades escolares naquela instituição.

Para levantar os dados dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, fez-se uma busca na plataforma de Monitoramento da Educação da SEEC. Constatou-se que o sistema fornece o número de alunos matriculados, especificando ano, série e turma de cada estudante, ordenados por tipo de “necessidade”.

Durante a busca, observaram-se os termos utilizados no sistema de monitoramento da educação do RN, como alunos com “necessidade”, “Deficiência Auditiva/Surdez (surdez)” para os estudantes Surdos. Tais termos são inseridos no Relatório de Estudantes com Necessidade Especial Educacional (NEE).

Percebe-se que o termo utilizado no relatório remete a estudante especial. Esclarece-se que o uso correto da expressão é estudante Surdo, que se refere à pessoa Surda. Com base no Art. 2º no Decreto nº 5.626/05,

[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (Brasil, 2005).

Ainda no sistema de monitoramento da educação do RN, no último acesso realizado em maio de 2024, a quantidade de estudantes com NEE era de 1.367, dos quais 23 pertencem à escola foco da pesquisa - 5 estudantes são Surdos. Em relação ao corpo docente do *lócus* da pesquisa, a instituição conta com 63 professores registrados no *roll* da escola. Entre eles, o professor de Educação Especial Intérprete/Tradutor de Libras, profissional recente inserido com esta nomenclatura, conforme estabelecido no SIGEduc.

Sobre os participantes e a ação da coleta de dados no que os envolve, possui riscos mínimos, no entanto, durante o processo de coleta de dados, realizam-se algumas ações preventivas a fim de garantir eventuais desconfortos aos participantes da pesquisa.

Buscaram-se orientações na cartilha dos direitos do participante de pesquisa, elaborada pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), além de outras informações descritas no termo de consentimento de participação da entrevista, que foi entregue como cópia para cada participante.

Os sujeitos da pesquisa, a princípio, eram 5 estudantes Surdos da EJA/Mossoró, matriculados nos anos 2020 e 2021, todos fluentes em Libras, além de 4 professores. Para definir a participação da pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, visando garantir a relevância e a consistência dos dados coletados. Os participantes aptos foram aqueles que utilizaram o sistema SIGEduc como recurso pedagógico e para fins escolares durante o período de observação do fenômeno, que vivenciaram a relação educacional entre professores

e estudantes Surdos. Além disso, os que aceitaram participar da pesquisa ao assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Por outro lado, não eram aptos aqueles que não utilizaram o sistema SIGEduc como recurso pedagógico e para fins escolares, bem como que não vivenciaram a relação educacional entre professores e estudantes durante o período de observação do fenômeno.

Desta forma, o processo de seleção assegura que apenas os participantes com experiências diretamente relacionadas ao objeto de estudo sejam incluídos na pesquisa. Após análise dos critérios, apresentaram-se aptos a participar da pesquisa 3 estudantes Surdos e 1 professor(a). Sobre o professor (a), é importante esclarecer que o objetivo da sua participação foi entender como o(a) professor(a) realiza o trabalho colaborativo utilizando o SIGEduc (Escola Digital) junto aos estudantes Surdos, tendo em vista que o objetivo desta pesquisa se direciona às perspectivas dos estudantes Surdos neste âmbito.

A seguir, apresentam-se, de forma breve, os perfis dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró. Vale ressaltar que, conforme descrito no TCLE, os nomes dos participantes desta pesquisa são resguardados, sendo apresentados a seguir, no Quadro 4, como estudantes 1, 2 e 3, além do professor 1.

É importante que se compreenda que as descrições contidas no perfil do participante Surdo refletem características visuais da própria Cultura Surda. Durante a entrevista, de forma espontânea, as informações eram compartilhadas e coletadas de forma a contemplar os dados em comum, bem como as particularidades de cada um.

De acordo com Lustosa *et al.* (2016), a língua de sinais é o meio pelo qual os Surdos se expressam e compreendem o mundo. As descrições a seguir foram relatadas pelos estudantes Surdos durante a coleta de dados, percebendo-se como característica própria da pessoa Surda.

Quadro 4 - Perfil dos Participantes da pesquisa

	Estudante 1 - Homem, 32 anos, negro, solteiro, com um filho que mora com a ex-companheira. Atualmente, não trabalha e mora com os pais. Possui uma renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos. Busca na EJA concluir os estudos com o objetivo de ingressar na universidade. Pretende concluir o ensino médio e realizar o ENEM ainda este ano. Além disso, almeja retornar ao mercado de trabalho e buscar cursos profissionalizantes. Identifica-se como pessoa surda, sabe Libras. Frequenta a Associação dos Surdos da cidade.
	Estudante 2 - Mulher, 47 anos, parda, solteira, não trabalha, mora com os pais, com renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos. Busca na EJA a possibilidade de voltar a estudar e concluir seus estudos, tendo interrompido anteriormente por motivos particulares. Não está claro se pretende prestar vestibular ou buscar o mercado de trabalho. Sabe Libras, consegue oralizar e realizar leitura labial. Frequenta ativamente a Associação dos Surdos da cidade.
	Estudante 3 - Homem, 33 anos, pardo, casado, possui filhos, é autônomo, com uma renda familiar de 1 salário mínimo, além de receber auxílio do governo para os filhos pequenos. Busca a EJA com a intenção de concluir seus estudos para aprimorar seus conhecimentos na área em que trabalha. Não expressou desejo de cursar universidade ou dar continuidade em outras áreas de estudo, mas mantém o objetivo de trabalhar. Identifica-se como surdo e sabe Libras. Participa ativamente da comunidade surda e de suas atividades.
	Professor 1: Homem, [não informado], pardo, casado, com filhos. Professor de Geografia da rede estadual há mais de 21 anos, sua experiência abrange desde a alfabetização, ensino fundamental I e II até o ensino médio. Possui mestrado acadêmico na sua área de atuação, o que colabora com seu trabalho como pesquisador. Compartilha que deseja aprofundar seus conhecimentos na área da Educação Inclusiva, inclusive está se especializando nesse seguimento.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse perfil, percebe-se uma visão rápida dos estudantes, entretanto, registram-se todas as informações sinalizadas pelos estudantes Surdos da EJA/Mossoró. Optou-se por documentar desde informações comuns até as mais específicas oriundas da pesquisa acadêmica. Isso é necessário especialmente diante da carência de dados relacionados aos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

3.3 ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS

A escolha da entrevista baseia-se na flexibilidade que permite emergir informações de forma livre, não condicionadas a respostas padronizadas (Manzini, 2004). Isso possibilita ao entrevistado complementar e explicar seu ponto de vista sobre o assunto.

As perguntas das entrevistas foram elaboradas em formato de documento *word*, conduzido oralmente para o professor entrevistado e registrado simultaneamente no documento *word* e em Libras para os participantes Surdos. Para

a execução das entrevistas em Libras, foram utilizados um celular para gravação, um tripé como suporte para o aparelho e um computador para registro visual e edição, caso necessário.

Durante a gravação, a câmera do celular permaneceu direcionada à pesquisadora, ao participante da pesquisa e à intérprete de Libras. Assim ocorreu com os três entrevistados. Ao final das gravações, as imagens foram armazenadas para análise posterior. As entrevistas contêm 10 perguntas principais, elaboradas previamente como um guia semiestruturado, que abordam desafios e contribuições do SIGEduc (Escola Digital) como recurso pedagógico digital para estudantes Surdos da EJA/Mossoró, nos anos de 2020 e 2021.

Quadro 5 - Temáticas referentes às perguntas aos entrevistados

Uso do SIGEduc: Investiga se os estudantes utilizam o SIGEduc na instituição.
Aulas durante a pandemia: Explora como as aulas foram conduzidas através do SIGEduc durante o período da pandemia.
Frequência ao CAS Mossoró ou sala de AEE: Examina a frequência dos estudantes nesses ambientes e os motivos para isso.
A inclusão do SIGEduc: Avalia se o SIGEduc é percebido como um recurso pedagógico inclusivo para estudantes Surdos.
Impacto do SIGEduc na aprendizagem: Analisa se o SIGEduc facilita ou dificulta o processo de aprendizagem dos estudantes.
Compreensão das tarefas na Escola Digital: Investiga como os estudantes compreendem as tarefas inseridas na plataforma da Escola Digital.
Acessibilidade em Libras: Avalia a presença de mecanismos no SIGEduc que favoreçam a acessibilidade em Libras.
Orientações em Libras: Verifique se os estudantes receberam manuais ou orientações em Libras sobre como utilizar o SIGEduc.
Dificuldades na navegação: Investiga se os estudantes têm dificuldade em encontrar as tarefas dentro da Escola Digital.
Análise crítica do uso do SIGEduc: Solicita que os estudantes apontem pontos positivos e dificuldades no uso do SIGEduc, além de sugerirem melhorias.

Fonte: Elaborado pela autora

Os referidos temas foram cuidadosamente escolhidos para proporcionar uma visão abrangente e detalhada sobre a experiência dos estudantes Surdos com o SIGEduc (Escola Digital), permitindo uma análise aprofundada das suas potencialidades e desafios, bem como possíveis aprimoramentos do sistema.

3.4 COLETA DE DADOS

Após a aprovação do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP), sob o CAAE nº 68196323.7.0000.9247, foram iniciados os contatos com os participantes para agendar as entrevistas. Entre os dias 23 e 29 de maio de 2023, as entrevistas ocorreram na escola, no espaço da sala de recursos multifuncionais, durante o turno da manhã, individualmente. Cada entrevista teve uma duração média de 20 a 30 minutos.

No caso dos estudantes Surdos, participaram a entrevistadora e a profissional intérprete de Libras²², que realizou toda a interpretação da língua portuguesa (oral) para a língua brasileira de sinais (Libras) e vice-versa. Por garantia, para não perder nenhum detalhe e fidelização para o tratamento dos dados, as entrevistas foram gravadas. Corroborando Stuckey (2014, p.7), “[...] com uma gravação, o entrevistador pode se concentrar em ouvir e responder o participante, sem se distrair com a necessidade de escrever notas extensas”.

Nesse sentido, Laikos e Maicon (2010, p. 198) expõem que “[...] oferece maior oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistado ser observado naquilo que diz e como diz: registro de reações, gestos etc.” Vale ressaltar que, mesmo após o término das perguntas, os entrevistados ainda acrescentavam suas perspectivas, sendo permitida, nesse momento, a tomada de notas extras.

Após essa etapa, as entrevistas gravadas em vídeo (Libras) seguiram para a tradução. Optou-se por realizar a transcrição e a tradução de Libras para língua portuguesa. Sobre o processo de tradução, é importante esclarecer dois pontos: primeiro, reconhece-se que não há tempo hábil para abordar a atividade de transcrição profunda da língua de sinais, bem como descrever a riqueza de detalhes desse processo, que exemplifica algumas especificidades contidas nessa ação.

De acordo com De Souza Lemos (2020), a transcrição de uma língua visual-espacial é complexa em seu detalhamento, pois se trata de estruturas codificadas que dificultam o entendimento. Percebe-se que requer uma abordagem sistemática dos enunciados, que contemple de forma precisa aquilo que é sinalizado. Entretanto, realiza-se uma transcrição de forma introdutória, para que o leitor conheça o trabalho

²² Rafaela Ramona e Emily Fernandes (Intérpretes contratadas do estado do RN).

do intérprete de Libras, bem como as ações tradutórias da língua fonte (a língua que o intérprete vê) para a língua alvo (a língua portuguesa).

O segundo ponto mostra a necessidade de manter o foco nos objetivos propostos por esta pesquisa; debruçar no ato de transcrever a língua de sinais e aprofundar em seus conceitos em sua totalidade poderia abranger outros aspectos que não é a intenção nesse momento. Foi realizada a transcrição em glosa, de forma menos abrangente, percebendo-se a importância em evidenciar a riqueza da notação e/ou transcrição da língua de sinais que está atribuída à glosa. Felipe (1998) descreve glosas como um sistema simplificado de notação de palavras. Uma de suas características é a escrita em caixa alta, que representa os sinais.

É válido ressaltar que a transcrição das sinalizações dos entrevistados Surdos no formato de glosa pode não contemplar algumas palavras ou trechos integralmente. Devido à complexidade da ação e à limitação de tempo, afirma-se que o trabalho foi dedicado e realizado com zelo, no intuito de não prejudicar a tradução. A seguir, o Quadro 6 apresenta algumas marcações em glosa da transcrição para Libras.

Quadro 6 - Legenda das marcações em glosa (Libras)

Amig@ - Ausência de marcação de gênero
IX ₁ , IX ₂ e IX ₃ - Marcação de pessoas no singular.
<>sinal – Sinal em Libras.
IX _{1p} , IX _{2p} e IX _{3p} - Marcação de pessoas no plural.
IX – Apontação.
<>qu – Interrogativas.
<>qu? - Dúvida e desconfiança.
<>qu~ - Aparece na oração subordinada.
<>n – Negativa.
<>afirma – Afirmativa.
<>top – Topicalização.
<> o-que - dúvida / desconfiança.
<>mc - Movimento com a cabeça.
<>cl – Classificador.
<>do - Direção do olhar.
<>sn - Interrogativas sim/não.
<>+++ - Prolongamento do sinal.

Fonte: Dos Santos Paiva *et al.* (2016), Ferreira-Brito (1995), Felipe (1998), Quadro e Karnopp (2004).

A seguir, o Quadro 7 traz uma amostra das entrevistas e sua organização:

Quadro 7 - Amostra da tabela dos interactantes da entrevista

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
1	Pesquisadora	A sua escola é inclusiva?	-----
2	Estudante 1	<INCLUSÃO> _{top} <TER-NÃO> _{neg mc}	Não tem inclusão

Fonte: Elaborado pela autora (transcrição demonstrativa).

Na coluna nomeada "Linha", são referenciados os números dos trechos da fala da pesquisadora e/ou da sinalização do estudante Surdo, facilitando a referência cruzada entre diferentes partes da transcrição. A segunda coluna, nomeada "Interlocutores", destina-se aos nomes dos participantes desta pesquisa (1,2,3 e 4), preservando-se as suas identidades, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A terceira coluna, "Transcrição da Interação (glosa)", apresenta a fala do pesquisador/entrevistador na versão oral em língua portuguesa e a transcrição em glosa escrita. Por último, a coluna "Tradução" oferece a tradução para a língua portuguesa, e é destinada aos leitores que ainda desconhecem a Libras e suas estruturas linguísticas.

3.5 TRATATIVA E ANÁLISE DOS DADOS

Teixeira (2003, p.191) afirma que “A fase do tratamento do material leva o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”. Para tanto, optou-se pela análise de dados baseada na Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006). Segundo as autoras, “é um método para identificar, analisar padrões dentro dos dados [...] organiza e descreve o conjunto de dados em detalhes” (Braun; Clarke, 2006, p. 6).

A escolha desse método justifica-se na possibilidade de codificar os dados coletados, de maneira indutiva sem descrições preestabelecidas, ou seja, códigos, temas ou categorias emergem da familiarização dos dados durante o processo de análise.

Com isso, construir uma análise essencialista “que relata experiências, significados e a realidade dos participantes” (Braun; Clarke, 2006, p. 7). Impulsionados por uma abordagem exploratória, busca-se a compreensão e explicação do fenômeno em questão.

A seguir, apresenta-se o percurso adotado na análise dos dados, que ocorre em 6 passos: Fase 1 - Familiarização com os dados; Fase 2 - Códigos iniciais; Fase 3 - Identificação de temas; Fase 4 - Revisão dos temas; Fase 5 - Definição e nomeação dos temas e Fase 6 - Elaboração do relatório final. Conforme apresentado logo abaixo no Quadro 8.

Quadro 8 - Fases da Análise Temática

1 Familiarização dos Dados	Inclui transcrição, revisão dos dados, leitura, repetição, anotações iniciais.
2 Gerar Códigos Iniciais	Codificação sistemática de elementos relevantes nos dados e agrupamento de extratos relacionados a cada código.
3 Buscar Temas	Agregação de códigos em temas potenciais e reunião de dados relevantes em cada tema em potencial.
4 Revisando Temas	Avaliação de adequação dos temas em relação aos extratos e ao conjunto de dados, com a criação de um mapa temático.
5 Definindo e Nomeando	Aprimorar detalhes, temas e a narrativa que a análise apresenta: desenvolver definições precisas e atribuir nomes claros a cada tema.
6 Produzindo Relatório	Apresentar exemplos representativos (análise final). Extratos a luz da pergunta de pesquisa, e elaboração do relatório científico da análise.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Braun e Clarke (2006) e Souza (2016, p. 56).

Na **fase 1**, ocorreu a familiarização com os dados. Realizou-se uma leitura ativa e repetitiva do material coletado, que colabora com uma visão mais ampliada do conteúdo. É provável que se tenha algum conhecimento prévio sobre o tema. Diante disso, subentende-se que o pesquisador possui entendimento sobre alguns aspectos, entretanto, as reflexões e leituras aprofundadas despontam novas perspectivas a partir desta imersão. Objetiva-se, com isso, uma análise geral, por dados, temas ou teorias importantes, especificamente que revelam as perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Primeiramente, ocorreu a familiarização com o material obtido, trata-se das entrevistas com estudantes Surdos da instituição, vídeos gravados através do

aparelho celular e repassado para o computador para armazenamento do conteúdo. Nesse momento, busca-se o envolvimento com o estudante Surdo, o que Sá (2015) afirma ser necessário quando envolve questões que contribuam a invisibilidade da pessoa Surda, a fim de atender às percepções necessárias, nesse caso, as perspectivas educacionais dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

As entrevistas foram assistidas repetidamente para garantir a compreensão completa. Os vídeos foram transcritos em glosas. Em seguida, traduzidos para a língua portuguesa, conforme demonstram os Quadros 9, 10 e 11. O Quadro 9 refere-se à entrevista com o professor da escola, que já se encontra em língua portuguesa.

Quadro 9 - Entrevista (Estudante Surdo 1)

continua

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
1	Pesquisadora	1. Você usa ou já usou o SIGEduc na EJA / Mossoró?	-----
2	Estudante 1	<SIM> _{afirm} / DIFÍCIL USAR / PORQUE <ACESSIBILIDADE> _{top} <NÃO-TER> _{mc}	Sim. Uso com dificuldade porque não tem acessibilidade.
3 4	Pesquisadora	2. No período da pandemia como aconteciam essas aulas pelo SIGEduc?	-----
5 6 7 8 9	Estudante 1	PERÍODO / PANDEMIA / IX ₁ ESTUDAR / DISTÂNCIA / PROFESSOR@ / ORALISAR / IX ₁ ESCREVER / <OLHAR> _{do} / TELACL / <COPIAR> ₊₊₊ / GRUPO / IX ₁ ENVIAR. IX ₁ AJUDAR / PEDIR / PROFESSOR@ / WHATSAPP / PARTICULAR / ENVIAR. IX ₃ ANALISAR / ENVIAR / ATIVIDADE / <CERTO OU ERRADO> _{qu?} . /<PODER -NÃO> _{mc} / COPIAR / AMIGO / PEDIR / PROFESSOR / CORRIGIR. <DIFÍCIL> _{top} / IX ₁ / SOZINHO / FAZER / NADA /<ACESSIBILIDADE <TER-NÃO> _{mc} .	Durante a pandemia eu estudava a distância, o professor falava oralizando, eu escrevia o que era exposto em tela. Copiava e postava no grupo. Eu pedia ajuda ao professor pelo <i>whatsapp</i> , particular e enviava. Ele analisava o que estava certo ou errado na atividade. Não posso copiar do colega, então pedia ao professor para corrigir. Muito difícil, eu não tenho autonomia, não tem acessibilidade.
10 11	Pesquisadora	3. Você frequenta o CAS Mossoró ou sala de AEE?	-----

Quadro 10 - Entrevista (Estudante Surdo 1)

continuação

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
12 13	Estudante 1	SÓ / EVENTO / DIA ESPECIAL / IX ₁ <PARTICIPAR NÃO> _{neg} / AJUDAR / <ESTUDAR COMO> _{qn}	Só em eventos ou datas comemorativas. Eu não participo, além disso. Então como me ajudar nos estudos?
14 15	Pesquisadora	4. O SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva para os estudantes Surdos?	-----
16 17 18	Estudante 1	<ACESSIBILIDADE> _{top} / <TER-NÃO> _{neg} / OUVINTE / BOM <TUDO BEM> _{duv} / IX ₁ SER SURD@ / ÚNICO/ SURDO / OUVINTE / ACIMA / PORTUGUES. / JANELA / INTÉRPRETE / <TER-NÃO> _{neg} / SISTEMA / <BARREIRAS> _{xl} / PRESENTE / DIFÍCIL /	Não, não tem acessibilidade. Para ouvinte tudo bem, eu sou único Surdo (a), ouvintes prevalecem, o português. Não tem janela de intérpretes (Libras) no sistema, essas barreiras presentes dificultam.
19	Pesquisadora	5. Você acha que o SIGEduc ajuda no seu processo de aprendizagem ou dificulta?	-----
20 21	Estudante 1	S-I-G-E-D-U-C / SINAL / ESCOLA / DIGITAL / <ACHAR NÃO> _{neg} / AJUDAR / APRENDER / . SE / <ACESSIBILIDADE> _{top} / <TER- NÃO> _{neg} / AJUDAR / <COMO> _{qn} / . OUVINTE / <BOM> _{mc} / .	SIGEduc (Escola Digital), eu não acho que ajuda a aprendizagem. Com ajuda se não tenho acessibilidade? É bom para o ouvinte!
22 23	Pesquisadora	6. Como você consegue entender as tarefas inseridas na Escola Digital?	-----
24 25 26 27	Estudante 1	ATIVIDADE / SIGEDUC (escola digital) / <ENTENDER-NÃO> _{neg} / IX ₁ / CONSEGUIR / SE / INTÉRPRETE / AJUDAR/. SE / INTERPRETE / <TER- NÃO> _{neg} / SABER / <COMO> _{qu} / IX ₁ / APRENDER / NADA / SE/ INTÉRPRETE / <TER-NÃO> _{neg}	Eu não entendo as atividades do SIGEduc (Escola Digital). Eu consigo entender se tiver intérprete (Libras). Se não tem intérprete, como eu vou saber? (aprender). Eu não aprendo nada, se não tiver intérprete!
28 29	Pesquisadora	7. O SIGEduc dispõe de mecanismos que favoreçam a acessibilidade em Libras?	-----
30 31	Estudante 1	<ACESSIBILIDADE> _{top} / LIBRAS / <TER-NÃO> _{neg} / IX ₁ / SABER-NÃO> _{neg} / COMEÇAR / SIGEDUC (escola digital) <COMO> _{qu} / .	Não tem acessibilidade em Libras. Eu não sei como começar no SIGEduc (Escola Digital)!

Quadro 11 - Entrevista (Estudante Surdo 1)

conclusão

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
32	Pesquisadora	8. Você recebeu algum manual ou orientação em Libras de como utilizar o SIGEduc – escola digital?	-----
33 34	Estudante 1	ORIENTAÇÃO / USAR / <COMO> _{qu} / IX ₁ / ORIENTAR/ USAR / LIBRAS /<TER> _{o-que} / NENHUM / .	Eu nunca recebi nenhuma orientação em Libras com utilizar o SIGEduc (Escola Digital).
35 36	Pesquisadora	9. Você sente dificuldade de encontrar as tarefas dentro da Escola Digital?	-----
37 38 39 40 41 42	Estudante 1	SENHA/ USUÁRIO / IX ₁ / <TER> _{afirm} / PORQUE / PESSOA / <ENTREGAR> _{do} / . SE / IX ₁ / ESQUECER / IX ₁ / <PROCURAR> _{do} / <PESSOA> _{do(responsável)} / <EL@> _{ix} / ENTREGAR DE NOVO / IX ₁ / ENTRAR / SISTEMA / DE NOVO / . IX ₁ / PRECISAR / PESSOA / SEMPRE / FAZER / SOZINHO / NADA/. ATIVIDADE / IX ₁ / POSTAR / <CONSEGUIR> _{afirm} / INTÉRPRETE LIBRAS / AJUDAR / . ÁREAS / OUTRAS / SISTEMA / IX ₁ / ACOSTUMAR / JÁ / . PORQUE / INTÉRPRETE / MOSTRAR / <ONDE> _{ix} / CAMINHO / . ACESSO / <TER> _{afirm} / MAS/ <ACESSIBILIDADE> _{top} / <TER-NÃO> _{neg} / SIGEDUC(escola digital) / USAR / <SOZINHO> _{do} / ENTRAR/.	A senha e usuário eu já tenho porque me passaram. Se eu esqueço, procuro a pessoa (responsável) ela (ele) me passa e eu tento entrar novamente no sistema. Eu sempre preciso de uma pessoa, não faço nada sozinho. A atividade eu consigo postar com auxílio da intérprete de Libras, as outras funções já me acostumei, mas porque a intérprete mostrou o caminho. Tenho acesso, mas não tenho acessibilidade para usar a escola digital para entrar sozinho.
43 44	Pesquisadora	10. A partir da análise do uso do SIGEduc, aponte alguns pontos positivos e algumas dificuldades que possa ter enfrentado. Pode sugerir melhorias casos necessários.	-----
45 46 47 48	Estudante 1	NEGATIVO / <ACESSIBILIDADE> _{top} / <TER-NÃO> _{neg} / VÍDEO / LIBRAS / <TER-NÃO> _{neg} / . POSITIVO / <PERCEBER NÃO> _{neg} / MAS / POSITIVO / SE / ACESSIBILIDADE / TER / . PORQUE / APRENDER / <MAIS> ₊₊ / SOZINHO / < PRECISAR-NÃO> _{neg} / OUVINTE / SURDOS / <MUITO> ₊₊ / ACHAR / BOM / .	Negativos – não tem acessibilidade, vídeo em Libras não tem. Positivo – não vejo positivo, mas seria muito positivo se tivesse acessibilidade visual, porque seria possível aprender mais, sozinho (a), sem precisar de ouvinte, a maioria dos Surdos iria achar muito bom.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 12 - Entrevista (Estudante Surdo 2)

continua

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
1	Pesquisadora	1. Você usa ou já usou o SIGEduc na EJA / Mossoró?	-----
2	Estudante 2	SIGEDUC (escola digital) / SIM / USAR / JÁ/.	Sim, já usei SIGEduc!
3 4	Pesquisadora	2. No período da pandemia como aconteciam essas aulas pelo SIGEduc?	-----
6 7 8 9 10	Estudante 2	<USAR> _{afirm} / PANDEMIA / PERÍODO / POR CAUSA / COVID – 19 / . IX ₁ / PRECISAR / <MÁSCARA> _{CL} / USAR / DISTÂNCIA / TER / . ESTUDAR / DISTÂNCIA / PRECISAR / CUIDADO / TER / . VIRTUAL / IX ₁ / ESTUDAR / <FOTOS> _{CL} / CONTEÚDO / COPIAR / . DEPOIS / SISTEMA (SIGEduc) / ENVIAR / SIMPLES / . IX ₁ / CHEGAR / CASA / <ACESSAR> _{CL} / RESPONDER / COLOCAR / DEPOIS / SISTEMA (SIGEduc) / RESPONDER / ATIVIDADE / . IX ₁ / CASA / RESPONDER / SÓ / SEMPRE / . IX ₁ / DÚVIDA / <TER> _{afirm} / MAS / PESSOA / AJUDAR / INTÉRPRETE LIBRAS / .	Usei no período da pandemia por conta da Covid-19. Eu precisei usar máscara e manter distância. As aulas eram remotas, era necessário para manter o cuidado. De maneira virtual eu estudava, tirava fotos e copiava o conteúdo. Depois envia no sistema, simples! Quando eu chegava à casa eu acessava, respondia, depois colocava no sistema as respostas da atividade. Eu sempre em casa respondi só. Eu tinha dúvidas, mas quem me ajudava era o (a) intérprete de Libras da escola.
11 12	Pesquisadora	3. Você frequenta o CAS Mossoró ou sala de AEE?	-----
13 14 15 16 17	Estudante 2	<CAS> _{sinal} / SURDO / OUVINTE / <TER> _{afirm} / <LÁ> _{IX} / LIBRAS / <TER> _{afirm} / . POR CAUSA / BARREIRA COMUNICACIONAL / IX ₁ / <CAS> _{sinal} / <IR> _{do} / LIBRAS / <LÁ> _{IX} / <TER> _{afirm} / . ALUNO / SURDO / VAI / <LÁ> _{IX} / ESTUDAR / <ENSINAR> _{afirm} / <APRENDER> _{afirm} / . COMEÇAR / BÁSICO / AVANÇAR / VAI / FASE / FASE / EL@ / APOIO / CONSEGUIR / DESENVOLVER / . IX ₁ / APOIO / <TER> _{afirm} / <CAS> _{sinal} / TEMA / SIGEDUC (escola digital) / INTÉRPRETE / JUNTO / .	Lá no CAS tem Surdo e ouvinte, lá tem Libras. Por conta da barreira comunicacional, eu vou ao CAS, lá tem Libras. Tem aluno que vai lá estudar, é ensinado e aprender. Começam de forma básica e vão avançando a cada fase, ele (a) consegue esse apoio e desenvolver. Eu tenho esse apoio no CAS em relação ao SIGEduc, junto com um (a) intérprete.

Quadro 13 - Entrevista (Estudante Surdo 2)

continuação

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
18 19	Pesquisadora	4. O SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva para os estudantes Surdos?	-----
20 21 22	Estudante 2	SIGEDUC _(escola digital) / IX ₁ / INCLUSÃO / <NÃO> _{neg} / SURDO / MAIS / OUVINTE. BARREIRA COMUNICACIONAL / <TER> _{afirm} / <ACESSIBILIDADE> _{top} / LIBRAS / NADA / IX ₁ / FAZER / SOZINHO / <NADA> _{neg} / OUVINTE / AJUDAR / SEMPRE / IX ₁ / DIGITAR / VISUAL / <RECURSOS> _{cl} / ENCONTRAR / NADA / AJUDAR / BARREIRA COMUNICACIONAL / <TER> _{afirm} / VIDEO LIBRAS / GRAVAR / IX ₁ / <VER> _{do} / <TER NÃO> _{neg} / <BARREIRA COMUNICACIONAL> _{do} / <ENTENDER> _{neg} / NADA /	Eu não acho o SIGEduc inclusivo para o Surdo. É mais para ouvinte. Existe uma barreira comunicacional, sem acessibilidade em Libras. Eu não faço nada lá sozinho, o ouvinte sempre ajuda. Quando eu estou digitando, não encontro recursos que visualmente me ajude, encontro essa barreira comunicacional. Não tem vídeos gravados em Libras que eu posso ver. Com essa barreira comunicacional eu não entendo nada.
23	Pesquisadora	5. Você acha que o SIGEduc ajuda no seu processo de aprendizagem ou dificulta?	-----
24 25 26 27 28	Estudante 2	IX ₁ / <PERGUNTAR> _{do} / ALUNOS / ALGUNS / <QUESTÕES> _{cl} / MAS / PERCEBER / TAMBÉM / BARREIRA COMUNICACIONAL / IX _{3p} / COMUNICAR / IX _{1p} / CONSEGUIR / <NÃO> _{neg} / IX ₁ / INTÉRPRETE / <LEMBRAR> _{mc} / APOIO / PEDIR / IX ₁ / ACHAR / BARREIRA COMUNICACIONAL / <ATRAPALHAR> _{mc} / SURDO / APRENDER / PRECISAR / <O QUE> _{o-que} / LIBRAS / AJUDAR / MELHOR / SIGEDUC _{escola digital} / <PRECISAR> _{afirm} .	Eu fico perguntado aos alunos algumas questões, mas também percebo a barreira comunicacional com eles, não conseguimos nos comunicar. Então, eu me lembro do (a) intérprete e peço o apoio. Eu acho que essa barreira comunicacional atrapalha a aprendizagem do Surdo. Para isso é preciso da Libras para contribuir melhor sobre isso no SIGEduc (Escola Digital), é preciso!

Quadro 14 - Entrevista (Estudante Surdo 2)

continuação

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
29	Pesquisadora	6. Como você consegue entender as tarefas inseridas na Escola Digital?	-----
30 31 32 33 34 35 36 37 38 39	Estudante 2	ATIVIDADE / IX₁ / ENTRAR / PERCEBER / ATIVIDADE / LÍNGUA PORTUGUESA / <DIFÍCIL>_{mc} /. TARDE / IX₁ / <IR>_{do} / <CAS>_{sinal} / AJUDA / PEDIR / PROFESSOR_{sinal} / IX₁ / <AVISAR>_{do} / SISTEMA_(escola digital) / SABER / NADA /. AJUDAR <PODER>_{qu} /. PROFESSOR / CALMA / INTERPRETAR / TUDO / EXPLICAR / LIBRAS /. TUDO / CLARO / FICAR /. AGRADECER / RESPONDER / COMEÇAR /. MAS / TERMINAR / RESPONDER / <DIFÍCIL>_{mc} / DE NOVO /. RESPOSTA / ENVIAR / <ONDE>_{qu} /. PRECISAR / VER / IX₁ / APRENDER / ENTRAR / SISTEMA_(escola digital) / <DIFÍCIL>_{mc} / TENTAR / APRENDER /. IX₁ / <TENTAR>₊₊₊ / DEPOIS / CONSEGUIR / ATIVIDADE / ENVIAR / IX₁ / <CONSEGUIR>_{mc} /. MAS / AJUDAR / PROFESSOR / <TER>_{afirm.}	Quando eu acesso as tarefas, percebo as tarefas na língua portuguesa, é difícil! No contraturno vou ao CAS peço ajuda ao professor (sinal do professor), e digo: “professor não estou entendendo nada nesse sistema. Pode me ajudar?” O professor me aclama e interpreta tudo para mim, explicando em Libras. Então, com tudo mais claro, agradeço e começo a responder. Mas quando termino, outra dificuldade, onde eu lanço as respostas? Não sei como acessar. Então, ele mostra e eu consigo enviar. É preciso que eu veja para aprender a acessar, é difícil, tem que tentar, até aprender. Fico ali tentando, depois consigo e envio as atividades. Eu consigo. Mas com ajuda do professor (a).
40 41	Pesquisadora	7. O SIGEduc dispõe de mecanismos que favoreça a acessibilidade em Libras?	-----
42 43	Estudante 2	LIBRAS / SIGEDUC_(escola digital) / <TER-NÃO>_{neg} / <LÁ>_{do} / PORTUGUÊS / . PALAVRA / INGLÊS / <TER>_{afirm} / EXEMPLO / L-O-G-I-N /. <ACESSIBILIDADE>_{top} / PERCEBER / <NÃO>_{neg} /.	O SIGEduc não tem nada em Libras é em português. Tem até umas palavras inglesas (<i>login</i>). Não percebo acessibilidade.

Quadro 15 - Entrevista (Estudante Surdo 2)

continuação

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
44	Pesquisadora	8. Você recebeu algum manual ou orientação em Libras de como utilizar o SIGEduc – escola digital?	-----
45 46 47 48	Estudante 2	.<NÃO> _{neg} /. AJUDAR / <TER-NÃO> _{mc} /. PROFESSOR / ESCOLA / LIBRAS / <SABER-NÃO> _{neg} / AMIGOS / AJUDAR / <NÃO> _{neg} / LIBRAS / <SABER-NÃO> _{ne} /. IX ₁ / SOZINHO / SACRIFÍCIO / IX ₁ / AJUDAR / PEDIR / MAS / <ALI> _{do} / BARREIRA COMUNICACIONAL /. SE / PESSOA / LIBRAS / <SABER- NÃO> _{neg} / ORIENTAÇÃO / CONSEGUIR / <NÃO> _{neg} /. IX ₁ / ORIENTAÇÃO / LIBRAS / ENSINAR / <NADA> _{neg} / SIGEDUC /.	Não. Eu não tenho ajuda. Professor (a) na escola não sabe Libras, amigos não ajudam, não sabem Libras. Eu sozinho, faço sacrifício, eu peço ajuda, mas a barreira comunicacional é presente. Se a pessoa não sabe Libras, não conseguem me orientar. Eu não recebi nada em libras me ensinado usar SIGEduc.
49	Pesquisadora	9. Você sente dificuldade de encontrar as tarefas dentro da Escola Digital?	-----
50 51 52 53 54 56 57 58	Estudante 2	<SIM> _{mc} / IX ₁ / PERGUNTAR / INTÉRPRETE LIBRAS / EL@ / VÍDEO / GRAVAR / ENVIAR / WHATSAPP / IX ₁ / <ASSISTIR> ₊₊₊ / INTÉRPRETE / EXPLICAR / ACESSAR / SISTEMA ^(escola digital) / <COMO> _{qu} / <CAS> _{sinal} / PEDIR / <AJUDAR> _{mc} /. IX ₁ / <FOTO> _{CL} / <TELA> _{CL} / ENVIAR / PERGUNTAR / NOTA / VER / <COMO> _{qu} / <ENTENDER> _{mc} / CONSEGUIR / <NÃO> _{neg} / ENCONTRAR / <ONDE> _{qu} /. FOTO / <TELA> _{CL} / ENVIAR /. NOTA / VER / <SABER-NÃO> _{neg} / SE / PASSAR / OU / PASSAR / <NÃO> _{neg} /. <DEPOIS> ₊₊₊ / NOTA / ENCONTRAR / AGRADECER / <DEUS> _{do} / APROVADO /. SALA DE AULA / NOTA / RECEBER / <NÃO> _{neg} / PROFESSOR / COLOCAR / SIGEDUC / IX ₁ / QUERER / VER / <LÁ> _{do} /. SALA DE AULA / PROFESSOR / LIBRAS / ESCREVER / EXPLICAR / USAR / PORTUGUÊS /. <DIFÍCIL> _{mc} / SOZINHO / <CONSEGUIR-NÃO> _{neg} /.	Sim. Eu pergunto o (a) intérprete de Libras, ele (a) grava um vídeo e envia via <i>whatsapp</i> , eu fico assistindo há explicação do (a) intérprete e tentando acessar. Peço também ajuda ao CAS. Eu tiro foto da tela e envio perguntado como ver minha nota eu não consigo entender onde está. Tiro foto da tela e envio. Não sei como ver minha nota, se eu passei ou não. E depois eu encontrava e dava graças a Deus, aprovado! Na sala não recebia a nota. Na sala eu não recebia a nota, professor (a) lançava no SIGEduc e eu quero ver lá. Na sala o professor (a) escreve, mas não explicava em Libras. Difícil, sozinho não consigo.

Quadro 16 - Entrevista (Estudante Surdo 2)

conclusão

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
59 60 61	Pesquisadora	10. A partir da análise do uso do SIGEduc, aponte alguns pontos positivos e algumas dificuldades que possa ter enfrentado. Pode sugerir melhorias casos necessários.	-----
62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 74	Estudante 2	DIFÍCIL / IX₁ / <SOZINHO>_{qu} / <NÃO>_{neg} / . AMIG@S / SURDOS / VÁRIOS / DIFÍCIL / SENTIR / TAMBÉM / . <VISUAL>_{do} / <TER-NÃO>_{mc} / <FOCO>_{do} / OUVINTE / . PRÓPRIO / SURDO / <DIFÍCIL>_{neg} . OUVINTE / <CONSEGUIR>_{afirm} / OUVIR / DIGITAR / FÁCIL / SURDO / OBSERVAR / ATENÇÃO / INTÉRPRETE / PRECISAR / MAS / <SE>_{qu} / DIA / QUALQUER / INTÉRPRETE / DOENTE / . IX₁ / SOZINHO / <FICAR>_{qu} / . PESSOAS / ORALIZAR / PERGUNTAR / IX₁ / SOZINHO / OBSERVAR / INTERAGIR / <NADA>_{mc} / . <PACIÊNCIA>₊₊₊ / ESTUDAR / SACRIFÍCIO / . MELHOR / LIBRAS / VÍDEO / <TER>_{afirm} / SIMPLES / . PERCEBER / DISCIPLINA / PORTUGUÊS / MATEMÁTICA / ESCOLA DIGITAL / <TER>_{afirm} / IX₁ / OBSERVAR / ENTENDER / <NADA>_{neg} / . APOIO / INTÉRPRETE / SEMPRE / <NÃO>_{neg} / <TELA>_{CL} / LIBRAS / <COLOCAR>_{do} / IX₁ / INDEPENDÊNCIA / ESCOLHER / . POSITIVO / LIBRAS / SE / <FUTURO>₊₊₊ / PODER / <LIBRAS>_{do} / . NEGATIVO / APOIO / ACESSIBILIDADE / OUVINTE / SURDO / <NADA>_{neg} / . IX_{3p} / INDEPENDENTE / . IX₁ / INTÉRPRETE / <GOSTAR>_{afirm} / CORAÇÃO / VIVER / AJUDAR / <MUITO>₊₊₊ / MAS / CHATO / DEPENDÊNCIA / PEDIR / TAMBÉM / PROFESSOR / SEMPRE / IX₁ / QUERER / INDEPENDÊNCIA / NEGATIVO / <ISSO>_{do} .	Percebo que não é uma dificuldade só minha. Meus outros amigos Surdos também sentem essa dificuldade. Não tem algo visual é mais para ouvinte. Para Surdo é difícil. O ouvinte escuta e é fácil digitar, o Surdo observa atento e precisa do (a) intérprete (Libras), mas se um dia não tiver intérprete estiver doente? Eu vou ficar só? As pessoas oralizam, elas questionam e eu só observando sem interação. Paciência, paciência é sacrifício estudar. Melhor ter um vídeo Libras, uma simples gravação! Vejo que têm as disciplinas, português, inglês, matemática na Escola Digital, e eu observo, não entendo nada. O apoio do (a) intérprete (Libras) nem sempre é possível, precisa colocar na tela a Libras, eu prefiro independência. Positivo é a Libras! Se um dia for possível isso. Negativo é esse apoio à acessibilidade para ouvintes e ao Surdo nada. Eles são independentes. Eu gosto do (a) intérprete (Libras) respeito, mora no meu coração, ajuda muito, mas é muito chato essa dependência também de pedir sempre ao professor (a), eu quero independência isso é negativo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 17 - Entrevista (Estudante Surdo 3)

continua

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
1	Pesquisadora	1. Você usa ou já usou o SIGEduc na EJA / Mossoró?	-----
2	Estudante 3	USAR / <JÁ> _{afirm} /.	Já usei.
3	Pesquisadora	2. No período da pandemia como aconteciam essas aulas pelo SIGEduc?	-----
4 5 6	Estudante 3	<PANDEMIA> _{CL} / SIGEDUC _(escola digital) / USAR / <NÃO> _{neg} /. <PANDEMIA> _{CL} / CASA / FICAR / <MÁSCARA> _{CL} / USAR / ESPERAR / IX ₁ / LEMBRAR _(pausa) /. <LEMBRAR> _{afirm} / IX ₁ / ESTUDAR / WHATSAPP/. ATIVIDADES / ENVIAR / SEMPRE / WHATSAPP/ SIGEDUC _(escola digital) / <NÃO> _{neg} /. VIRTUAL / <NÃO> _{neg} /.	Não usava o SIGEduc. Na pandemia fiquei em casa, usava máscara. Deixa-me lembrar (pausa). Lembro que eu estudei pelo <i>whatsapp</i> . Enviava as atividades com frequência pelo <i>whatsapp</i> , SIGEduc não. De forma virtual não.
7 8	Pesquisadora	3. Você frequenta o CAS Mossoró ou sala de AEE?	-----
9 10	Estudante 3	<CAS> _{sinal} / IX ₁ / PARTICIPAR / PORQUE / <CAS> _{sinal} / APOIO / <TER> _{afirm} /. SALA / A-E-E / ESCOLA / MAIS OU MENOS.	Eu frequento o CAS Mossoró. Porque no CAS eu tenho apoio. Na sala de AEE da escola mais ou menos.
11 12	Pesquisadora	4. O SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva para os estudantes Surdos?	-----
13 14	Estudante 3	DEPENDER / INTÉRPRETE / <TER> _{qu} / INCLUSÃO / <TER> _{afirm} / MAS / LIBRAS / SISTEMA _(escola digital) / <TER NÃO> _{neg} /.	Depende. Se antes tivesse o intérprete (Libras) sim tem inclusão, mas Libras no sistema não tem.
16	Pesquisadora	5. Você acha que o SIGEduc ajuda no seu processo de aprendizagem ou dificulta?	-----
17 18 19	Estudante 3	SISTEMA _(escola digital) / ENTRAR / SOZINHA / CONSEGUIR / <NÃO> _{neg} /. OUVINTE / AJUDAR / MAS / <MUITO> ₊₊₊ / RUIM / DIFÍCIL / EL@ / LIBRAS / <SABER-NÃO> _{neg} /. <DEPOIS> ₊₊₊ / IX ₁ / AJUDA / INTÉRPRETE / CONSEGUIR/.	Eu não consigo acessar o sistema, eu sozinho (a). O ouvinte me ajuda, mas de forma ruim, é difícil ele (a) não saber Libras é muito sofrimento. Depois foi que eu consegui com ajuda de um (a) intérprete (Libras).

Quadro 18 - Entrevista (Estudante Surdo 3)

continuação

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
20 21	Pesquisadora	6. Como você consegue entender as tarefas inseridas na Escola Digital?	-----
22	Estudante 3	DEPENDER / SE / IX ₁ / AJUDAR / TER/.	Depende da ajuda que eu tenha.
23 24	Pesquisadora	7. O SIGEduc dispõe de mecanismos que favoreça a acessibilidade em Libras?	-----
25 26	Estudante 3	SIGEDUC _(escola digital) / LIBRAS / NADA / <TER-NÃO> _{neg mc} /. IX ₁ / RESPEITAR / LIBRAS / ACHAR / <NÃO> _{neg} . IX ₁ / ESCOLA / PARTICIPAR / LIBRAS / TUDO / PRECISAR/.	Não tem Libras no SIGEduc. Tudo em português. Acho que não respeita a Libras. Eu participo da escola, preciso da Libras para tudo.
27	Pesquisadora	8. Você recebeu algum manual ou orientação em Libras de como utilizar o SIGEduc – escola digital?	-----
28 29 30	Estudante 3	.<NÃO> _{neg} /. PROFESSOR / EXPLICAR / MOSTRAR / USAR / COMO / SIGEDUC / MAS / SER/ / PORTUGUÊS / LIBRAS / <TER-NÃO> _{neg} /.	Não. O (a) professor (a) mostrou a explicação de como usar o SIGEduc (Escola Digital) , mas era em português. Não tem Libras.
31	Pesquisadora	9. Você sente dificuldade de encontrar as tarefas dentro da Escola Digital?	-----
32 33 34 35	Estudante 3	<SIM> _{mc} / . <GOSTAR-NÃO> _{neg} / USAR / <SISTEMA> _(escola digital) / <DIFÍCIL> ₊₊₊ / TUDO / . PRIMEIRO / ENTRAR / DEPOIS / SABER / ENVIAR/<ONDE> _{do} / <COMO> _{qu} / .OUVINTE / ENSINAR / <SEMPRE> _{qu} / SURDO / SÓ / FAZER /<PODER-NÃO> _{qu} LIBRAS / RESPEITAR /.	Sim. Eu não gosto de usar, a Escola Digital é tudo muito difícil. Primeiramente entrar, depois saber onde e como enviar? O ouvinte sempre ensinado e o Surdo não podem fazer só? Tem que respeitar a Libras.
36 37	Pesquisadora	10. A partir da análise do uso do SIGEduc, aponte alguns pontos positivos e algumas dificuldades que possa ter enfrentado. Pode sugerir melhorias casos necessários.	-----

Quadro 19 - Entrevista (Estudante Surdo 3)

conclusão

Linha	Interlocutores	Transcrição da interação	Tradução
38 39 40 41 42 43	Estudante 3	OPINIÃO / MELHOR / <SISTEMA>_(escola digital) / IX₁ / <SABER-NÃO>_{neg} / . IX₁ / USAR / MUITO / <CONSEGUIR-NÃO>_{neg} / . MAS / PORQUE / LIBRAS / <TER-NÃO>_{neg} / <USAR-NÃO>_{neg} / IX₁ / SOZINH@ / RESPONDER / <CONSEGUIR-NÃO>_{neg} / . INTÉRPRETE LIBRAS / ABRIR / <PRECISAR>_{mc} / SIGEDUC_(escola digital) / MOSTRAR / PERGUNTAS / <SISTEMA>_(escola digital) / . POSITIVO / INTÉRPRETE / <PRECISAR-NÃO>_{neg} / SE / LIBRAS / <TER>_{afirm} / .	Não tenho opinião sobre como melhorar isso, eu não sei. Eu não consegui usar muito. Mas acho que por não ter Libras e por isso não usar, eu não tenho autonomia para responder sozinho. O (a) intérprete de Libras precisou abrir o SIGEduc (Escola Digital) para demonstrar as perguntas relacionadas ao sistema SIGEduc (escola digital). Seria positivo se não precisasse de intérprete se tivesse Libras.

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 20 - Entrevista (Professor)

continua

Linha	Interlocutores	Entrevista
1 2 3 4 5	Pesquisadora	Bom dia, professor. Antes de iniciarmos, gostaria de agradecer por aceitar participar desta entrevista, que é parte integrante da minha dissertação de mestrado em Educação Inclusiva. Bom, vamos começar falando sobre sua experiência como professora na Secretaria Estadual de Educação do RN, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Poderia começar compartilhando um pouco dessa trajetória?
6 7 8 9 10 11	Professor	Bom dia. Claro, minha jornada como professor na Secretaria Estadual de Educação do RN já soma mais de 21 anos, abrangendo desde a alfabetização no Ensino Fundamental 1 e 2 até o Ensino Médio. A experiência na EJA tem sido desafiadora e enriquecedora. Lidar com alunos de diferentes perfis, como agricultores, comerciantes, autônomos entre outros. Isso tem proporcionado uma visão diversificada da educação. Porque cada aluno traz consigo experiências de vida únicas, desafios específicos e motivações para retornar à sala de aula.
12 13	Pesquisadora	Compreendo. E como foi sua experiência inicial com estudantes Surdos e o uso do SIGEduc com eles?
14 15 16 17 18	Professor	Minha experiência com alunos Surdos começou por volta de 2003 a 2005, quando a escola começou a receber esses alunos. Naquela época, enfrentamos desafios significativos, pois eu desconhecia (ainda desconheço) a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a preparação para lidar com esses alunos era limitada. O uso do SIGEduc com eles só começou recentemente, durante a pandemia. Apesar da escola digital já ser algo concreto na educação do estado.

Quadro 21 - Entrevista (Professor)

continua

Linha	Interlocutores	Entrevista
19 20	Pesquisadora	Certo! Como aconteceram as aulas com estudantes Surdos via SIGEduc durante a pandemia?
21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36	Professor	Durante o período de ensino híbrido, iniciamos o uso da plataforma com todos os alunos, incluindo os surdos. No entanto, percebi diversas barreiras que impactaram a participação dos estudantes surdos. Problemas na comunicação presencial já existiam (a comunicação em libras se dava mediante intérprete), a falta de acessibilidade adequada na plataforma foi uma das principais dificuldades enfrentadas por esses alunos. Uma das barreiras mais evidentes foi a incapacidade dos estudantes surdos de acessar alguns comandos ou funcionalidades da plataforma de forma autônoma. Como a maioria dos recursos disponíveis no SIGEduc estava disponível apenas em formato escrito ou falado, os estudantes surdos encontraram dificuldades em compreender as atividades e realizar as tarefas sem a assistência de um intérprete de Libras ou de um profissional capacitado. Durante a pandemia, esses estudantes estavam em casa, muitas vezes sem acesso imediato ao auxílio presencial de intérpretes ou professores capacitados. Isso resultou em uma falta de autonomia para estudar sozinho, especialmente em um ambiente virtual que exigia uma rápida adaptação. Imagine a situação daqueles que já enfrentavam dificuldades de comunicação presencial e, de repente, se viram em plataformas não acessíveis. Foi um desafio adicional para esses alunos, que acabaram se sentindo ainda mais isolados e excluídos do processo educacional.
37	Pesquisadora	E quanto ao seu conhecimento em Libras?
38 39	Professor	Infelizmente, não possuo conhecimento em Libras. Essa é uma lacuna que reconheço e que, infelizmente, ainda é comum entre os professores.
40 41	Pesquisadora	Como você gerencia o acesso às tarefas inseridas na Escola Digital pelos estudantes Surdos?
42 43 44	Professor	Minha estratégia envolve o uso de vídeos, intérpretes de Libras e materiais com legendas. No entanto, a falta de recursos e acessibilidade na plataforma ainda é um grande obstáculo. Navegar em um ambiente digital educacional acessível favorece o aprendizado.
20	Pesquisadora	E sobre as formações oferecidas pela SEEC em Libras?
21 22 23 24 25 26	Professor	A SEEC tem oferecido formações no campo da educação especial, mas cursos específicos de Libras para professores da EJA ainda são escassos. Não falo em formação, mas em curso de duração, aquele que tenha uma duração necessária para aprendizagem de uma língua. A Libras é uma língua e demanda um curso além de teórico, um curso prático com periodicidade. Isso é algo que precisa ser melhorado para garantir uma educação mais inclusiva.

Quadro 22 - Entrevista (Professor)

conclusão

Linha	Interlocutores	Entrevista
27 28	Pesquisadora	E quais são suas estratégias pedagógicas em relação ao uso do SIGEduc com estudantes Surdos?
29 30 31 32 33 34	Professor	Busco utilizar vídeos, intérpretes de Libras e recursos visuais para facilitar o acesso dos alunos surdos à plataforma. Além disso, seriam importantes ações colaborativas, parcerias com professores de libras para que orientasse quais materiais podem ser utilizados nas aulas, muitas vezes não sei se o conteúdo ou material está favorecendo a aprendizagem do estudante surdo, por desconhecer algumas estratégias voltadas para seu aprendizado.
35 36	Pesquisadora	Percebo que você enfrenta diversos desafios nessa jornada. Poderia destacar alguns pontos positivos e dificuldades no uso do SIGEduc com estudantes Surdos?
37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47	Professor	Certamente. Um ponto positivo é a facilidade de uso da plataforma para professores que dominam a tecnologia, além dos recursos como videoconferência e fóruns. A interatividade é um atrativo, visto que estamos vivendo muito esse momento de educação EaD. Mas a falta de acessibilidade adequada para alunos surdos e outras pessoas com deficiência é uma grande dificuldade que ainda enfrentamos em ambientes digitais. A Educação de Jovens e Adultos ainda carrega aquela imagem “de fim da linha”. É crucial reconhecer que não podemos mais tolerar ambientes educacionais que perpetuem essa exclusão. Na era digital em que vivemos, onde o uso de plataformas de ensino se tornou comum, é fundamental garantir que esses ambientes sejam acessíveis para todos. Os estudantes estão buscando acesso à educação, mas a falta de acessibilidade adequada para alunos surdos e outras pessoas com deficiência ainda é uma grande barreira que precisamos superar.
48 49 50	Pesquisadora	Muito obrigado por compartilhar sua experiência professor. Suas reflexões são importantes para buscar compreender os desafios da educação de surdos na EJA na nossa cidade.
51 52	Professor	Eu agradeço pela oportunidade. Estou sempre em busca de novas formas de promover uma educação mais inclusiva e igualitária para todos os alunos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, apresenta-se a **fase 2**. Trata-se da geração de códigos iniciais. De acordo com Braun e Clarke (2006) e Souza (2018, p. 56), refere-se à “Codificação sistemáticas dos elementos relevantes dos dados e agrupamentos dos extratos relacionados a cada código”. Essa etapa da Análise Temática é importante, haja vista apresentar temas ocultos ainda não revelados no contexto de uma escola da EJA/Mossoró.

A seguir, as Figuras 12 e 13 apresentam o extrato dos dados e codificação, junto à familiarização dos dados, a ação de uma leitura minuciosa das entrevistas, linha a linha, que permite a identificação de padrões onde que emergem dos próprios dados. Cada resposta foi lida exaustivamente, cada linha atribuída a um código inicial e, nesse momento, uma leitura cuidadosa foi necessária para identificar aspectos intrínsecos das perspectivas dos estudantes Surdos e do professor entrevistado.

Figura 12 - Extrato dos dados e codificação da entrevista dos estudantes Surdos

*** 1 Comunicação Oral Barreiras de acesso Barreiras de acesso Dependência Dependência					
	Interlocutores	Transcrição da interação	Estudante 1	Estudante 2	Estudante 3
	Pesquisadora	1. Você usa ou já usou o SIGEduc na EJA/Mossoró?	Sim. Uso com dificuldade, porque não tem acessibilidade.	Sim. Já usei SIGEduc!	Já usei.
	Pesquisadora	2. No período da pandemia como aconteciam essas aulas pelo SIGEduc?	Durante a pandemia eu estudava a distância, o professor falava oralizando, eu escrevia o que era exposto em tela. Copiava e postava no grupo. Eu pedia ajuda ao professor pelo whatsapp particular e enviava, ele analisava o que estava certo ou errado na atividade. Não posso copiar do colega então pedia ao professor para corrigir. Muito difícil, eu tenho autonomia, não tem acessibilidade.	Usei no período da pandemia por conta da covid-19. Eu precisei usar máscara e manter distância. As aulas eram remotas, era necessário para manter o cuidado. De maneira virtual eu estudava, tirava fotos e copiava o conteúdo. Depois envia no sistema, simples. Quando eu chegava a casa eu acessava, respondia, depois colocavam no sistema as respostas da atividade. Eu sempre em casa respondi só. Eu tinha dúvidas, mas quem me ajudava era o (a) intérprete de libras da escola.	Não usava o SIGEduc. Na pandemia fiquei em casa, usava máscara... deixa-me lembrar (pausa). Lembro que eu estudei pelo whatsapp. Enviava as atividades com frequência pelo whatsapp, SIGEduc não. De forma virtual não.

Fonte: Elaborado pela autora. Recorte da página do Software MAXQDA.

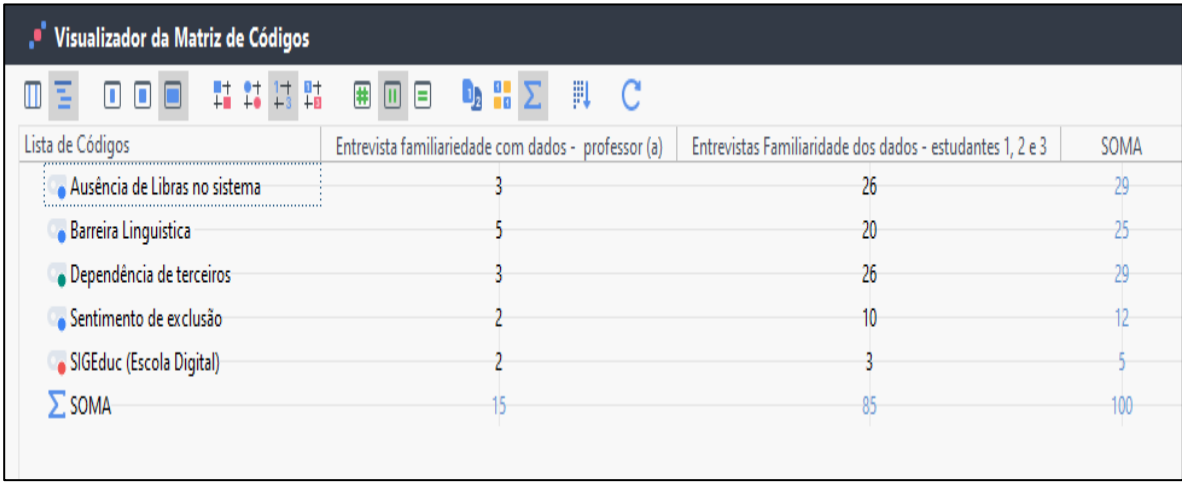
Figura 13 - Extrato dos dados e codificação da entrevista do professor

*** 20 Barreira Linguística Barreira Linguística Barreira Linguística			
	20	Pesquisadora Pergunta	E sobre as formações oferecidas pela SEEC em Libras?
	21	Professor	A SEEC tem oferecido formações no campo da educação especial, mas cursos específicos de Libras para professores da EJA ainda são escassos. Não falo em formação, mas em curso de duração, aquele que tenha uma duração necessária para aprendizagem de uma língua. A Libras é uma língua e demanda um curso além de teórico, um curso prático com periodicidade. Isso é algo que precisa ser melhorado para garantir uma educação mais inclusiva.
	22		
	23		
	24		
	25		
	26		
	27	Pesquisadora Pergunta	E quais são suas estratégias pedagógicas em relação ao uso do SIGEduc com estudantes Surdos?
	28	Professor	Busco utilizar vídeos, intérpretes de Libras e recursos visuais para facilitar o acesso dos alunos surdos à plataforma. Além disso, seriam importantes ações colaborativas, parcerias com professores de libras para que orientasse quais materiais podem ser utilizados nas aulas, muitas vezes não sei se o conteúdo ou material está favorecendo a aprendizagem do estudante surdo, por desconhecer algumas estratégias voltadas para seu aprendizado.
	29		
	30		
	31		
	32		
	33		
	34		

Fonte: Elaborado pela autora. Recorte da página do software MAXQDA.

Sobre o número dos segmentos encontrados na entrevista, caracterizado por frase ou palavra, permitiu acompanhar de perto as perspectivas dos estudantes Surdos e do professor entrevistado sobre a temática em questão. Na Figura 14, apresenta-se a amostragem dessa contabilização dos segmentos para representação de suas ligações as matrizes da lista de código.

Figura 14 - Segmentos analisados (familiaridade com dados dos estudantes e do professor)



The screenshot shows a software window titled 'Visualizador da Matriz de Códigos'. It contains a table with four columns: 'Lista de Códigos', 'Entrevista familiaridade com dados - professor (a)', 'Entrevistas Familiaridade dos dados - estudantes 1, 2 e 3', and 'SOMA'. The table lists five categories: 'Ausência de Libras no sistema', 'Barreira Linguística', 'Dependência de terceiros', 'Sentimento de exclusão', and 'SIGEduc (Escola Digital)', each with corresponding counts in the second and third columns, and a total in the fourth column. A 'SOMA' row at the bottom shows totals of 15, 85, and 100. The interface includes various icons at the top for navigation and editing.

Lista de Códigos	Entrevista familiaridade com dados - professor (a)	Entrevistas Familiaridade dos dados - estudantes 1, 2 e 3	SOMA
Ausência de Libras no sistema	3	26	29
Barreira Linguística	5	20	25
Dependência de terceiros	3	26	29
Sentimento de exclusão	2	10	12
SIGEduc (Escola Digital)	2	3	5
SOMA	15	85	100

Fonte: Elaborado pela autora via *Software* MAXQDA.

Conforme a Figura apresentada, foram identificados diversos segmentos que revelam as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes Surdos da EJA/Mossoró em relação ao SIGEduc (Escola Digital). Esses segmentos foram categorizados em cinco códigos principais: "Ausência de Libras no sistema", "Barreira Linguística", "Dependência de terceiros", "Sentimento de exclusão" e "SIGEduc (Escola Digital)".

A "Ausência de Libras" no sistema foi um dos temas mais recorrentes, com 29 segmentos. De forma semelhante, a "Dependência de terceiros" aparece em seguida. As "Barreiras Linguísticas" revelam 25 segmentos, número um pouco mais elevado do que o do "Sentimento de exclusão", que foi registrado em 12 segmentos. O "SIGEduc (Escola Digital)", por sua vez, aparece com menor frequência.

Os segmentos identificados fornecem uma base sólida para formular recomendações práticas para soluções de problemas. A inter-relação entre os códigos mostra que os desafios não são isolados, mas interligados, o que pode vir contribuir com dados significativos para esta pesquisa.

A **fase 3** da análise dos dados contempla a busca por temas. Seguindo o que orienta Braun e Clarke (2006, p. 18):

Nesta fase, pode ser útil usar representações visuais para ajudá-lo a classificar os diferentes códigos em temas. Você pode usar tabelas, mapas mentais, ou você pode escrever o nome de cada código (e uma breve descrição) em pedaços de papel separados e juntá-los em pilhas, por tema.

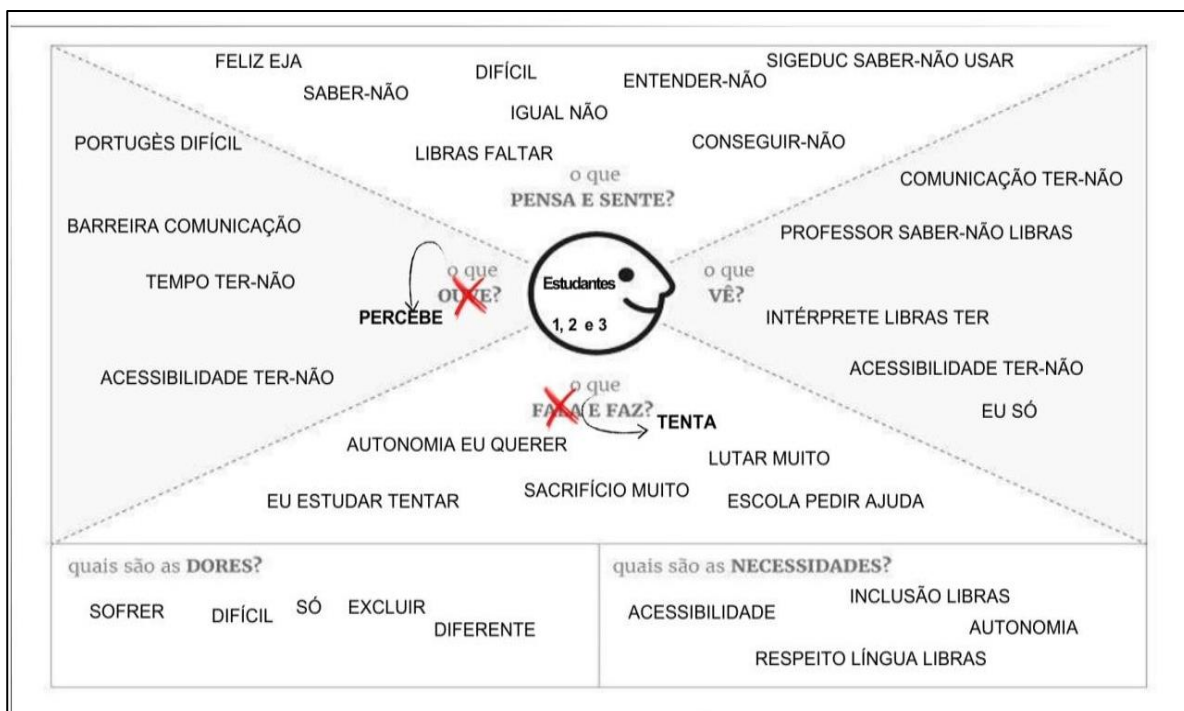
Nesse caso, todos os trechos codificados relevantes são reunidos, e pode-se utilizar uma representação visual para facilitar a organização e compreensão dos temas. Diante disso, optou-se por utilizar o Mapa da Empatia. Trata-se de um recurso, a princípio, utilizado no contexto comercial para compreender perfis de clientes, que foi apresentado na disciplina de *Desing* Educacional, do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI). O recurso apresenta-se como importante para educação, principalmente por ter características visuais e empáticas.

O Mapa da Empatia é composto por seis eixos, com a finalidade de observar, conhecer e compreender as pessoas (Correa *et al.*, 2022). Quando aplicadas ao contexto educacional do estudante Surdo da EJA/Mossoró, essas dimensões atuam de forma a captar as percepções, os desafios e as necessidades do público em questão. Correa *et al.* (2022) asseveram que “A adaptação das perguntas no mapa de empatia é necessária de acordo com o foco no produto, processo, serviço ou solução, desde que mantenha o sentido de cada eixo”. Nesse processo, o termo “ouve” e “fala” foram substituídos por “percebe” e “tenta”, colaborando com a perspectiva visual do estudante Surdo sobre o recurso.

Parte-se da premissa de que o Mapa da Empatia é um recurso útil e pode ser utilizado na área da educação de Surdos da EJA. Durante o processo de entrevista, permite organizar temáticas sensíveis e importantes, de maneira visual e não invasiva. Isso ocorre porque a organização dessa coleta é feita com base nas entrevistas dos estudantes, o que torna o processo menos incômodo e respeitoso às suas experiências. Nesta pesquisa, identificou-se que as vivências abordadas não constituem casos isolados.

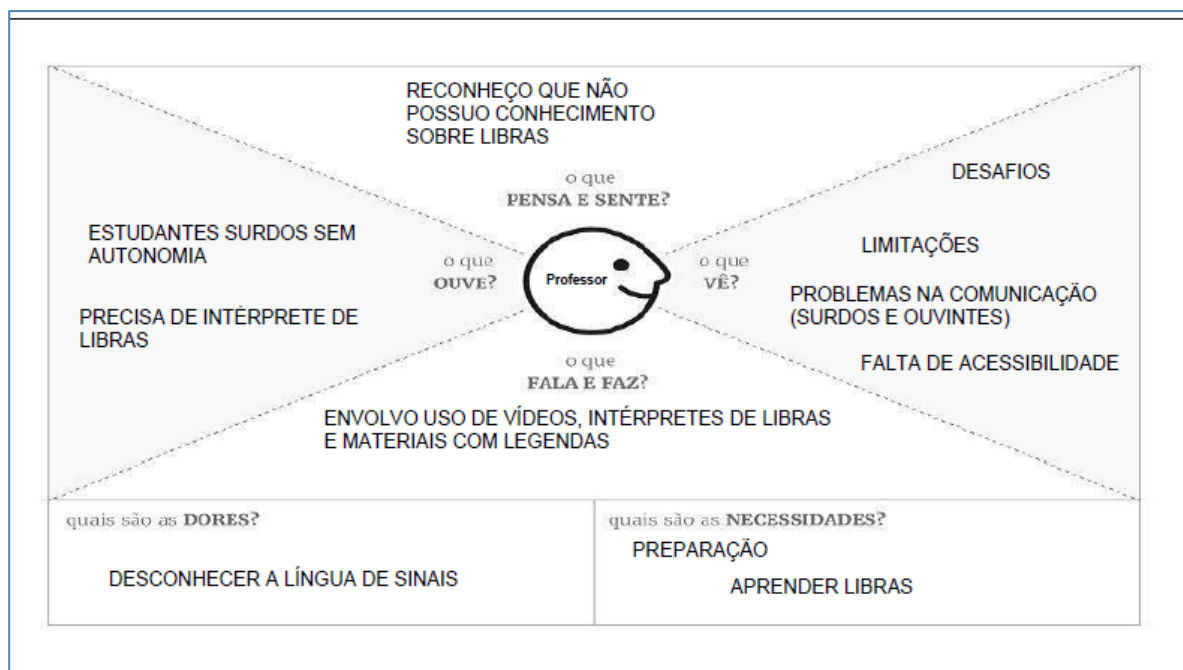
Na Figura 15, apresenta-se uma compilação das perspectivas dos entrevistados em relação ao SIGEduc (Escola Digital). A Figura 16 refere-se às percepções transitórias da análise dos códigos iniciais do professor entrevistado. Para ambos, esses códigos transitórios podem alterar ou serem descartados, à medida que são analisados e consolidados.

Figura 15 - Mapa da Empatia (Estudantes 1, 2 e 3)



Fonte: Adaptado pela autora, com base no Mapa da Empatia criado por Dave Gray, fundador da XPLANE.

Figura 16 - Mapa da Empatia (Professor)



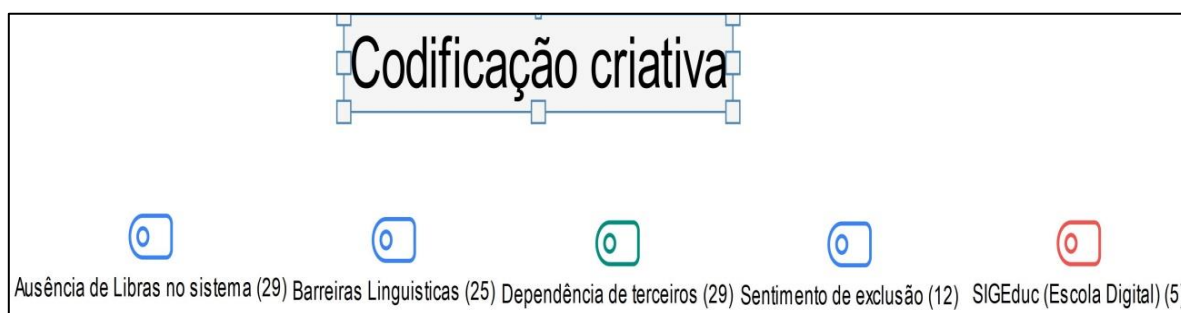
Fonte: Adaptado pela autora, com base no Mapa da Empatia criado por Dave Gray, fundador da XPLANE.

Conforme afirmam Braun e Clark (2006), é comum e aceitável essa “miscelânea” na representação visual. É algo provisório, para que os códigos possam ser agrupados e devidamente categorizados. Nesse processo, alguns códigos iniciais podem evoluir para se tornarem temas principais, enquanto outros podem se transformar em subtemas ou até mesmo serem descartados. Durante essa fase, é possível identificar um conjunto de códigos que não se encaixam claramente em nenhum tema específico.

Na **fase 4**, Braun e Clarke (2006, p. 16) esclarecem que “alguns temas candidatos não são realmente temas”. É importante ressaltar que se utilizou a técnica indutiva no desenvolvimento da análise temática, o que significa que os temas não foram estabelecidos previamente, mas, a partir da familiarização, dos dados surgiam os possíveis códigos.

De acordo com Braun e Clarke (2006, p. 17), “O processo de codificação pode ser feito manualmente ou através de um *software* apropriado”. Nesse caso, utilizou-se o *software* MAXQDA, que organiza os códigos, como possível auxílio para temas em potenciais ou segmentos relevantes, conforme Figura 17 a seguir.

Figura 17 - Análise dos códigos x temas



Fonte: Elaborado pela autora via *Software* MAXQDA.

Para os possíveis códigos levantados, houve o auxílio da codificação criativa. Cinco códigos iniciais destacam-se como candidatos a temas em potencial. Braun e Clarke (2006) aduzem que se deve realizar a releitura (revisão) do conjunto já analisado, orientando 2 etapas: a primeira etapa consiste na verificação dos temas e observar seu alinhamento no conjunto de dados. A segunda etapa compete codificar qualquer tema que possa ter sido perdido em momentos anteriores na ação da codificação; isso somente é possível porque o processo de codificação é algo orgânico e em curso.

Com base nisso, na revisão do código SIGEduc (Escola Digital), indicado em 5 segmentos, constatou-se não haver críticas diretas ao sistema, e as inquietações direcionavam-se à acessibilidade linguística. Em vista de que havia margens maiores a se considerar nessa análise, o código SIGEduc (Escola Digital) passa a se atrelar ao código Ausência de Libras no sistema.

Na fase 5, compete o aprimoramento de detalhes, ou seja, definições de atribuição a cada tema (Braun; Clarke, 2006). Nesse momento, visitar os códigos identificados anteriormente se fez necessário para certificar se estavam alinhados ao objetivo geral da pesquisa. Trata-se de analisar desafios e contribuições do SIGEduc (Escola Digital) como recurso de acessibilidade linguística na construção de um sistema inclusivo a partir das perspectivas dos estudantes Surdos Bilíngues e de um professor de uma escola da EJA Mossoró (RN).

Quadro 23 - Definir e nomear temas

continua

Nº	Participante da Pesquisa	Codificado (L2)	Código Inicial	Nome do Tema
1	Est.2	Existe uma barreira comunicacional, sem acessibilidade em Libras.	Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
2	Est.2 e 3	Quando eu estou digitando, não encontro recursos que visualmente me ajude, encontro essa barreira comunicacional.	Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
3	Est.1	Nenhuma orientação em Libras de com utilizar o SIGEduc (Escola Digital)	Ausência de Libras no sistema	acessibilidade linguística
4	Est.1 e 2	Eu estudava a distância, o professor falava oralizando.	Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
5	Est.2 e 3	Muito difícil, eu não tenho autonomia, não tem acessibilidade. Sem acessibilidade.	Ausência de Libras no sistema e dependência de terceiros	acessibilidade linguística
6	Est.1	É preciso da Libras para contribuir melhor sobre isso no SIGEduc (Escola Digital), é preciso!	Ausência de Libras no sistema	acessibilidade linguística
7	Est.1	O ouvinte me ajuda, mas de forma ruim, é difícil ele (a) não sabem Libras, é muito sofrimento.	Ausência de Libras no sistema	acessibilidade linguística
8	Est.3	O ouvinte sempre ensinado e o Surdo não podem fazer só?	Dependência de terceiros, suporte, apoio externo	acessibilidade linguística

Quadro 24 - Definir e nomear temas

Nº	Participante da Pesquisa	Codificado (L2)	Código Inicial	conclusão
				Nome do Tema
9	Est.3	Eu não aprendo nada, se não tiver intérprete!	Dependência de terceiros, suporte, apoio externo	acessibilidade linguística
10	Professor	A Educação de Jovens e Adultos ainda carrega aquela imagem “de fim da linha”. É crucial reconhecer que não podemos mais tolerar ambientes educacionais que perpetuem essa exclusão. Na era digital em que vivemos, onde o uso de plataformas de ensino se tornou comum, é fundamental garantir que esses ambientes sejam acessíveis para todos.	Ausência de Libras no sistema e Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
11	Professor	Busco utilizar vídeos, intérpretes de Libras e recursos visuais para facilitar o acesso dos alunos surdos à plataforma.	Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
12	Professor	Minha estratégia envolve o uso de vídeos, intérpretes de Libras e materiais com legendas. No entanto, a falta de recursos e acessibilidade na plataforma ainda é um grande obstáculo. Navegar em um ambiente digital educacional acessível favorece o aprendizado.	Barreiras Comunicacionais	acessibilidade linguística
13	Professor	Infelizmente, não possuo conhecimento em Libras. Essa é uma lacuna que reconheço e que, infelizmente, ainda é comum entre os professores.	Barreira Linguística	acessibilidade linguística

Fonte: Elaborado pela autora.

A revisitação dos dados é importante, pois trata-se de uma análise que permite revelar perspectivas e fortalece o estudo. Por exemplo, na Figura 19, na coluna participante da pesquisa, linha 7, o participante da pesquisa (Est.1) apresenta a seguinte perspectiva: "O ouvinte me ajuda, mas de forma ruim, é difícil ele(a) não sabem Libras é muito sofrimento" (Est.1).

Percebe-se que tal segmento foi atribuído no código inicial (codificação criativa) como "Sentimento de Exclusão" na Figura 17. Porém, durante o processo de análise, identifica-se que a ausência de Libras no sistema era o fator principal e, como

consequência, o sentimento de exclusão, de acordo com a perspectiva do(a) entrevistado(a).

Ainda no segmento analisado, o entrevistado(a) sinaliza em Libras a palavra "ouvinte". É importante refletir que o "ouvinte", nessa ação, apesar da intenção colaborativa referente a esse sujeito, caracteriza-se como um mediador imperfeito, incapaz de suprir a real necessidade linguística do estudante Surdo. Além desse segmento analisado, as demais perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró passaram por esse crivo.

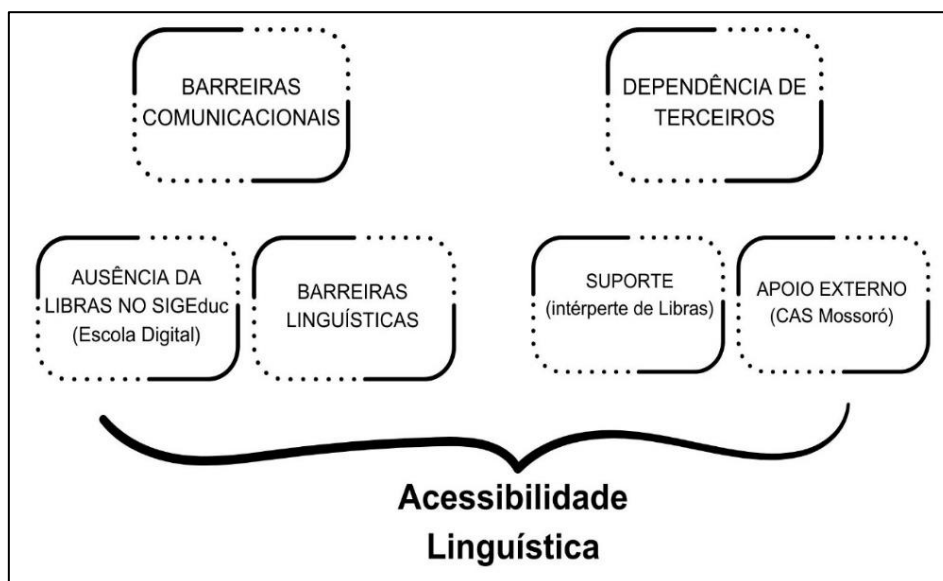
Identifica-se que há mudanças da codificação inicial para a final, o que reforça o direcionamento do estudo e enriquece a análise, fornecendo uma perspectiva mais direta sobre as experiências relatadas pelos participantes da pesquisa. Tal reclassificação direciona o foco para a causa primária dos desafios percebidos pelos estudantes Surdos sobre o SIGEduc (Escola Digital).

A **Fase 6**, de acordo com Braun e Clarke (2006), representa a etapa final do processo. Para alcançar esse momento, temas identificados nas fases anteriores foram aprimorados, para possibilitar a consolidação do relatório final. Como afirmam Braun e Clarke (2006, p. 22):

Escolha exemplos particularmente vívidos, ou extratos que capturem a essência do ponto que você está demonstrando, sem complexidade desnecessária. O extrato deve ser facilmente identificável como um exemplo do problema. No entanto, a sua escrita precisa fazer *mais* do que apenas fornecer dados. Extratos precisam estar incorporados dentro de uma narrativa analítica que convincentemente ilustra a história que você está contando sobre seus dados e sua narrativa analítica precisa ir *além* da descrição dos dados, e trazer um *argumento* em relação a sua pergunta da pesquisa.

Dessa maneira, objetiva-se consolidar as observações e temas que se destacaram em um breve relatório, que será apresentado nos resultados deste estudo, juntamente com as discussões. Essa síntese aborda os principais desafios conforme as perspectivas dos estudantes Surdos e de um professor da EJA/Mossoró sobre o SIGEduc (Escola Digital). Antes, apresenta-se o mapa temático final, que, segundo Braun e Clark (2016), trata-se de um aspecto importante para a ilustração dos resultados com apresenta-se na Figura 18.

Figura 18 - Mapa temático final



Fonte: Elaborado pela autora.

Optou-se por um mapa final consolidando as fases anteriores da análise temática. É importante detalhar a história de cada tema. De acordo com Braun e Clark (2016), toda análise se encaixa com uma história maior, sem sobreposição de temas, onde cada um está ligado a uma percepção específica dos participantes da pesquisa.

Os principais temas se agrupam em 2 âmbitos. O primeiro aborda as barreiras comunicacionais e linguísticas, bem com a ausência da Libras no SIGEduc (Escola Digital); tema recorrente nas entrevistas é sobre a ausência da Libras no SIGEduc (Escola Digital), o que cria uma barreira significativa sobre o processo de ensino e aprendizagem do estudante Surdo, por meio das plataformas complementar de ensino.

O segundo âmbito, com dependência de terceiros, suporte e apoio externo, refere-se à falta de acessibilidade em Libras no sistema, levando o estudante a buscar auxílio (intérpretes ou ajuda de ouvintes) sempre que precisa acessar o SIGEduc (Escolar Digital). É possível buscar auxílio externo, como outras instituições educacional da rede (CAS). Diante disso, chega-se ao tema definido com acessibilidade linguística, visto que todos os pontos convergem para esse âmbito.

A análise apresentada nesta seção oferece uma visão geral dos temas principais que emergiram. Isso fornece suporte para o próximo capítulo, no qual serão apresentados os resultados e as discussões deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados e as discussões da pesquisa em foco, a qual, além de seguir o percurso metodológico e suas etapas, busca construir um caminho de estudo pautado no cuidado e na atenção à escola pública, principalmente aos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Conforme anunciado na análise de dados, como resultado, apresenta-se o relatório analítico, elaborado com base na metodologia de Braun e Clark (2016), que discute sobre os desafios e as contribuições do SIGEduc (Escola Digital) e acessibilidade linguística, construído com base nas perspectivas dos estudantes Surdo da EJA/Mossoró.

Relatório Analítico: Desafios e contribuições do SIGEduc (Escola Digital) e acessibilidade linguística dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró: A EJA/Mossoró assume um papel importante na inclusão social da pessoa Surda. Atualmente, é nessa realidade educacional que o estudante Surdo da modalidade EJA encontra oportunidade de dar continuidade aos seus estudos. Sabe-se que, por muitos anos, vários fatores, entre os quais o histórico de exclusão, a discriminação e o preconceito, além das condições socioeconômicas desfavoráveis, marcaram negativamente a história educacional do povo Surdo, colocando-se à margem da sociedade.

Apesar da EJA/Mossoró apresentar-se em um formato de educação inclusiva, caracterizada pela diversidade e pelo favorecimento da inclusão social, ainda assim os estudantes Surdos enfrentam desafios que precisam ser discutidos. Diante das perspectivas dos estudantes Surdos, percebe-se a existência de barreiras comunicacionais no SIGEduc (Escola Digital), como destaca o(a) estudante 2, na linha 1 da Tabela 19 : **“Existe uma barreira comunicacional, sem acessibilidade em Libras”**.

Outra perspectiva semelhante é citada pelos(as) estudantes 2 e 3, linha 2: **“Quando eu estou digitando, não encontro recursos que visualmente me ajudem, encontro essa barreira comunicacional”**. Ambos tiveram respostas semelhantes, portanto, a que permaneceu foi a mais contextualizada. Percebe-se que os estudantes Surdos compartilham da mesma percepção. São questões que envolvem os recursos visuais no SIGEduc (Escola Digital), relacionados à inexistência instrucional em Libras, ação que conduz os estudantes Surdos aos ambientes digitais do referido sistema.

Esses relatos apresentam desacordo com a questão da acessibilidade, citada no Art. 17 da Lei nº 10.098/00, que se refere à eliminação de barreiras. Além disso, respeitar a acessibilidade de pessoas Surda é reconhecer toda caminhada de luta por seus direitos sociais. De acordo com De Lima Nascimento e Do Nascimento (2022), com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos - DUDL (1996) a luta dos ativistas Surdos ganham impulso na legitimação da Libras (Lei nº 10.436/2002). A DUDL contribui para proteger as minorias linguísticas “corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas” (DUDL, 1996, s. p.).

Na escola da EJA/Mossoró, os desequilíbrios linguísticos tornaram-se mais visíveis durante a pandemia da CCovid-19, principalmente quando os estudantes Surdos passaram a usar o SIGEduc (Escola Digital) como opção de ensino remoto. A ausência da sua língua materna na interface principal do sistema demonstrava contribuir para a falta de igualdade de condições para acesso ao conhecimento.

Embora haja empenho da EJA/Mossoró na construção de um ambiente inclusivo, os estudantes Surdos ainda não possuem um lugar de fala sobre os REDs que lhes se são apresentados. São várias as barreiras comunicacionais para o estudante Surdo da EJA/Mossoró, entre as quais a linguística.

Compreende-se que se configura um novo cenário na educação do RN, voltado para a educação inclusiva. Recentemente, foi publicada a Portaria SEI nº 4522/2024, que institui as diretrizes para modalidade Educação Especial Inclusiva na Educação Básica da Rede Pública de Ensino do RN (Rio Grande do Norte, 2024). Porém, ainda é necessário que haja diálogos e discussões com os estudantes Surdos da EJA/Mossoró, incluindo estudantes Surdos de demais EJAs do Estado, sobre questões que envolvam a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos educacionais digitais no âmbito da acessibilidade linguística. Nesse caso, o Rio Grande do Norte possui a Escola Digital no SIGEduc, que pode ser aprimorada nas questões inclusivas, sempre reconhecendo as questões que partem dos estudantes Surdos, a partir de suas perspectivas, com eles e para eles.

Na fundamentação teórica desta pesquisa, consta a afirmação de Lustosa *et al.* (2016, p. 7), ao apontarem que é por meio da língua de sinais que “[...] o indivíduo surdo se expressa e conhece o mundo e, conseqüentemente, suas atitudes se dão na perspectiva visual”. Ou seja, a sua forma de ver e de se relacionar, meio pelo qual sua cultura se faz presente, se dá em uma perspectiva visual. Para os estudantes Surdos

da EJA/Mossoró, essa ausência de instruções na L1 no SIGEduc (Escola Digital) é considerada um ponto crítico, tendo em vista que o sistema está implantando no estado do RN desde 2014, e poderia estar configurado como um AVA Bilíngue em Libras para atender os estudantes Surdos da rede estadual de ensino do RN.

Outra questão está relacionada à explicação sobre o próprio AVA. Como destaca o (a) estudante 1, na linha 3: **“Nenhuma orientação em Libras de como utilizar o SIGEduc (Escola Digital).”** Em consonância com estudos teóricos desta pesquisa, retoma-se Skliar (2015), que relata sobre os mecanismos de controle da escola, o que inclui o distanciamento tecnológico. A esse respeito, é importante lembrar que, a inclusão do estudante Surdo na EJA/Mossoró vai além da adaptação estrutural e/ou digital de um sistema. É um processo complexo e multifacetado, que requer um olhar atento sobre as barreiras linguísticas, principalmente sobre a invisibilidade do estudante Surdo nas escolas de EJA, entre outros mecanismos de controle que possam colaborar com a exclusão.

Entende-se que apenas o seu acesso ao SIGEduc (Escola Digital) não é suficiente. Isso porque as questões que envolvem os aspectos linguísticos e o SIGEduc (Escola Digital) não se limitam a algo tecnologicamente resolvido, vai além, precisa ser participativo, direcionadas às práticas culturais dos sujeitos. (Jenkins, 2009).

Entretanto, a análise das perspectivas dos estudantes Surdos/EJA Mossoró sobre o SIGEduc (Escola Digital) revela que o indicativo de falta de acessibilidade do sistema que está diretamente vinculada à ausência da Libras apresenta-se com barreira principal nesse momento. Contudo, é importante considerar as perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró diante daquilo que revelam em suas especificidades, com o constante cuidado necessário para que a Libras não seja tratada como um mero “acessório” de acessibilidade (Lima; Da Silva, 2019).

Visto isso, esta pesquisa revela como fator principal a participação ativa dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró em diversos aspectos da vida escolar, principalmente para que a inserção da Libras no sistema não seja enxergada como uma ferramenta, mas como uma língua essencial na formação da Identidade Cultural e linguística na educação de jovens e adultos Surdos Potiguares.

Outra perspectiva observada pelos estudantes Surdos entrevistados que precisa ser discutida está relacionada com autonomia. O fato de o estudante Surdo responder a um fórum, *chat* ou atividade simples de assinalar as respostas vai além

da simples realização de tarefas escolares. Trata-se de independência e autoconfiança, bases fundamentais para auxiliar na formação de pessoas, além de contribuir para outras habilidades essenciais para a vida. A seguir, algumas perspectivas dos estudantes Surdos sobre isso:

Muito difícil, eu não tenho autonomia, não tem acessibilidade. Sem acessibilidade (Est. 2 e 3, linha 5).
 O ouvinte me ajuda, mas de forma ruim, é difícil ele (a) não sabem Libras, é muito sofrimento (Est. 1, linha 7).
 O ouvinte sempre ensinado e o Surdo não podem fazer só? (Est. 3, linha 8).
 Eu não aprendo nada, se não tiver intérprete! (Est.3, linha 9).

Estudantes Surdos, em sua maioria, apresentam trazem negativas decorrentes das barreiras educacionais enfrentadas ao longo da trajetória escolar. Esses estudantes, adultos e inseridos em um ambiente não bilíngue (EJA/Mossoró), ainda recorrem à EJA para dar continuidade aos estudos, como consequência dessas barreiras.

Nesse sentido, a pandemia expôs as barreiras que já existiam. Com a urgência das aulas remotas, aqui destaca-se a perspectiva dos estudantes 1 e 2 na linha 4: **“Eu estudava a distância, o professor falava [sinalização] oralizando.”** Com a Escola Digital não acessível em Libras e o professor ministrando aulas na modalidade oral durante a pandemia, torna-se necessária a presença de intérpretes de Libras. Mais uma vez, compreende-se a importância da presença do intérprete de Libras nas escolas, porém, é preciso saber que esse profissional é mais uma das inúmeras possibilidades de construção da escola verdadeiramente inclusiva. A escola inclusiva preocupa-se com propósitos linguísticos, cultura e identidade do estudante Surdo, indo além da presença do intérprete.

Nesse sentido, um sistema SIGEduc (Escola Digital) acessível em Libras colabora para garantir aos estudantes Surdos acesso ao conhecimento via Escola Digital, haja vista que pós-pandemia a Escola Digital continua disponível no SIGEduc, inclusive alguns professores da EJA/Mossoró a utilizam. Isso contemplaria não somente da EJA/Mossoró, mas todos os estudantes Surdos da rede pública de ensino do RN. A Libras presente na Escola Digital pode colaborar com a planificação linguística da língua de sinais nas escolas de EJA do estado RN, além de favorecer a participação ativa do estudante Surdo na ação de interpretar e/ou manipular

informações, o que promove sua autonomia na construção do seu próprio conhecimento.

Diante disso destaca-se a perspectiva do Estudante 1 na linha 6: “[...] **para isso, é preciso da Libras para contribuir melhor sobre isso no SIGEduc (Escola Digital), é preciso!**”. Subentende-se que “sobre isso” (nesse momento o estudante Surdo usou o apontamento na hora da sua sinalização) refere-se às barreiras comunicacionais do SIGEduc (Escola Digital). Diante de todas as perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró analisadas, percebe-se que ainda é velado o direito linguístico da pessoa Surda de EJA, quando limitado o direito ao aprendizado em Libras em sua totalidade imposto pelas barreiras comunicacionais pelo uso da língua portuguesa em REDs.

Além dos estudantes Surdos, sentiu-se a necessidade de investigar a perspectiva dos docentes da instituição. O(a) professor(a) participante da pesquisa mostrou-se um docente ativo no processo do uso SIGEduc (Escola Digital) durante a pandemia da CCovid-19 (aulas remotas). Com propriedade, identificou os problemas relativos nessa interação estudantes Surdos e SIGEduc (Escola Digital), além de compartilhar como buscou amenizar algumas barreiras comunicacionais. O professor destacou: **“Busco utilizar vídeos, intérpretes de Libras e recursos visuais para facilitar o acesso dos alunos surdos à plataforma”**. Ainda, reforçou: **“Minha estratégia envolve o uso de vídeos, intérpretes de Libras e materiais com legendas. No entanto, a falta de recursos e acessibilidade na plataforma ainda é um grande obstáculo. Navegar em um ambiente digital educacional acessível favorece o aprendizado”**. Apesar do empenho, o(a) professor(a) reconhece a falta de acessibilidade no SIGEduc (Escola Digital) para o estudante Surdo.

Os discursos dos estudantes Surdos e o professor entrevistado revelam desafios relacionados ao SIGEduc (Escola Digital), apontam ausência da Libras e recursos visuais que facilitam o uso do AVA enquanto recurso pedagógico. No entanto, uma análise mais profunda desses relatos revelam questões que vão além da questão da acessibilidade no SIGEduc (Escola Digital). A garantia do acesso, que já lhe é permitida, é invalidada a partir do momento que os estudantes Surdos da EJA/Mossoró (RN) encontram REDs que não incluem a Libras, sua língua materna (L1), mas para os ouvintes é ofertada através da língua portuguesa.

Essa abordagem oralizada, mas perceptível durante a pandemia da Covid-19, revela a necessidade de uma análise mais profunda dos recursos digitais educacionais para EJA, por envolver uma estruturação bilíngue para os estudantes Surdos que vão além da acessibilidade ao sistema.

O SIGEduc (Escola Digital) é um recurso muito interessante, como forma de complemento no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da rede estadual do RN, podendo vir a contribuir na educação dos estudantes Surdos da EJA do estado. Uma vez que a modalidade de ensino da EJA possui um formato próprio, é diferenciado das escolas “regulares”, além de se tratar de estudantes Surdos adultos que buscam continuidade dos seus estudos em um formato em que se possa conciliar trabalho e estudo.

Diante disso, após analisar as falas do professor entrevistado, identifica-se, mais uma vez, a necessidade de debates e diretrizes específicas que atenda aos estudantes Surdos da EJA, isso porque identificaram-se novamente visões equivocadas da Libras, ou seja, “acessório para suprir carências” (Lima; Da Silva, 2019, p. 8).

Para que isso não ocorra, os espaços de EJA precisam estar firmados na Educação Bilíngue para Surdos, de modo que ocorra a ampla circulação da Libras nos espaços dessa modalidade, além dos textos, atividades, materiais de apoio traduzidos para língua de sinais. Além disso, atentar aos REDs dentro de uma perspectiva visual, devendo estar fundamentados nas questões linguísticas da pessoa Surda, permitindo a criação de um ambiente que valorize a diversidade linguística.

As discussões abordadas nesse relatório trazem como resultado recomendações que visam uma educação transformadora para estudantes Surdos da EJA/Mossoró. Quando suas experiências linguísticas e culturais são consideradas no processo de aprendizagem, mediante recursos educacionais digitais, instaura-se um movimento de redução de sua invisibilidade no contexto escolar. Para isso, é importante o trabalho colaborativo entre professores, estudantes e desenvolvedores dos SIGEduc (Escola Digital), cuja consequência é a construção de caminhos viáveis para a planificação linguística na modalidade de ensino EJA no RN.

Embora o formato atual da EJA no estado não contemple, ainda, a Educação Bilíngue para estudantes Surdos, é importante lembrar que, em 2021, foi consolidada a Lei 14.191/21, que defende a Educação Bilíngue para pessoa Surda no Brasil

(Brasil, 2021c). Configura-se, nesse contexto, mais um motivo para pensar em um formato de Educação Bilíngue para estudantes Surdos na EJA.

Assim, recomenda-se o uso da Libras do SIGEduc (Escola Digital), além dos recursos visuais, a princípio nos ambientes mais utilizados pelos estudantes Surdos no SIGEduc (Escola Digital). Segue, como sugestão, o Recurso Educacional que será apresentado no próximo capítulo. Além disso, é fundamental estabelecer parcerias com a Secretaria Estadual de Educação do RN para aprimorar o Recurso Educacional, bem como realizar formações continuada e permanente em Libras para todos os profissionais da EJA (RN), contando com abordagem voltada para Educação Bilíngue para Surdos nessa modalidade, contemplando as especificidades educacionais que permeiam a EJA (RN).

Por fim, orienta-se que haja debates nas jornadas pedagógicas sobre a Cultura e Identidade Surda como forma de implementar a planificação linguística nas salas de aula da EJA, e que professores possam inserir esses aspectos mesmo não havendo estudantes Surdos em suas turmas. Por fim, estabelecer parcerias com escolas do estado do RN, com Surdos matriculados, CAS (Mossoró), UFERSA (Mossoró) e/ou UFRN (Natal), a fim de aliar perspectivas Surdas a ações tecnológicas no aprimoramento do SIGEduc (Escola Digital).

5 RECURSO EDUCACIONAL

Com base na pesquisa **"SIGEduc (Escola Digital): Desafios e contribuições na perspectiva dos estudantes Surdos da Educação de Jovens e Adultos de Mossoró"**, sentiu-se a necessidade de propor um recurso educacional como sugestão para colaborar para a acessibilidade, promover o planejamento linguístico da Libras no SIGEduc (Escola Digital) e favorecer a autonomia dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró.

Diante disso, apresenta-se o **Tutorial Bilíngue de Acesso à SIGEduc (Escola Digital) - (Libras/Português)** como parte integrante do resultado de pesquisa, atendendo aos requisitos do mestrado PROFEI. Além disso, trata-se de uma representação concreta desse resultado no âmbito educacional e tecnológico.

É importante esclarecer que as necessidades educacionais desses estudantes vão além de oferecer a acessibilidade ao SIGEduc (Escola Digital). Entretanto, é necessário que haja um primeiro passo para que demais ações possam ser realizadas. Em que pese a EJA ser um ambiente acolhedor e que atende a um público diverso, ainda existem desafios significativos para a eliminação de barreiras relacionadas às questões educacionais da pessoa Surda.

À vista disso, com base nas perspectivas dos próprios estudantes Surdos da instituição e de um professor regente, pôde-se considerar seus relatos, com o objetivo de iniciar um processo de aprimoramento do SIGEduc (Escola Digital). O sistema, que integra o âmbito educacional e tecnológico do estado do RN, consiste em um ambiente que pode ser utilizado para complementar as aulas, por meio de conteúdos, atividades, fóruns e/ou chats, links, vídeos, além de realizar encontros via webconferência.

A Escola Digital, apesar de estar integrada ao sistema educacional de ensino do RN desde 2012, ainda era pouco utilizada pelos estudantes Surdos da instituição lócus da pesquisa. Com a pandemia, entretanto, surgiu a oportunidade de uso do SIGEduc (Escola Digital) com mais frequência por todos os estudantes da EJA/Mossoró.

5.1 DELINEAMENTO DO RECURSO

O Tutorial Bilíngue de Acesso à SIGEduc (Escola Digital) (Libras/Português) inclui um tutorial estruturado por vídeos em Libras. O objetivo é colaborar com a acessibilidade dos estudantes Surdos à Escola Digital, ao considerar suas perspectivas e necessidades.

Os objetivos específicos são: apresentar o Tutorial Bilíngue de Acesso à SIGEduc (Escola Digital) (Libras/Português), com recurso tecnológico, e mostrar de forma instrucional o percurso do acesso inicial, alguns dos ambientes do SIGEduc até a Escola Digital.

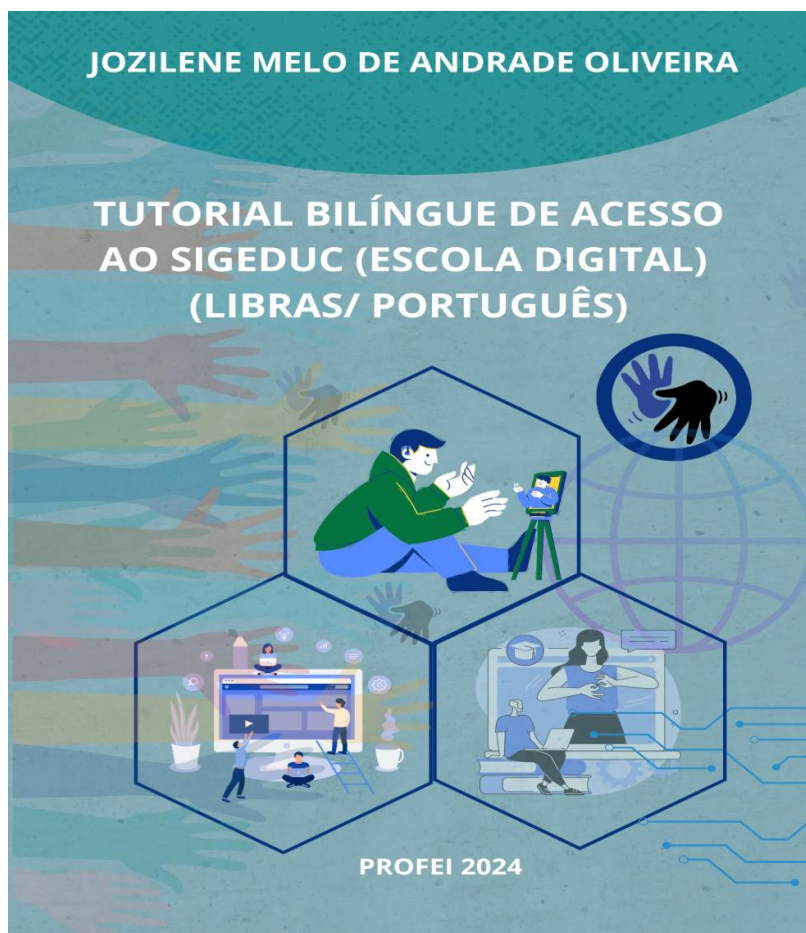
Almeja-se impulsionar a autonomia participativa dos estudantes Surdos, ao utilizarem os recursos digitais educacionais e, por fim, disponibilizar o recurso à Secretaria de Educação Estadual do RN, para que possa chegar ao alcance de mais estudantes Surdos matriculados na educação básica de ensino.

A princípio, o Tutorial em Libras pretende atender às questões da acessibilidade ao sistema, sendo possível melhorias e adequações durante o seu uso. Justifica-se tal ação pelas próprias perspectivas dos estudantes Surdos que desejam sua autonomia, a valorização da Língua de Sinais como meio essencial de comunicação e efetivação do direito linguístico. O acesso ao *site* está disponível por meio do link: <https://tutorial-libras.vercel.app/>. Sugere-se que a oferta do Tutorial esteja visivelmente localizada na página da SEEC, na forma de *link* na página principal do SIGEduc e por meio de *Qr Code*.

Ao acessá-lo, o estudante é direcionado à página inicial do SIGEduc (ambiente discente) de forma instrucional, seguindo os passos até acessar a Escola Digital. Pretende-se atender aos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, vindo a abranger todas as escolas estaduais do RN que necessitarem desse recurso.

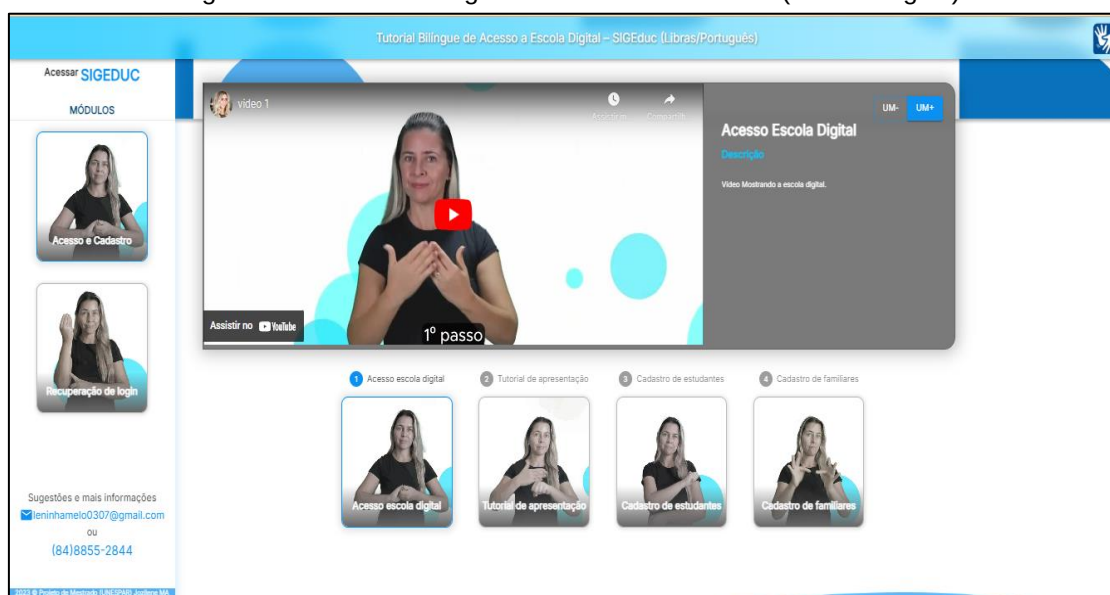
A seguir, apresenta-se a capa do recurso (Figura 20) em *pdf*, contendo as divisões que descrevem a ordem como o recurso educacional foi construído, bem como suas etapas e configuração final. Na Figura 21, visualiza-se a página principal do Tutorial Bilingue de acesso ao SIGEduc (Escola Digital) (Libras/Português).

Figura 19 - Capa da versão em pdf do Recurso Educacional



Fonte: A autora.

Figura 20 - Tutorial Bilíngue de acesso à SIGEduc (Escola Digital)



Fonte: A autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre."
(Paulo Freire).

Esta pesquisa representou um desafio, principalmente por não haver estudos vinculados à EJA local, Educação de Surdos e tecnologias. Temas nessa modalidade de ensino, no contexto local, ainda necessitam de maior fomento das pesquisas. Ao aprofundar as questões sobre acessibilidade, que, a princípio, parecia estar ligada ao acesso ao SIGEduc (Escola Digital), bem como as perspectivas dos estudantes Surdos, e somada ao discurso do professor entrevistado, apreende-se que há questões no contexto educacional da EJA/Mossoró que vão além da inclusão digital.

Nesse contexto, ao se aproximar dos estudantes Surdo, que nunca haviam sido consultados antes sobre os recursos educacionais digitais disponíveis, constatou-se que por trás das inquietações, havia o desejo de igualdade. Esse anseio, refletia a busca pela autoafirmação quanto sujeitos Surdos adultos, integrantes de uma comunidade, usuária da língua de sinais, com experiências visuais e histórias de vida.

Dessa forma, analisar os SIGEduc (Escola Digital) como recurso de acessibilidade linguística, seus desafios e contribuições, vem colaborar na construção de uma escola na perspectiva da educação inclusiva. Reforça-se que, pela primeira vez, emergem dos próprios estudantes Surdos da EJA/Mossoró suas necessidades educacionais digitais, os quais sinalizam que as principais lacunas do SIGEduc (Escola Digital) estão relacionadas às barreiras comunicacionais.

Alega-se a ausência de uma *interface* em Libras, intuitiva e instrucional, para uma navegação simples, com recursos visuais (janelas de Libras). As literaturas analisadas citam o SIGEduc (Escola Digital) como um AVA de potencial no quesito ambiente complementar de ensino. Mas, na perspectiva do estudante Surdo da EJA/Mossoró, o SIGEduc (Escola Digital) ainda necessita ações concretas.

Outro aspecto observado é que os estudantes Surdos não fazem menção a respeito do conteúdo pedagógico inserido na Escola Digital. Isso demonstra o trabalho colaborativo citado pelo próprio professor da EJA/Mossoró. Não obstante o docente afirme não saber Libras, nota-se haver uma preocupação na busca por utilizar metodologias e estratégias (recursos visuais) que possam colaborar com o processo de aprendizagem do estudante Surdo na EJA/Mossoró.

Um ponto relevante fruto desta pesquisa é o recurso educacional. Trata-se de um Tutorial Bilíngue de Acesso à SIGEduc (Escola Digital) (Libras/Português), projeto produtivo, efeito da escuta das perspectivas dos estudantes Surdos da EJA/Mossoró, que busca promover sua autonomia de forma colaborativa, na construção do conhecimento, potencializando suas habilidades dentro do ambiente escolar.

Por último, acolher a perspectiva do estudante Surdo da EJA/Mossoró é legitimar suas contribuições para aprimorar o SIGEduc (Escola Digital), como recurso de acessibilidade linguística na construção de um sistema mais inclusivo. Sua participação ativa fomenta a colaboração com a planificação linguística em espaços não bilíngues como a EJA/Mossoró. Este último aspecto desperta reflexões que revelam um estudo aberto a contribuições para futuras pesquisas, entre alguns que já despontam. Refere-se a quais conteúdos e metodologias estão sendo inseridos no SIGEduc (Escola Digital), que possam atender ao estudante Surdo Bilíngue da EJA no RN.

Este trabalho é responsável por instigar novas linhas de pesquisa na EJA do RN. Percebe-se que as questões sobre AVAs, conteúdos e metodologias para Surdos Bilíngues da EJA no RN na Escola Digital exigem uma abrangência maior, o que pode levar a uma pesquisa que acampe estudos sobre as escolas de EJA de todo RN e seus estudantes Surdos.

Portanto, trata-se de uma investigação inacabada, que ainda desperta perguntas inquietantes. Não seria o caso de refletir o quão distante estamos dos estudantes Surdos da EJA no RN? E no Brasil? O quão distante de suas realidades escolares e dos recursos educacionais digitais que lhes são apresentados, como plataforma complementar de ensino nesse ambiente escolar tão diverso e abrangente? O conhecimento para responder a essas e outras perguntas não está apenas nas universidades, mas também na escola pública, na educação de jovens e adultos Surdos. Por isso, a universidade não pode se afastar da escola pública se o conhecimento que se busca está lá.

Diante do exposto, este estudo considera fundamental uma escola pública brasileira mais inclusiva, com formações continuadas e permanente dos professores no âmbito da educação bilíngue para estudantes Surdos da EJA, com projetos coletivos que perpassam por reformulação de ambientes virtuais de aprendizagem voltados Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE), além do fomento de políticas públicas de acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no contexto da educação de Surdos no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Estudo mostra que pandemia intensificou uso das tecnologias digitais.** Agência Brasil, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-11/estudo-mostra-que-pandemia-intensificou-uso-das-tecnologias-digitais>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ANDERSSON, Y. The deaf world as a linguistic minority. In: PRILLWITZ, S.; VOLLHABER, T. (ed.). **Sign language research and application**: Proceedings of the International Congress on Sign Language Research and Application. Hamburgo: Signum-Press, 1990. p. 155-161.

ANDRADE, P. da S.L.; DE OLIVEIRA SOARES, C.V.C. Considerações em torno da política linguística da Libras e da educação bilíngue libras/língua portuguesa na educação de jovens e adultos surdos. **Revista Educação e Linguagens**, v. 8, n. 14, p. 49-64, 2019.

ARAÚJO, L. **Sertaniando a Educação Básica**: um estudo das políticas de acesso a EJA, construídas ou executadas na SUEJA/RN. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

ARROYO, M.G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. p. 221-230. In: **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005b. 362p.

BARBOSA, T.M.; SILVA, I.S.F. da; SANT'ANA, A.S.C. Os Desafios do Uso Pedagógico do SIGEduc no Contexto de Escolas Públicas dos Municípios de Angicos/RN e Santana do Matos/RN. In: CONGRESSO REGIONAL SOBRE TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO, 2016, Natal. **Anais [...]**. Fortaleza: UFRN, 2016. p.385-396.

BERENZ, N. Surdos venceremos: the rise of the Brazilian deaf community. In: MONAGHAN, L. *et al.* (ed.). **Many ways to be deaf**: international variations in deaf communities. Washington, D.C.: Gallaudet University, 2003. p.172-193.

BERNARDINO, E.L.A. **Cultura Surda (Texto elaborado para uso nas disciplinas "Fundamentos de Libras" e "Libras I")**. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 10 set. 2008.

BOZI, F.; ARREVABENI, M.C. O uso de tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual. **Revista Ifes Ciência**, v. 5, n. 1, p. 71-86, 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília,

DF, 23 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico:** Censo Escolar da Educação Básica 2022. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 18 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 ago. 2021c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm . Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.704, de 25 outubro de 2023. Altera a Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14704.htm Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRASIL. MEC/SECADI. **Relatório sobre a política linguística de Educação Bilíngue**: Língua Brasileira de Sinais e Língua portuguesa. Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Brasília, DF, 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 dez. 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf Acesso em: 28 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Evento do MEC celebrar 22 anos da Lei de Libras**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/evento-no-mec-celebrara-22-anos-da-lei-de-libras>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tradutor Libras**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Resolução nº 01/2021 de 25 de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2021a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf-arq/DiretrizesEJA.pdf Acesso em: 9 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: Inep, 2021b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

CABRAL, R. M.; BIANCHINI, L. G. B.; GONÇALVES, T. G. G. L. Educação especial e Educação de Jovens e Adultos: uma interface em construção? **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 587-602, jul./set. 2018.

CALVET, L. J. **Las'politiques linguísticas**. Buenos Aires: Edicial S.A., 1997.

CAMPELLO, A.R.; REZENDE, P.L.F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, ed. esp., n.2, p. 71-92, 2014.

CIEB. Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). **Os 20 grupos de Recursos Educacionais Digitais**. Ano 2021. Disponível em: <https://otec.net.br/os-20-grupos-de-recursos-educacionais-digitais/>. Acesso em: 14 maio 2024.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). **TIC Educação 2021**: pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas escolas brasileiras. São Paulo: CETIC.br, 2021. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20221121124124/tic_educacao_2021_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

CORRÊA, C.E.C. *et al.* Aplicação do mapa de empatia sobre as ações educativas realizadas pelos profissionais de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210478, 2022.

CURY, C.R.J. *et al.* **O aluno com deficiência e a pandemia**. Instituto Fabris Ferreira, p. 2020-07, 2020.

DA SILVA, L.V. Tecnologias digitais de informação e comunicação na educação: três perspectivas possíveis. **Revista de Estudos Universitários-REU**, v. 46, n. 1, p. 143-159, 2020.

DANTAS, A.C.L. Fóruns de EJA: mobilização na luta pelo direito à educação de jovens e adultos. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2009, Campinas, SP. **Anais [...]** Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_1739.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

DE BRITO, F.B. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 766-769, 2016.

DE FÁTIMA FERNANDES, S.; TERCEIRO, F.M.L. Deafhood: um conceito em formação no campo dos Estudos Surdos no Brasil. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-23, 2019.

DE LIMA NASCIMENTO, P.S.; DO NASCIMENTO, V.G.M. Percurso do Movimento Surdo: direitos e reivindicações. **Caderno Discente**, v. 6, n. 1, 2022.

DE LIMA SILVA, C.C.; DOS SANTOS, L.A.; DE SOUZA, S. A educação de surdos na modalidade da educação de jovens e adultos: questões bibliográficas. **The ESpecialist**, v. 45, n. 2, p. 56-72, 2024.

DE OLIVEIRA, A.A. **Entre espaços discursivo-biográficos**: sobre as práticas de escrita de adultos surdos. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021.

DE OLIVEIRA, B.T.; DA SILVA, A.R.L. Audiodescrição: acessibilidade para cursos. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 18, n. 1, p. 15-15, 2019.

DE QUEVEDO, S.R.P.; VANZIN, T.; ULBRICHT, V.R. Ambientes virtuais de aprendizagem bilíngues para surdos em EAD. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, v. 13, 2014.

DE SOUZA LEMOS, G. Análise da fala-em-interação de entrevistada surda e entrevistador ouvinte entre perguntas e respostas–contribuições para os estudos surdos. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 26, p. 171-190, 2020.

DOS SANTOS PAIVA, F. A. *et al.* Um sistema de transcrição para língua de sinais brasileira: o caso de um avatar. **Revista do GEL**, v. 13, n. 3, p. 12-48, 2016.

EDUCAÇÃO em um cenário de plataformização e de economia dos dados [livro eletrônico]: problemas e conceitos. *In*: **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR** (ed.). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: https://cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_plataformiza%C3%A7ao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf Acesso em: 2 mar. 2024.

EIJI, H. **Comunidades Surdas. Cultura Surda**. Disponível em: <https://culturasurda.net/comunidades-surdas/>. Acesso em: 13 out. 2023.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L.C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, p. 51-69, 2014.

FERREIRA, J. L. Moodle: ambiente virtual de aprendizagem. *In*: COSTA, M. L. F.; ZANATTA, R. M. (org.). **Educação à Distância no Brasil**: aspectos históricos, legais, políticos e metodológicos. Maringá: Eduem, 2014.

FÓRUNS EJA BRASIL. Histórico dos Fóruns de EJA 2024. Disponível em: <http://forumeja.org.br/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FRIEDRICH, M. *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 18, p. 389-410, 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M.M. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil e o contexto social dos alunos dessa modalidade. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 17,

maio 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/17/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil-e-o-contexto-social-dos-alunos-dessa-modalidade>. Acesso em: 12 jan. 2024.

HAAS, C. Educação de jovens e adultos e educação especial: a (re) invenção da articulação necessária entre as áreas. **Educação UFSM**, v. 40, n. 2, p. 347-359, 2015.

IBGE. **População - Rio Grande do Norte**. 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. Acesso em: 12 mar. 2024.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Trad. Susana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KENSKI, V.M. **Verbetes: Cultura Digital**. Disponível em: https://www.academia.edu/43844286/Verbetes_CULTURA_DIGITAL. Acesso em: 3 mar. 2024.

KLEIN, M.; DE PAULA FORMOZO, D. Discussões sobre currículo e diferença. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 212-225, 2009.

LACHINSKI, L.T. *et al.* A inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura: visão do futuro docente. **Audiology-Communication Research**, v. 24, p. e2070, 2019.

LEITE, G.G.; CAMPOS, J.A.P.P. Percurso escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, nível Ensino Médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 17-32, 2018.

LEMOS, A. **Cibercultura – tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002. Disponível em: <https://facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

LIMA, M.D.; DA SILVA, L.C. Bilinguismo na educação dos e para os surdos: uma discussão reflexiva sobre a política educacional e linguística. **The ESPECIALIST**, v. 40, n. 3, 2019.

LUSTOSA, A.V.M.F.; FARIAS, F.N. de A.; LIMA, E.S. Língua de sinais: considerações sobre língua, cultura e sociedade. **Revista Escrita**, v. 2016, n. 21, 2016.

MANZINI, E.J. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, p. 31-36, 2005.

MINAYO, M.M. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

NASCIMENTO, A.C. *et al.* Interfaces entre políticas linguísticas e políticas educacionais: reflexões sobre a educação bilíngue para surdos. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-18, 2020.

NERI, M.C. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

OLIVEIRA NETO, A.M. **Práticas inclusivas**: análise da formação e atuação do professor intérprete de Libras. Dissertação (Mestrado em Educação Inclusiva) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Presidente Prudente, SP, 2022.

OLIVEIRA, A.P. dos S. **Sistema integrado de gestão da educação do Rio Grande do Norte-SIGEDUC e escola digital como espaço pedagógico**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28778>. Acesso em: 18 dez. 2024.

OLIVEIRA, C.T. de. **O uso pedagógico da escola virtual do SGEDUC**: a visão dos técnicos e pedagogos da SEEC/RN. 2019. 101f. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação em Tecnologias Educacionais) - Instituto Metrópole Digital, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/28588> Acesso em: 2 mar. 2024.

PATERNIO, U. Língua de sinais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: proposta de planificação linguística. **Porsinal**, [S.l.], 2009. Disponível em: <https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=52>. Acesso em: 2 maio 2024.

PEREIRA, A.N.M.; DOS SANTOS, L.F. O ensino remoto na universidade: desafios enfrentados por docentes surdos na pandemia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 8, n. 3, p. 826-846, 2022.

PERLIN, G.T.T. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Disciplina**: fundamentos da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXT0_BASE-Fundamentos_Educ_Surdos.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

PORSINAL. Disponível em: <https://www.porsinal.pt>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 19.131, de 2 de junho de 2006**. Cria o Centro Estadual de Capacitação de Educadores e de Atendimento ao Surdo - CAS, em Mossoró/RN. Disponível em:

<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000061361.PDF>. Acesso em: 24 abr. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 10.049, de 27 de janeiro de 2016. Aprova o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025) e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 28 jan. 2016.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria - SEI Nº 184, de 04 de maio de 2020. Dispõe sobre as Normas para reorganização do planejamento curricular do ano de 2020 [...] **Diário Oficial do Estado do RN**, 5 maio 2020. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200505&id_doc=681841. Acesso em: 28 jan. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria-SEI nº 491, de 21 de dezembro de 2021. Dispõe sobre os critérios e ações para atendimento a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino. **Diário Oficial do Estado do RN**, Natal, 24 dez. 2021. Disponível em: https://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20211224&id_doc=752409#:~:text=Portaria%2DSEI%20N%C2%BA%20491%2C%20de,da%20Rede%20Estadual%20de%20Ensino. Acesso em: 24 abr. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Portaria-SEI nº4522 de setembro 2024. Institui diretrizes para a modalidade Educação Especial Inclusiva, na Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial do Estado do RN**, Natal, 27 set. 2024. Disponível em: <https://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12024-09-27.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 2/2016 – CEB/CEE/RN, 19 de outubro de 2016. Estabelece diretrizes operacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA, mediante a realização de Cursos e Exames de Certificação de Estudos. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**, Natal, 8 dez 2016. Disponível em: https://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20161208&id_doc=557016. Acesso em: 23 abr. 2024.

SÁ, N.R.L. de. O discurso surdo: a escuta dos sinais. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2015. p. 169-192.

SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, P. dos; SILVA, G. da. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em educação de jovens e adultos. **Educação e Realidade**, v. 45, n. 2, 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: Educação Especial - Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: SME/COPED, 2019.

SASSAKI, R.K. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, ano X, n. 58, set./out. 2007. p.20-30.

SIGEduc. **Guia Prático de treinamento SIGEduc: Gestão de Matrículas pelas Escolas**. 2024. Disponível em: <https://sigiduc.rn.gov.br/ajuda/lib/exe/fetch.php?media=guia-matricula-sigiduc-2.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

SIGEduc. **Sistema Integrado de Gestão da Educação**. 2023. Disponível em: <https://sigiduc.rn.gov.br/ajuda/doku.php>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SILVA NETO, L.A. da. **O sistema SIGEduc/escola digital em uma escola pública estadual do RN e suas implicações no acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, 2022.

SILVA, J. C. T. D. Tecnologia: novas abordagens, conceitos, dimensões e gestão. **Production**, v.13, n.1, p. 50-63, 2003.

SILVA, M. Inclusão Digital: algo mais do que ter acesso às tecnologias digitais. In: RANGEL, M.; FREIRE, W. (org.). **Ensino-aprendizagem e comunicação**. Rio de Janeiro: Wak, 2010. p. 131-147.

SILVA, F.B.A.F.; FERNANDES NETO, André Pedro. **Avaliação do Sistema SIGEDUC-RN**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, Mossoró, RN, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/4280/2/FrankBAFS_ART.pdf. Acesso em: 29 janeiro 2024.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SKLIAR, C. Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 44-57, 1998.

SOARES, L. (org.). **Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas**. São Paulo: Autêntica, 2020.

SOARES, L. J. G. **Educação de Jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STUMPF, M.R. **Educação de surdos e novas tecnologias**. Florianópolis: UFSC, 2010.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: MCT, 2000.

THOMA, A. da S. *et al.* **Cultura surda & Libras**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/255088220/335-Livro-da-disciplina-Cultura-Surda-e-Libras-pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TOKARNIA, M. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 29 abr. 2021.

TORRES, R.C.; DE OLIVEIRA MARTINS, V.R. Revisão sistemática sobre o uso da tecnologia no processo educativo de estudantes surdos. **Educação**, p. e77/1-30, 2023.

TRENTIN, V. B. Educação de jovens e adultos e a educação especial nas pesquisas: uma articulação necessária. **Educação**, v. 38, n. 35, 2017.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. 1996. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

WILCOX, S.; WILCOX, P.P. **Aprender a Ver**. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

APÊNDICE A - I INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS ESTUDANTES



Universidade Estadual do Paraná – Campus Curitiba II
 Programa de Pós Graduação em Educação Inclusiva - PORFEI
 Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada que será utilizada na Pesquisa
 Práticas Inclusivas na Educação de Jovens e Adultos
 Jozilene Melo de Andrade Oliveira (2023)



INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS DOS ESTUDANTES Dados dos participantes

Identificação (iniciais do nome):

Data de Nascimento:

Gênero:

Idade:

Natural (Cidade):

Grau da surdez:

Situação atual:

☐ aluno

☐ ex-aluno

Considera-se:

☐ Surdo

☐ Deficiente auditivo (D.A)

Questões específicas

1. Descreva seu uso em relação ao SIGEduc?
2. No período da pandemia como acontecia essas aulas pelo SIGEduc?
3. Descreva sobre o SIGEduc no contexto de ferramenta pedagógica digital inclusiva para os estudantes Surdos?
4. Relate se o SIGEduc contribuiu no seu processo de aprendizagem ou se dificulta e justifique?
5. Como você consegue entender as tarefas inseridas na Escola Digital, explique?
6. O SIGEduc dispõe de mecanismos que favoreça a acessibilidade em Libras, descreva sobre isso?
7. Você recebeu algum manual ou orientação em Libras de como utilizar o SIGEduc, o que pensa sobre isso?
8. Você sente dificuldade de encontrar as tarefas dentro da Escola Digital? Descreva.
9. Você tem acessibilidade no SIGEduc, dialogue sobre isso?
10. A partir da análise do uso do SIGEduc, aponte alguns pontos positivos e algumas dificuldades que possa ter enfrentado. Pode sugerir melhorias caso necessário.

APÊNDICE B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PROFESSORES



Universidade Estadual do Paraná – Campus Curitiba II
Programa de Pós Graduação em Educação Inclusiva - PORFEI
Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada que será utilizada na Pesquisa
Práticas Inclusivas na Educação de Jovens e Adultos
Jozilene Melo de Andrade Oliveira (2023)



MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS DOS PROFESSORES
Dados dos participantes

Identificação (iniciais do nome):
Data de Nascimento:
Gênero:
Vínculo Institucional:
Função:
Graduação:
Instituição:
Ano de Conclusão:

Questões específicas semiestruturadas

1. Fale um pouco da sua experiência como professor na Secretaria Estadual de Educação do RN e da sua vivência como professor EJA ?
2. Fale um pouco da relação professor e estudante Surdo e quando você começou a usar o SIGEduc com esses estudantes?
3. No período da pandemia como acontecia essas aulas com estudante Surdo via SIGEduc?
4. Você sabe Libras?
5. Em suas aulas como o estudante Surdo, como ocorre o acesso as tarefas inseridas na Escola Digital?
6. O SIGEduc dispõe de quais mecanismo inclusivos para o estudante Surdo utilizar de forma autônoma?
7. A SEEC oferta formações voltadas para Libras? Se sim, qual sua avaliação dessas formações?
8. Quais suas estratégias em relação manuseio do SIGEduc pedagogicamente junto ao estudante surdo?
9. Quais ações colaborativas existem no espaço escolar que soma a sua prática pedagógica no âmbito da EJA e no uso de recursos educacionais digitais
10. A partir da análise do uso do SIGEduc, aponte alguns pontos positivos e algumas dificuldades que possa ter enfrentado em aplicá-lo o uso do SIGEduc com estudante Surdo.

APÊNDICE C - IMAGENS DOS LIVROS DE TOMBO DA ESCOLA LÓCUS DA PESQUISA



Fonte: EJA / Mossoró (RN).

ANEXO A - TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de 05/12/2013
 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374, de 14/08/2019
 CNPJ: 05012896/0001-42

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR



TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: O SIGEDUC É UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DIGITAL INCLUSIVA PARA ESTUDANTES SURDOS? : LACUNAS E POTENCIALIDADES NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA DA EJA NO OESTE POTIGUAR.

Local de pesquisa: [REDACTED]

Nome do pesquisador responsável (Orientador): Carlos Fernando França Mosquera

Nome do pesquisador (Acadêmico (a)): Jozilene Melo de Andrade Oliveira

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Professor Jadon Arnoud DD. Diretor da 12ª DIREC.

Declaro (amos) que os pesquisadores acima identificados estão autorizados a realizar a pesquisa com o título O SIGEDUC É UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DIGITAL INCLUSIVA PARA ESTUDANTES SURDOS? : LACUNAS E POTENCIALIDADES NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA DA EJA NO OESTE POTIGUAR, e a coleta de dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos. O armazenamento dos dados ocorrerá num período de até 5 anos, contados a partir do ano de 2023. Após este período os dados serão descartados. O referido projeto será realizado junto aos (sujeitos), que aceitarem participar da pesquisa após a aprovação do comitê de ética em pesquisa, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa de acordo com as normas da Resolução CNS/MS nº 466/2012; e/ou CNS/MS nº 510/2016 e suas complementares. Está autorização só terá validade mediante parecer de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná (CEP-UNESPAR), e o pesquisador responsável deverá obrigatoriamente entregar o parecer/aprovação do CEP-UNESPAR para Instituição (campo de estudo).

Mossoró, 14 de janeiro de 2023.

ANEXO B - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42

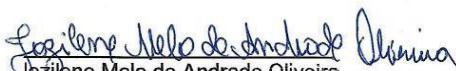
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR



TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD

Eu Jozilene Melo de Andrade Oliveira, pesquisadora envolvida no projeto título:
O SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva para estudantes
Surdos? Lacunas e potencialidades dos sujeitos Surdos de uma escola de EJA
do Oeste Potiguar, a ser conduzido pelo pesquisador a baixo relacionado, me
comprometo a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos
arquivos dos questionários e anotações, bem como a privacidade dos
conteúdos, respeitando as normas da Resolução CNS/MS nº 466/2012 e suas
complementares. Informo que os dados a serem coletados dizem a respeito aos
dados do perfil alvo dos sujeitos da pesquisa, como idade, sexo, escolaridade e
escolarização. Os dados serão coletados e utilizados para fins de publicação de
até 05 anos, contados a partir de junho de 2023. Ficamos comprometidos de
enviar um novo parecer ao Comitê de Ética em pesquisa caso haja necessidade
de prorrogação da pesquisa.

Curitiba – PR, 20 de março de 2023.


Jozilene Melo de Andrade Oliveira
(pesquisadora)
RG 2246625

Carlos Fernando França Mosquera
(orientador)
RG 3000788-3

OBS: Todos os pesquisadores que terão acesso aos documentos do arquivo deverão ter o seu
nome e RG informado e também deverão assinar esse termo antes de enviar para o CEP-
UNESPAR. Será vedado o acesso aos documentos a pessoas cujo nome e assinatura não
constarem neste documento.

UNESPAR. Unespar Campus Paranavai – Avenida Gabriel Esperidião, S/N - Sala 20
– Jardim Morumbi, Paranavai – PR; CEP: 87.703-000;
Telefone: (44) 3424-0100; E-mail: cep@unespar.edu.br

Declaração 130/2023. Inserido ao documento 506.194 por: Carlos Fernando França Mosquera em: 20/03/2023 21:22. A autenticidade deste documento pode ser
validada no endereço: <https://www.sprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: 337bc3848b1aa279e4a472ecc9dfbca.

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto nº 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Prezado (a) Colaborador (a),

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **O SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva para estudantes Surdos? Lacunas e potencialidades dos sujeitos Surdos de uma escola de EJA do Oeste Potiguar**, que faz parte do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva, sob a responsabilidade de Jozilene Melo de Andrade Oliveira (Mestranda), juntamente Dr. Carlos Mosquera (Professor Orientador da Pesquisa) da Instituição Universidade Estadual do Paraná. A pesquisa tem como objetivo analisar o SIGEduc enquanto ferramenta pedagógica digital inclusiva, lacunas e potencialidade, a partir das perspectivas dos estudantes Surdos e professores

Além disto, investigar as lacunas e potencialidades do SIGEduc no âmbito da inclusão digital de estudantes Surdos, identificar de que forma os professores manuseiam pedagogicamente essa ferramenta digital para o estudantes Surdos; verificar junto aos estudantes Surdos se o acesso ao SIGEduc favorece seus processos de aprendizagens e se, a partir disso, há inclusão digital e educacional; propor mecanismos de aprimoramento do sistema a partir das demandas dos estudantes Surdos do [redacted], pensando na promoção da inclusão digital e educacional.

DADOS DO PARECER DE APROVAÇÃO

Emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CEP UNESPAR.

Número do parecer: 6.047.277

Data da relatoria: 20/04/2023.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: A sua participação é muito importante, e ela se dará da seguinte forma: A proposta metodológica baseada no Roteiro de entrevistas semiestruturadas, através de encontros presenciais para discutir sobre a análise do SIGEduc enquanto plataforma pedagógica digital inclusiva, lacunas e potencialidades, sob a ótica dos estudantes Surdos do [REDACTED]. A participação será de cinco estudantes Surdos e quatro professores da escola investigada. O registro das discussões será realizado durante os encontros com dia e horários agendados com os participantes na Sala de Atendimento Especializado (AEE) da própria escola. A sala é apropriada e segura para esse tipo de investigação. Estando assegurado que é um lugar privativo, já que os dias e horários marcados para as entrevistas não coincidem com os atendimentos dos demais alunos nesta sala, assim conseguimos um ambiente tranquilo para executar a entrevista. Devido ao caráter das perguntas e pelo teor avaliativo em relação ao SIGEduc garantimos a privacidade e anonimato dos participantes.

São seus direitos como participante da pesquisa:

- Receber as informações do tema estudo de forma clara, facilitando sua compreensão;
- Ter oportunidade de clarear suas dúvidas sobre o assunto em questão;
- Ter o tempo que for necessário para a tomada de uma decisão independente;
- Ser informado também de que tem autonomia e pode se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar e de que, por declinar da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto nº 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

- Receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita (participante da pesquisa gestante ou puérperas que precise de transporte e apoio no caso de urgências, que sinta qualquer desconforto físico que provoque danos a sua saúde, terá total assistência no que for solicitado pelo participante durante a entrevista).
- Ter acesso aos exames (associado ao conceito de avaliar), ou melhor, ter acesso ao que foi examinado durante a toda pesquisa, o resultado final do produto desenvolvido pela pesquisa (caso o participante solicite).
- Ter acesso gratuito pós-estudo ao produto da investigação (sistema investigado e ao produto educacional) no final de toda pesquisa, via link de acesso à dissertação enviado pelo pesquisado através de plataformas de comunicação.
- Receber uma via do TCLE/TCUD (assinada e rubricada pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador);
- Ter assegurada a confidencialidade dos seus dados;
- Ter assegurada sua privacidade;
- Ter assegurado que receberá assistência integral e imediata, de forma gratuita pelo pesquisador responsável, pelo tempo que for necessário, em caso de danos decorrentes da pesquisa.
- Ter a garantia do livre acesso à todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, tudo o que queira saber antes, durante e depois da participação.
- Saber que partes desse trabalho poderão ser apresentadas em salas de aula, Congressos e outros ambientes de estudo como forma de contribuição para a construção de conhecimento sobre o assunto que foi estudado.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o projeto aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesta seu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

Aceito participar de entrevistas, em ser fotografado, gravado e filmado.

SIM ☒ NÃO ☐

2. **RISCOS E DESCONFORTOS:** Informamos que poderão ocorrer os riscos/desconfortos a seguir: A ação de responder a algumas indagações ou de comentar em um diálogo apresenta riscos aos participantes da pesquisa, em decorrência de que estes questionamentos poderão ocasionar situação de embaraço ou retornar à lembrança situações vividas não muito salutaras. Para amenizar este risco será buscada a alternativa de, inicialmente, através de uma dinâmica, deixar o pesquisado à vontade, com o objetivo de compreender que a pesquisa será de suma importância para futuras mudanças positivas para a educação do campo.

Lembramos que a sua participação é totalmente voluntária, podendo recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

3. **BENEFÍCIOS:** O principal benefício que a pesquisa trará para estudantes Surdos do [redacted] a possibilidade da efetivação da Educação Inclusiva baseada na Equidade na educação de jovens e adultos. Promovendo oportunidade de acesso e acessibilidade no SIGEduc sistema próprio da educação da rede estadual de ensino do Rio Grande do Norte. Para os professores participantes da pesquisa terão a oportunidade de conduzir suas aulas com base na igualdade e inclusão promovendo a interação entre professor e estudante Surdo, reconhecendo a escola com espaço de promoção



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

da cultura inclusiva. Tendo em vista que, esse ciclo não se encerrará neste trabalho, temos a expectativa de ampliação e contribuição de demais participante para tão logo, todas as escolas do RN que tenham Surdos matriculados e/ou professores do estado Surdos possam utilizar o SIGEduc de forma independente, conforme assegura o Guia da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) n.º 13.146/15, vem garantindo o direito igualitário de todas as pessoas à acessibilidade, o que inclui o direito à educação, à informação e à comunicação. Respeitando o direito linguístico do Surdo, conforme a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002), regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Essa Lei é de grande importância para a Comunidade Surda, pois oficializou na sociedade brasileira o status linguístico da Libras.

4. CONFIDENCIALIDADE: Informamos ainda que suas as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. As transcrições da sua fala como participante da pesquisa será de caráter privado e serão mantidos também em sigilo. Estes registros gravados e transcritos ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora responsável Jozilene Melo de Andrade até o seu descarte. As suas declarações, dados pessoais, áudios (professores) e vídeos ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos questionários impressos ou qualquer outro material para leitura e análise, nem quando os resultados forem apresentados. Além disso, os dados a serem coletados só serão utilizados para fins de publicações científicas, num período de até 05 anos, contados a partir do ano de 2024. Após este período os dados serão descartados.

5. ESCLARECIMENTOS: Caso você tenha mais dúvidas ou necessite esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação, pode nos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto nº 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UNESPAR, cujo endereço consta deste documento.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador responsável e orientador, respectivamente, conforme o endereço abaixo:

Nome do pesquisador responsável: Jozilene Melo de Andrade Oliveira
Endereço: Av. Contabilista Fernando V. Melo, 1521, Condomínio Veronique casa 480
Bairro: Dix-Sept Rosado
Telefone para contato: (84) 9988552844
E-mail: leninhamelo0307@gmail.com
Horário de atendimento: 13:00 às 17:00

Nome do orientador da pesquisa: Professor Drº. Carlos Mosquera
Endereço profissional: Universidade Estadual do Paraná. r. dos Funcionários, 1357, Juvevê.
CEP: 80035050 - Curitiba, PR – Brasil.
Telefone: (041) 32507300:
Email: carlos.mosquera@unespar.edu.br
Horário de atendimento: comercial

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (CEP) envolvendo Seres Humanos da UNESPAR, no endereço abaixo:

UNESPAR CAMPUS PARANAVAÍ
Endereço: AVENIDA GABRIEL ESPERIDIÃO, S/N - SALA 20
JARDIM MORUMBI, PARANAVAÍ – PR CEP: 87.703-000
E-mail: cep@unespar.edu.br

UNESPAR, Unespar Campus Paranavaí – Avenida Gabriel Esperidião, S/N - Sala 20
– Jardim Morumbi, Paranavaí – PR; CEP: 87.703-000;
Telefone: (44) 3424-0100; E-mail: cep@unespar.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto n.º 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso o (a) Sr. (a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CUSTOS: Foi esclarecido de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação na pesquisa, tendo em vista que sua participação é voluntária.

8. PREENCHIMENTO DO TERMO: Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você), como garantia do acesso ao documento completo.

TERMO 1

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo (a) pesquisador(a), ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, assina o presente termo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 9.538, de
05/12/2013 Recredenciamento pelo Decreto nº 2.374,
de 14/08/2019 CNPJ: 05012896/0001-42



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP UNESPAR

Mosquera de _____ de 2023

Assinatura ou impressão datiloscópica

TERMO 2

Os pesquisadores responsáveis Jozilene Melo de Andrade Oliveira e Dr.
Carlos Mosquera, declaram que forneceram todas as informações referentes
ao projeto de pesquisa supra nominado.

Paranaguá, de _____ de 2023.

Nomes e assinaturas dos pesquisadores responsáveis:

Jozilene Melo de Andrade Oliveira
Jozilene Melo de Andrade Oliveira
(pesquisadora)

Carlos Fernando França Mosquera
(orientador)

ANEXO D - PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SIGEDUC É UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA DIGITAL INCLUSIVA PARA ESTUDANTES SURDOS? LACUNAS E POTENCIALIDADES NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA DA EJA NO OESTE POTIGUAR.

Pesquisador: JOZILENE MELO DE ANDRADE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68196323.7.0000.9247

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Paraná

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.047.277

Apresentação do Projeto:

Segundo parecer: O objetivo principal desse projeto, segundo os autores, será analisar o sistema SIGEduc enquanto ferramenta pedagógica digital inclusiva, a partir das perspectivas dos estudantes surdos e professores da [redacted] da pesquisa, escola da rede pública estadual de ensino, localizada na cidade de Mossoró (RN). Investigar as lacunas e potencialidades do SIGEduc no âmbito da inclusão digital; identificar de que forma os professores manuseiam pedagogicamente essa ferramenta digital com os estudantes Surdos; verificar junto aos estudantes Surdos se o acesso ao SIGEduc favorece seus processos de aprendizagens e se, a partir disso, há inclusão digital e educacional; e, por fim, propor mecanismos de aprimoramento do sistema a partir das demandas dos estudantes Surdos criando um produto educacional, pensando na promoção da inclusão digital/educacional. Terá como procedimento metodológico abordagem qualitativa, estudo bibliográfico do material sobre a temática nos concede o embasamento para subsidiar essa pesquisa e contribuir na a análise de dados. Será utilizado roteiro de perguntas semiestruturadas e abertas e [redacted] participantes serão cinco estudantes Surdos e quatro professores.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral: Analisar se o SIGEduc é uma ferramenta pedagógica digital inclusiva, a partir das perspectivas dos estudantes Surdos E professores da [redacted]

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4319

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.047.277

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Informar sobre os critérios de Inclusão: quem fazia uso do sistema SIGEduc como ferramenta pedagógica e fins escolares no período da observação do fenômeno, tenha vivido relação educacional (professores e Surdos) e aceitam participarem da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). E os critérios de Exclusão: aqueles que não fizeram uso do sistema SIGEduc como ferramenta pedagógica e fins escolares e não tenha vivido relação educacional (professores e Surdos) durante a observação do fenômeno. Relataram Riscos mínimos, porém durante o processo de coleta de dados, informaram que serão tomadas ações preventivas a fim de garantir eventuais desconfortos aos participantes da pesquisa citando as Resoluções CNS nº 466/12, nº 510/16, nº 563/17, nº 580/18, nº 340/04, nº 304/00, nº 441/11, Norma Operacional nº 001/13 da cartilha dos direitos do participante de pesquisa, elaborada pela comissão de Ética em Pesquisa (CEP).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Nesta segunda apreciação ética os autores atenderam as solicitações de esclarecimentos a respeito aos documentos essenciais submetidos nesta plataforma, da necessidade de garantir um local privativo e que, devido ao caráter das perguntas, algumas possuir teor avaliativo de um sistema educacional, necessitava da garantia de privacidade, anonimato, ambiente apropriado para entrevista.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme já verificado na análise anterior, Folha de rosto assinada eletronicamente via E-protocolo digital do Estado do Paraná; Autorização institucional da Secretaria de Educação Estadual do Estado do Rio Grande do Norte. Os autores esclareceram sobre TCLE, onde mencionavam "Receber assistência (integral e imediata) por danos, de forma gratuita; Ter acesso aos resultados dos exames realizados durante o estudo; Ter acesso gratuito pós-estudo ao produto da investigação (quando for o caso)". Apresentaram TCLE readequado e acrescido de esclarecimentos ao participante a respeito destas informações. Apresentaram carta resposta onde descreveram sobre os pontos questionados no parecer anterior, sendo as seguintes: Sobre o ambiente apropriado para entrevistas, sobre a indicação de suposto dano, necessidade de assistência integral e imediata, esclareceram sobre participantes gestantes e puérperas que eventualmente necessitem de transporte ou desconforto físico. O termo "ter acesso aos exames" explicaram que está associado ao conceito de avaliar ou ter acesso ao que foi examinado durante

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAÍ

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4319

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.047.277

a pesquisa, e por fim, o termo "ter acesso gratuito pós-estudo ao produto da investigação" refere-se ao sistema investigado e ao produto educacional no final de toda pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As readequações e esclarecimentos supracitados foram suficientes do ponto de vista ético na participação de pessoas neste projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2095861.pdf	20/04/2023 18:27:55		Aceito
Outros	carta_resposta.pdf	20/04/2023 18:24:38	JOZILENE MELO DE ANDRADE	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura.pdf	20/04/2023 18:23:19	JOZILENE MELO DE ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_novo_Jozileneassinado.pdf	20/04/2023 18:21:07	JOZILENE MELO DE ANDRADE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinada.pdf	21/03/2023 08:43:17	JOZILENE MELO DE ANDRADE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ROTEIRO_PROJETO_PESQUISA.pdf	20/03/2023 20:22:57	JOZILENE MELO DE ANDRADE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_consentimento_escolaassinado.pdf	20/03/2023 13:40:25	JOZILENE MELO DE ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAVAI
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4319 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 6.047.277

PARANAVAI, 09 de Maio de 2023

Assinado por:
Willian Augusto de Melo
(Coordenador(a))

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAVAI
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4319 **E-mail:** cep@unespar.edu.br